

**RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - EXERCÍCIO DE 2018
APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.**

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Mensagem do Conselho de Administração	3/76
2. Atividade Portuária	5/76
3. Investimentos	12/76
4. Concessões	14/76
5. Segurança no Porto	17/76
6. Área de Desenvolvimento de Negócios, Relações Externas e Comunicação	19/76
7. Recursos Humanos	23/76
8. Análise Económico-Financeira	31/76
9. Perspetivas Futuras	40/76
10. Proposta de Aplicação dos Resultados	42/76
11. Cumprimento das Orientações Legais	43/76
12. Práticas de Boa Governação Societária	70/76
13. Nota Final	76/76

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

1. Mensagem do Conselho de Administração

No ano de 2018 o Porto de Aveiro ultrapassou a marca das 5,6 milhões de toneladas movimentadas registando um novo máximo histórico.

Destaca-se, a este feito, o contributo dado pelas empresas de estiva que investiram na construção de novos armazéns na área portuária bem como o reforço da capacidade de tração do trem de rebocadores.

O movimento de mercadorias beneficiou com estas condições e registou-se um crescimento total de 474 mil toneladas, face a 2017, com destaque para o crescimento da carga geral fracionada, em 316 mil toneladas, sustentada pelos produtos metalúrgicos (+190 mil toneladas) e produtos florestais (+ 153 mil toneladas) e dos granéis líquidos, em 150 mil toneladas, impulsionado pelo movimento do gasóleo (+109 mil toneladas) e da soda caustica (+38 mil toneladas).

Relativamente aos resultados da empresa há a destacar a integração, nas contas relativas ao exercício findo a 31 de dezembro de 2018, dos ajustamentos decorrentes do reconhecimento das imparidades no ativo fixo tangível e intangível, conforme recomendação do acionista Estado, em reunião de assembleia geral, realizada no pretérito dia 15 de abril.

No que ao futuro diz respeito, a realização dos investimentos estruturais, nomeadamente a implementação da operacionalidade do Terminal de Granéis Líquidos e a infraestruturização da Zona de Atividades Logísticas, Industriais (ZALI), previstos no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2019-2021 e na *“Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente - Horizonte 2026”*, publicada na Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 175/2017, de 24 de novembro, contribuirão para a afirmação do porto de Aveiro enquanto polo logístico e industrial competitivo, onde os seus clientes podem beneficiar de acesso direto a ligações multimodais.

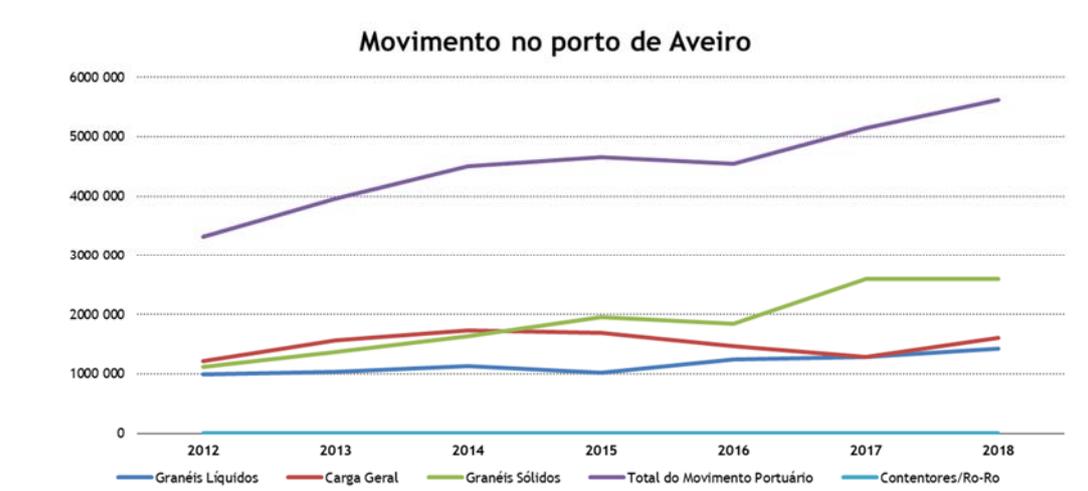
Numa outra vertente da atividade, importa ainda realçar que, a APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A. (APA, S.A.) manteve e reforçou a sua política de proximidade com a comunidade envolvente, através de iniciativas próprias e do apoio às iniciativas de terceiros, de diversa índole: culturais, filantrópicas, associativas, recreativas.

Por último, e sendo este o primeiro relatório de gestão apresentado pela equipa que iniciou funções em abril de 2019, impõe-se, por um lado, agradecer a dedicação e o empenho dos trabalhadores da APA, S.A., e por outro, a confiança de toda uma Comunidade Portuária que acredita no futuro do Porto de Aveiro, na sua competitividade e no seu contributo para alavancar o desenvolvimento da economia nas regiões que serve.

2. Atividade Portuária

Em 2018 o movimento de mercadorias do Porto de Aveiro superou em 9,20% o seu anterior máximo histórico, registado em 2017, tendo movimentado 5,624 milhões de toneladas. O crescimento da Carga Geral Fracionada e dos Granéis Líquidos foram determinantes para alcançar tal desempenho, tendo registado um crescimento de 24,56% e 11,72%, respetivamente.

A distribuição da carga movimentada no Porto, em 2018, foi de 46,14% para os Granéis Sólidos, 24,97% para a Carga Geral e 24,80% para os Granéis Líquidos.



2.1. Movimento de Navios

O movimento no Porto de Aveiro registou, em 2018, um total de 1.116 navios, a que corresponde uma arqueação bruta (GT) total de 6.160.190. Face ao ano anterior, observa-se um aumento de 5,78% e 11,00%, no número de navios e no GT, respetivamente, o que implicou um aumento na arqueação média dos navios, que passou de 5.261 em 2017 para 5.520 em 2018.

O aumento da arqueação bruta média dos navios foi transversal à quase totalidade das cargas que escalaram o Porto de Aveiro em 2018, com destaque para os granéis líquidos e granéis sólidos alimentares. Este resultado global é reflexo direto da política desta administração de receber navios de maior dimensão. Política esta, consolidada com a conclusão da melhoria das acessibilidades marítimas da barra do Porto de Aveiro bem como pela vinda de um rebocador mais potente, potenciando, assim, as infraestruturas portuárias existentes.

Classe de GT	2018		2017		Δ% 18/17	
	N.º Navios	GT Total	N.º Navios	GT Total	N.º Navios	GT Total
Total	1 116	6 160 190	1 055	5 549 890	5,78%	11,00%
< 2000	44	74 342	44	77 531	0,00%	-4,11%
2000 - 3000	400	1 057 105	390	1 045 626	2,56%	1,10%
3001 - 4000	223	798 552	207	736 959	7,73%	8,36%
4001 - 5000	112	486 703	152	678 658	-26,32%	-28,28%
5001 - 6000	69	370 052	58	315 184	18,97%	17,41%
6001 - 7000	64	403 803	31	199 446	106,45%	102,46%
7001 - 8000	26	191 710	19	143 180	36,84%	33,89%
8001 - 9000	6	51 383	8	68 417	-25,00%	-24,90%
9001 - 10.000	16	155 441	15	144 071	6,67%	7,89%
10.001 - 11.000	11	111 452	12	122 622	-8,33%	-9,11%
11.001 - 12.000	8	93 247	9	104 328	-11,11%	-10,62%
> 12.001	137	2 366 400	110	1 913 868	24,55%	23,64%

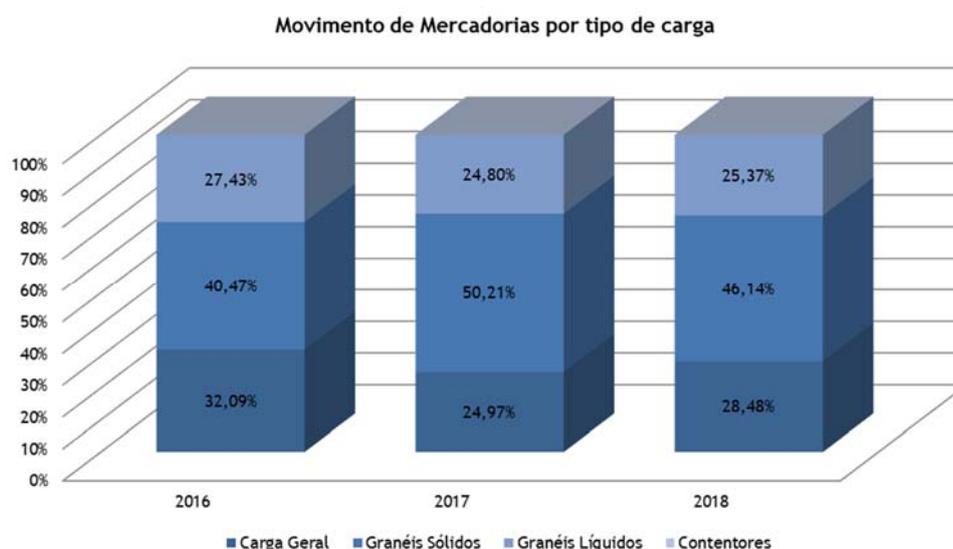
2.2. Movimento de Mercadorias

2.2.1. Movimento de Mercadorias por Tipo de Carga

O quadro seguinte resume o movimento de mercadorias nos dois últimos anos, por tipo de carga.

	Toneladas		
	2018	2017	Δ% 18/17
Total do Movimento Portuário	5 624 491	5 149 535	9,20%
Carga Geral Fracionada	1 602 001	1 286 155	24,56%
Granéis Sólidos	2 594 865	2 586 159	0,34%
Granéis Líquidos	1 427 161	1 277 501	11,72%
Carga Contentorizada/Ro-Ro	464	599	-22,48%

Relativamente à distribuição da movimentação de mercadorias por tipo de carga evidencia-se o predomínio do movimento de Granéis Sólidos sobre as restantes cargas, conforme se observa no gráfico seguinte.



2.2.1.1. Carga Geral Fracionada

A Carga Geral Fracionada, registou um aumento de 24,56%, face a 2017, tendo sido a segunda principal componente de tráfego total deste porto. As principais mercadorias que contribuíram para esta variação positiva foram os produtos metalúrgicos (+190 mil toneladas) e os produtos florestais (+153 mil toneladas). As mercadorias que mais contribuíram para o total de Carga Geral Fracionada foram os produtos metalúrgicos (834 mil toneladas), os produtos florestais (514 mil toneladas) e os cimentos embalados (126 mil toneladas).

	Toneladas		
	2018	2017	Δ 18/17
Total de Carga Geral Fracionada	1 602 001	1 286 155	315 846
Produtos metalúrgicos	833 673	643 924	189 749
Produtos florestais	513 878	361 292	152 586
Cimentos embalados	126 118	151 074	-24 956
Energia Eólica	67 777	57 919	9 858
Produtos minerais	39 195	34 197	4 998
Outras Cargas Geral	21 359	37 748	-16 389

2.2.1.2. Granéis Sólidos

Os Granéis Sólidos mantiveram-se ao nível do registado em 2017, aumentando 0,34%. As principais mercadorias que mais contribuíram para o movimento total de Granéis Sólidos foram os produtos agroalimentares (1,101 milhões de toneladas) os produtos minerais (633 mil toneladas) e o coque de petróleo (362 mil toneladas).

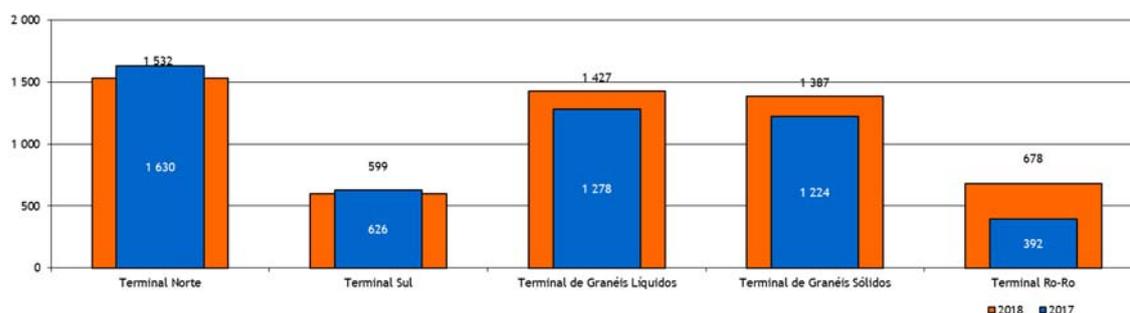
	Toneladas		
	2018	2017	Δ 18/17
Total de Granéis Sólidos	2 594 865	2 586 159	8 706
Produtos Agroalimentares	1 101 215	1 131 953	-30 738
Produtos minerais	633 351	598 071	35 280
Coque/Clinker	362 278	372 913	-10 635
Carbonato disódico	191 738	130 153	61 585
Produtos florestais	128 867	164 988	-36 121
Cimento	126 960	146 125	-19 166
Outros Granéis Sólidos	50 456	41 956	8 500

2.2.1.3. Granéis Líquidos

O movimento de Granéis Líquidos registou um aumento de 11,72%, face a 2017. O gasóleo (507 mil toneladas) e o cloreto de vinilo (176 mil toneladas) foram as principais mercadorias movimentadas.

	Toneladas		
	2018	2017	Δ 18/17
Total de Granéis Líquidos	1 427 161	1 277 501	149 661
Gasóleo	506 649	397 209	109 440
Cloreto de vinilo	175 859	186 781	-10 921
Benzeno	162 503	159 735	2 769
Isocianatos	132 990	134 929	-1 939
Soda Cáustica	98 881	60 447	38 435
Metanol	92 901	86 533	6 367
Gasolinas	83 278	74 666	8 612
Óleos Vegetais	56 504	57 722	-1 218
Outros Granéis Líquidos	117 596	119 480	-1 884

2.2.2. Movimento de Mercadorias por Terminal



2.2.2.1. Terminal Norte

O Terminal Norte representou 27,24% do movimento global do porto, tendo-se registado uma diminuição de 98 mil toneladas, face ao ano anterior.

	Toneladas		
	2018	2017	Δ 18/17
Total - Terminal Norte	1 532 132	1 630 359	-98 227
Carga Geral	870 989	711 298	159 691
Granéis Sólidos	660 988	918 656	-257 667
Carga Contentorizada/Ro-Ro	154	405	-251

2.2.2.2. Terminal Sul

O Terminal Sul movimentou 599 mil toneladas, que corresponderam a 10,65% do movimento total do porto, apresentando uma diminuição de 27 mil toneladas relativamente a 2017.

	Toneladas		
	2018	2017	Δ 18/17
Total - Terminal Sul	599 109	626 030	-26 921
Carga Geral	254 360	314 883	-60 523
Granéis Sólidos	344 749	311 146	33 602

2.2.2.3. Terminal de Granéis Líquidos

No Terminal de Granéis Líquidos o movimento de mercadorias ascendeu a 1,427 milhões de toneladas, representando um aumento, face ao ano transato, de 150 mil toneladas.

	Toneladas		
	2018	2017	Δ 18/17
Total - Terminal de Granéis Líquidos	1 427 161	1 277 501	149 661
Granéis Líquidos	1 427 161	1 277 501	149 661

2.2.2.4. Terminal de Granéis Sólidos

No Terminal de Granéis Sólidos o movimento de mercadorias ascendeu a 1,387 milhões de toneladas, representando um aumento, face ao ano transato, de 163 mil toneladas.

	Toneladas		
	2018	2017	Δ 18/17
Total - Terminal de Granéis Sólidos	1 387 435	1 224 343	163 092
Granéis Sólidos	1 024 229	1 065 771	-41 542
Carga Geral	363 206	158 572	204 634

2.2.2.5. Terminal de Contentores e Ro-Ro

No Terminal de Contentores e Ro-Ro o movimento de mercadorias ascendeu a 678 mil toneladas, representando um aumento, face ao ano transato, de 285 mil toneladas.

	Toneladas		
	2018	2017	Δ 18/17
Total - Terminal de Contentores e Ro-Ro	677 614	392 207	285 407
Granéis Sólidos	564 899	290 585	274 313
Carga Geral	112 406	101 402	11 004
Carga Contentorizada/Ro-Ro	310	220	90

2.2.3. Movimento de Mercadorias por Importações / Exportações

	Toneladas		
	2018	2017	Δ 18/17
Total de Mercadorias Movimentadas	5 624 491	5 150 439	474 052
Importações	3 855 053	3 444 289	410 764
Exportações	1 769 438	1 706 150	63 288

No ano de 2018, as importações representaram 68,54% do total do movimento do Porto, sendo os produtos agroalimentares, produtos metalúrgicos e os combustíveis líquidos as principais mercadorias importadas. No quadro seguinte, são apresentadas as principais **mercadorias importadas** nos anos 2018 e 2017.

	Toneladas		
	2018	2017	Δ 18/17
Total de Mercadorias Importadas	3 855 053	3 444 289	410 764
Produtos agroalimentares	1 101 215	1 131 953	-30 738
Produtos metalúrgicos	743 703	569 388	174 315
Combustíveis líquidos	589 927	471 874	118 053
Produtos químicos	523 445	498 662	24 783
Minerais não metálicos	241 005	302 669	-61 664
Carbonato disódico	196 802	134 064	62 738
Sal	184 572	69 487	115 085
Coque/Clinker	96 186	96 267	-81
Outros	178 198	169 925	8 273

Relativamente às **exportações**, registou-se um aumento de 3,71%, face a 2017, sendo os produtos florestais, o coque de petróleo e os cimentos as principais mercadorias exportadas.

	2018	2017	Toneladas Δ 18/17
Total de Mercadorias Exportadas	1 769 438	1 706 150	63 288
Produtos florestais	622 405	513 456	108 949
Coque/Clinker	266 092	276 646	-10 554
Cimento	222 729	266 826	-44 097
Produtos químicos	217 490	217 724	-234
Argilas/ Argilas expandidas	121 885	158 088	-36 203
Produtos metalúrgicos	89 997	74 613	15 384
Energia Eólica	65 467	57 333	8 134
Cal viva	49 809	20 131	29 678
Outros minerais	45 889	28 355	17 534
Outros	67 675	92 978	-25 303

2.3. Setor das Pescas

	2018		2017		2016	
	Carga (t)	N.º Navios	Carga (t)	N.º Navios	Carga (t)	N.º Navios
Porto de Pesca Costeira	8.778	—	8.080	—	8.763	—
Porto Pesca do Largo	—	101	—	80	—	67

2.3.1. Porto de Pesca Costeira

Este setor, vocacionado para a descarga, armazenagem e comercialização de pescado por embarcações de pequeno porte registou, em 2018, um aumento de 8,64%, face a 2017.

2.3.2. Porto de Pesca do Largo

Este terminal serve armadores de pesca do largo e as indústrias do processamento do pescado instaladas na Gafanha da Nazaré, dispondo para isso de 17 pontes-cais.

Este terminal registou, em 2018, um aumento de 26,25% no número total de navios que escalaram o Porto de Pesca do Largo, face a 2017.

3. Investimentos

O montante de investimento executado em 2018 ascendeu a 1,841 milhões de euros, sendo que **949 mil euros** corresponderam à execução de **investimentos estruturais** e **892 mil euros** à execução de **investimentos funcionais**.

No que respeita aos investimentos estruturais executados em 2018, destacam-se os seguintes projetos, inseridos na Resolução de Conselho de Ministros n.º 175/2017, de 24 de novembro, a qual aprova a *“Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente - Horizonte 2026”*, prioritários para a persecução dos objetivos estratégicos desta Administração Portuária:

- A implementação da operacionalidade do terminal de granéis líquidos do Porto de Aveiro, no montante de 798 mil euros. Este investimento consiste na melhoria das condições operacionais do referido terminal, envolvendo a construção de ligação da esteira existente às novas pontes cais do setor norte e sua dotação de redes de águas pluviais, residuais e de combate a incêndios, perspetivando-se a sua conclusão no decorrer do primeiro semestre de 2019; e
- A infraestruturização da Zona de Atividades Logísticas e Industriais (ZALI) do Porto de Aveiro, no montante total de 151 mil euros. O investimento executado, em 2018, consiste na execução da primeira fase das infraestruturas da ZALI, dotando-a com todas as infraestruturas necessárias à instalação de novas empresas. A empreitada engloba a construção de vários arruamentos, iluminação pública e redes de serviços, a qual se prevê que fique concluída em junho de 2019.

Dos projetos de investimento funcionais realizados em 2018, destacam-se:

- Empreitada de expansão do Terminal de Contentores e Ro-Ro, no montante de 408 mil euros, ampliando-se o terraplano do terminal nos mesmos moldes do existente, de modo a permitir a plena operacionalidade da totalidade do cais construído, através do aumento da capacidade de armazenagem a descoberto e a coberto;
- Requalificação das vedações do Terminal de Contentores e Ro-Ro e Terminal Norte, no montante de 115 mil euros, permitindo dar resposta às atuais exigências ao nível da segurança portuária;
- Empreitada de Requalificação do caminho de rolamentos, caleira do cais e pavimentação do Terminal Norte (2.ª fase), no montante de 85 mil euros, que permitirá a melhoria das condições de operação portuária no mencionado terminal, através da requalificação do

- carril para os guindastes, da rede de abastecimento de água, da caleira técnica e da pavimentação da frente de cais; e a
- Implementação de um novo sistema de *storage* e de *backup*, no montante de 69 mil euros, o qual permitiu aumentar a capacidade de armazenamento existente bem como modernizar todas as rotinas de *backups* na APA, S.A..

Realçamos ainda que do custo total dos investimentos realizados em 2018, 436 mil euros foram financiados por fundos comunitários e o remanescente, 1,404 milhões de euros por fundos próprios.

4. Concessões

4.1. Existentes

4.1.1. De Serviço Público

4.1.1.1. Socarpor - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A.

Durante o ano de 2018, o movimento portuário no Terminal Sul, concessionado à empresa SOCARPOR - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A., registou uma diminuição de 4,30% (ver informação identificada no ponto 2.2.2.2. - Movimento de Mercadorias por Terminal, deste documento).

4.1.1.2. Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, S.A.

No ano de 2018, assistiu-se a um aumento do número de manobras efetuadas pela empresa à qual se encontra adjudicada, desde 29 de outubro de 2013, a *Concessão da Prestação da Atividade de Reboque, em regime de serviço público no Porto de Aveiro* - TINITA - Transportes e Reboques Marítimos, S.A.. Este contrato de concessão produziu efeitos a 1 de fevereiro de 2014.

Importa ainda referir que, no final do ano 2016, a concessionária reforçou o seu trem de reboques, substituindo um rebocador com capacidade de tração de 35 toneladas por um novo rebocador com capacidade de tração de 45 a 50 toneladas, permitindo adequar a capacidade de tração à tipologia de navios que escala o Porto de Aveiro.

		2018	2017
Número de manobras		1 491	1 363
Dimensão dos navios	Menor que 115 metros	730	713
	Entre 115 e 125 metros	36	24
	Entre 125 e 135 metros	112	76
	Entre 135 metros e 150 metros	102	127
	Maiores que 150 metros	511	423

4.1.2. De Uso Privativo

4.1.2.1. Socarpor - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A.

Em 2018, o terminal SOGRAIN, concessionado à empresa SOCARPOR - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A., instalado no terminal de granéis sólidos do Porto de Aveiro, movimentou 289 mil toneladas.

Esta instalação compreende 16 silos e respetivos equipamentos de carga/descarga, totalmente automatizados e em circuito fechado. A capacidade de armazenamento do terminal é de 60 mil toneladas.

4.1.2.2. Navalria Docas, Construções e Reparações Navais, S.A.

A APA, S.A. e a NAVALRIA - Docas, Construções e Reparações Navais, S.A., celebraram o contrato de conceção de uma parcela dominial destinada a atividades do setor naval e atividades industriais conexas, com efeitos a 1 de maio de 2018.

4.1.2.3. Docapesca - Portos e Lotas, S.A.

A APA, S.A. e a Docapesca - Portos e Lotas, S.A. celebraram o contrato de concessão de instalações destinadas a atividades da pesca e serviços conexas no porto de pesca costeira de Aveiro, com efeitos a 1 de outubro de 2014.

Durante o ano de 2018, registou-se um aumento de 698 toneladas de pescado transacionado no Porto de Pesca Costeira de Aveiro, conforme identificado no ponto 2.3. - Sector das Pescas, deste documento.

4.1.2.4. Prio Biocombustíveis, S.A.

Em 2018, o estabelecimento industrial de produção de biodiesel, no terminal de granéis líquidos, movimentou 315 149 toneladas (+7,82%, face a 2017).

4.1.2.5. Prio Parques de Tanques de Aveiro, S.A.

Em 2018, a Prio Energy, S.A. movimentou 198 407 toneladas (+32,09%, face a 2017).

4.1.2.6. Pellets Power, Lda.

Em 2018, a Pellets Power, Lda. movimentou nas suas instalações, no terminal norte do Porto de Aveiro um total de 13 593 toneladas (-75,71%, face a 2017).

4.1.2.7. SGPAMAG - Sociedade de Granéis Parque de Aveiro, Movimentação e Armazenagem de Granéis, S.A.

Em 2018, a SGPAMAG, S.A. movimentou 249 628 toneladas (+10,57%, face a 2017). Refira-se que esta concessão de uso privativo, atribuída em 2010, inclui duas parcelas dominiais com uma área total de 49.725 m² no terminal de granéis líquidos.

4.1.2.8. PPS - Produtos Petrolíferos, S.A.

Em 2018, a PPS - Produtos Petrolíferos, S.A., registou um tráfego de 3 978 toneladas (-64,02%, face a 2017). A empresa iniciou a sua atividade em 2015 após concluir a construção de um parque de receção, armazenagem, movimentação e expedição de combustíveis gasosos.

4.2. Outras Concessões

4.2.1. Plataforma Logística de Aveiro - Pólo de CACIA

Tendo-se verificado a falta de condições para a movimentação de cargas nesta plataforma, a APA, S.A. diligenciou pela rescisão contratual por comum acordo com as Infraestruturas de Portugal, S.A..

5. Segurança no Porto

5.1. Plano de Emergência Interno da APA, S.A.

O Plano de Segurança Interno (PSI) da APA, S.A., o qual integra o Plano de Prevenção (PP) e o Plano de Emergência Interno (PEI) ficou acessível, a partir do dia 01 de fevereiro de 2018, na plataforma eletrónica *CertiTools*. A aplicação informática veio possibilitar um conjunto de vantagens no âmbito da gestão diária da segurança, destacando-se, desde logo, a circunstância de esta aplicação permitir o acesso remoto aos seus diversos módulos, em qualquer lugar e a qualquer hora.

No que tange ao módulo de Gestão de Segurança, sublinha-se a facilidade que vem induzir no planeamento e gestão das atividades no âmbito da segurança de cada estabelecimento, mormente através da agenda de segurança que permite registar todos os eventos inerentes à implementação das medidas de autoproteção online, enviar automaticamente avisos por correio eletrónico aos destinatários previamente identificados, e bem assim, a possibilidade de consulta de todos os dados e informações, nomeadamente, registos, relatórios e planos de ações corretivas.

No âmbito da Prevenção da Segurança no Terminal de Granéis Líquidos, onde se inserem vários estabelecimentos abrangidos pela Diretiva SEVESO, foi dada continuidade, no ano de 2018, às reuniões de segurança periódicas entre a APA, S.A., a Proteção Civil do Município de Ílhavo, a Capitania do Porto de Aveiro, a Corporação de Bombeiros Voluntários de Ílhavo e as empresas instaladas, promovendo a cooperação entre todas as entidades e a partilha de informação relevante e de interesse mútuo na área da segurança.

5.2. *International Ship and Port Facility Security Code (ISPS) Plano de Proteção do Porto*

A APA, S.A. realizou, nos dias 04 e 05 dezembro de 2018, um exercício no âmbito do Plano de Proteção do Porto (PPP), do tipo exercício de posto de comando (CPX), de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15 de novembro, procurando treinar e aferir a articulação de todos os intervenientes com responsabilidades de atuação no âmbito da PPP.

Após elevação do nível de proteção do Porto, pela Autoridade Competente para a Proteção do Transporte Marítimo e dos Portos (ACPTMP), foi operacionalizado o Centro Coordenador de Operações de Proteção do Porto (CCOPP), nas instalações da Polícia Marítima no Forte da Barra.

No CCOPP estiveram presentes a Autoridade Marítima, a Autoridade Portuária, os responsáveis das forças de segurança com competências na área portuária.

Estas ações são extremamente relevantes na promoção do entrosamento entre entidades, na facilitação da coordenação no terreno, na identificação da disponibilidade de recursos e da capacidade de intervenção das forças de segurança do porto, para além de constituírem também oportunidades de treino para o CCOPP e para os oficiais e equipas de proteção das Instalações Portuárias envolvidas.

5.3. Controlo do Tráfego Marítimo do Porto de Aveiro

O Centro de Controlo de Tráfego Marítimo do Porto de Aveiro, inaugurado em julho de 2008, e a funcionar 24 horas por dia, sete dias por semana, é o órgão operacional do *Vessel Traffic Service* (VTS) o qual tem por missão garantir a troca de informação necessária no âmbito da segurança do porto. O serviço VTS, colaborando diretamente com o Departamento de Pilotagem, monitoriza permanentemente todas as embarcações e navios que demandam o Porto de Aveiro.

5.4. Segurança e Saúde no Trabalho

Na área da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) foi dado enfoque à monitorização da gestão da prevenção nas instalações portuárias e à agilização de procedimentos entre as entidades, por forma a efetivar a implementação de boas práticas de SST em todos os terminais do Porto de Aveiro. Neste âmbito, foram retomadas, durante o ano de 2018, as reuniões regulares de SST entre a APA S.A. e os operadores portuários, dando seguimento ao preconizado na legislação relativamente à coordenação e monitorização das atividades simultâneas ou sucessivas no mesmo local de trabalho.

6. Área de Desenvolvimento de Negócios, Relações Externas e Comunicação

6.1. Iniciativas de Desenvolvimento de Negócios

Em 2018 foram efetuados contactos com armadores de vários segmentos do *Shipping* nomeadamente, contentores e Ro-Ro, bem como com diversos operadores logísticos interessados em estabelecer relações comerciais com o Porto de Aveiro. Foram igualmente realizadas reuniões, com alguns dos principais carregadores do Porto de Aveiro, com o intuito de auscultar as suas necessidades e perspetivas de negócio.

Relativamente à ferrovia, não obstante se ter verificado um acréscimo significativo do número de comboios para Salamanca (Espanha), face a 2017, o projeto de modernização da ligação ferroviária àquela cidade, continuou a merecer acompanhamento, durante o ano de 2018, por parte da APA, S.A..

6.2. Iniciativas de Promoção do Porto

Seminário da Transportes e Negócios - “Alargar Horizontes”, 22 de março no Porto

A APA, S.A. patrocinou o 20º Seminário da Transportes e Negócios, onde foram abordadas diversas temáticas ligadas ao presente e futuro do *Short Sea Shipping*, a intermodalidade e a transformação digital.

Comemoração do Dia do Porto de Aveiro, 3 de abril

A efeméride foi celebrada no dia 3 de abril com um concerto musical, na Fábrica das Ideias da Gafanha da Nazaré, tendo sido a Comunidade Portuária de Aveiro (CPA), em parceria com a APA, S.A., promotora do evento. O concerto comemorativo do dia do Porto de Aveiro contou com uma sala lotada para ouvir a atuação da *Banda Black Mamba*.

Ocean Business 2018- Portugal Shipping Week - 18, 19 e 20 de setembro, Lisboa

A APA, S.A. marcou presença, com um espaço no *stand* da APP - Associação dos Portos de Portugal, no *Oceans Business 2018*, que se realizou em Lisboa, integrado no Portugal *Shipping Week*. Durante o evento foram promovidos contatos com os demais *stakeholders* da economia do Mar.

21.º Congresso de Logística da Associação Portuguesa de Logística (APLOG) com o tema “Logística Digital - Novos desafios”, 10 e 11 de outubro, em Lisboa

A APA, S.A. patrocinou o 21.º Congresso da APLOG que, como vem sendo habitual, contemplou diversas sessões plenárias de teor estratégico e conceptual, sessões paralelas de cariz técnico e prático, assim como diversas ações de demonstração de boas práticas logísticas, promoção de *networking* e de relacionamento estratégico entre os participantes.

Techdays Aveiro 2018, 11 a 13 de outubro

A APA, S.A. e a CPA estiveram presentes, na edição de 2018 da *TECHDAYS*, com um *stand* de promoção do Porto de Aveiro.

Business2Sea - Fórum do Mar 2018, de 14 e 16 de novembro, no Porto

A APA, S.A., a CPA, a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, o Grupo de Ação Costeira, a Câmara Municipal de Ílhavo e a Universidade de Aveiro marcaram presença, na edição de 2018 do Fórum do Mar, com um *stand* de promoção da região de Aveiro. O evento contou com um programa diversificado dedicado ao tratamento e debate de um conjunto de desafios de natureza tecnológica, ambiental, social e económica com que os diferentes *stakeholders* da economia do Mar se vão confrontar na próxima década.

6ª Edição do Fórum Empresarial do Distrito de Aveiro, 16 de novembro em Águeda

A APA, S.A. patrocinou em conjunto com a CPA o 6ª Fórum Empresarial da AIDA - Associação dos Distrito de Aveiro, sob o tema “*Reinventar a Indústria - Afirmar o Futuro*”. Neste seminário foi possível estabelecer contatos com alguns dos principais empresários da região.

Importa, também, referir que a APA, S.A. marcou presença através de inserções publicitárias, ao longo de 2018, em inúmeras publicações de carácter geral e da especialidade assim como no âmbito da responsabilidade social foram apoiadas inúmeras instituições e associações.

Por fim 2018 foi, ainda, o ano em que se estabeleceram um conjunto de contatos com o objetivo de implementar um Plano de Comunicação e Promoção da Imagem Institucional do Porto de Aveiro, com enfoque em toda a informação veiculada online.

6.3. Comunicação

Em 2018 manteve-se a política assumida pelo Conselho de Administração, de divulgação regular de notícias referentes ao Porto de Aveiro nos mais diversos suportes.

Difusão efetuada através do portal *web* e de *newsletters* eletrónicas difundidas para vários milhares de cibernautas.

O portal da APA, S.A., registou, em 2018, um total de 654.763 *views*, mais 4.344 *views* face a 2017 (637.146). O portal da Comunidade Portuária de Aveiro (CPA), registou, em 2018, 230.517 *views*, mais 77.288 *views*, face a 2017 (153.229). No seu conjunto os portais registaram, em 2018, 885.280 *views*, mais 81.632 face a 2017.

Em 2018 foram difundidas 73 *webletters* editáveis (67 em 2017), no que reporta à APA, S.A., havendo a registar mais 69 *webletters* editáveis enviadas pelo portal da CPA (108 em 2017). Importa referir que a quase totalidade dos artigos publicados nestes dois portais são, depois, replicados no portal e *webletter* da Associação dos Portos de Portugal (APP), ou, quando se justifica, no portal da Associação dos Portos de Língua Oficial Portuguesa (APLOP).

A interpenetração com as redes sociais é outro pormenor a ressaltar, através da publicação/replicação de conteúdos no *Facebook*, *Twitter*, *Slideshare*, *History Pin* e *Youtube*.

A *fan page* no *Facebook* da APA, S.A., registava, a 31 de dezembro de 2018, 1.687 seguidores e a da CPA registava, na mesma data, 600 seguidores.

A 31 de dezembro de 2018, o espaço da APA, S.A. no *Twitter*, registava 1.182 seguidores (725 em 2017) e o da CPA registava 381 seguidores.

O espaço da APA, S.A. no *FLICKR*, criado em 2014, oferece atualmente, aos cibernautas, 5.741 fotos distribuídas por 97 álbuns (5.705 fotos/96 álbuns em 2017).

O Porto de Aveiro, pioneiro das administrações portuárias portuguesas no *Youtube* oferece aos cibernautas um conjunto assinalável de vídeos, das maiores ofertas no panorama das empresas públicas portuguesas, com um total de 893 vídeos (em 2017 registava a publicação de 890 vídeos).

A 31 de dezembro de 2018, o *Youtube* indicava um total de 501.609 visualizações (491.687 em 2017), representando 397.182 minutos de tempo de visualização (357.143 em 2017), e 394 subscritores do canal (346 em 2017).

Proseguiu-se com a política encetada há vários anos e que consiste em manter presença regular nos meios de comunicação social ditos “tradicionais”. Sem um relato exaustivo, destacamos os suplementos publicados no jornal regional Diário de Aveiro, os programas quinzenais “Porto de Encontro”, emitido pela “Rádio Terra Nova”, e o programa da Comunidade Portuária de Aveiro,

este difundido pela Rádio Voz da Ria, isto para além da participação noutros produtos da imprensa escrita (suplementos, cadernos especiais, edições especiais, etc.).

Na Rádio Terra Nova foram emitidos 25 programas “Porto de Encontro”, espaço do porto de Aveiro na rádio. Na Rádio Voz da Ria foram emitidos 23 programas “Espaço da Comunidade Portuária de Aveiro”. Para além da difusão por via hertziana, os programas são depois disponibilizados em *podcast* nos portais da APA, S.A., CPA e APP.

A colaboração com os gabinetes de comunicação governamentais, instituições académicas e empresas, associações de diversa índole, sempre que solicitada, integra também o leque de atividades do gabinete de comunicação da APA, S.A.. Procedeu-se, diariamente, à monitorização dos conteúdos publicados sobre o Porto de Aveiro nos mais diversos suportes mediáticos, quer através dos recursos possibilitados pela *Cision*, quer através de alertas específicos da *Google*, ainda em buscas dirigidas na *web* e consulta de publicações em formato papel.

7. Recursos Humanos

7.1. Evolução do Efetivo

O efetivo da APA, S.A. registou a seguinte evolução no decurso dos últimos três anos:



O número de efetivos, apresentado no gráfico supra, corresponde aos colaboradores ao serviço da APA, S.A. a 31 de dezembro de cada um dos exercícios.

No que concerne à evolução do efetivo, registou-se, em 2018, um decréscimo, face ao ano anterior, do seu número, de 98 para 94 colaboradores, assinalando-se assim, a saída de uma auxiliar de serviços por aposentação, dois administradores e um motorista marítimo.

7.2. Habilitações Literárias

No que respeita ao nível habilitacional dos recursos humanos, os colaboradores habilitados com o 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico representam 43%, do total do efetivo, seguido de colaboradores habilitados com ensino superior (34%) e do ensino secundário (23%).

	N.º de Trabalhadores		
	2018	2017	2016
Habilitações Literárias	94	98	100
1.º Ciclo do ensino básico	8	9	9
2.º Ciclo do ensino básico	11	11	12
3.º Ciclo do ensino básico	21	22	23
Ensino secundário	22	22	22
Ensino superior politécnico	2	2	2

	N.º de Trabalhadores		
	2018	2017	2016
Habilitações Literárias	94	98	100
Ensino superior universitário	26	28	28
Outros	4	4	4

No quadro seguinte encontra-se representado o nível habilitacional dos recursos humanos da APA, S.A. desagregado por sexo, referente ao ano de 2018.

Habilitações Literárias	N.º de Trabalhadores	
	2018	
	Homens	Mulheres
Total de Trabalhadores	68	26
1.º Ciclo do ensino básico	7	1
2.º Ciclo do ensino básico	8	3
3.º Ciclo do ensino básico	20	1
Ensino secundário	12	10
Ensino superior politécnico	2	0
Ensino superior universitário	17	9
Outros	2	2

7.3. Ativos por Áreas Operacionais

O quadro infra apresenta a distribuição dos ativos por áreas operacionais, de acordo com o modelo organizacional vigente.

	N.º de Trabalhadores		
	2018	2017	2016
Total de Trabalhadores	94	98	100
<i>Top - Management</i>	2	4	4
Apoio à Administração	2	2	2
Gabinete Jurídico	1	1	1
Gabinete da Estratégia	2	2	2
Área de Desenvolvimento do Negócio	0	0	0
Direção de Coordenação Portuária	54	55	57
Direção de Gestão de Espaços, Ambiente e Infraestruturas	16	17	17
Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional	17	17	17

O quadro infra apresenta a desagregação, por género, do efetivo da empresa, distribuído pelas respetivas Áreas Operacionais.

	N.º de Trabalhadores	
	2018	
	Homens	Mulheres
Total de Trabalhadores	68	26
<i>Top - Management</i>	2	0
Apoio à Administração	0	2
Gabinete Jurídico	0	1
Gabinete da Estratégia	1	1
Área de Desenvolvimento do Negócio	0	0
Direção de Coordenação Portuária	49	5
Direção de Gestão de Espaços, Ambiente e Infraestruturas	11	5
Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional	5	12

Como se depreende da análise do quadro supra, a área operacional que apresenta um maior número de colaboradoras é a Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional, composta por 12 mulheres e 5 homens.

7.4. Escalões Etários

No que concerne à distribuição do efetivo por escalões etários, constata-se um aumento do nível etário médio de **52,15** em 2017 para **53,12** em 2018.

	N.º de Trabalhadores					
	2018		2017		2016	
Total	94	100,00%	98	100,00%	100	100,00%
Até aos 24 anos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
De 25 a 29 anos	0	0,00%	1	1,02%	1	1,00%
De 30 a 34 anos	2	2,13%	2	2,04%	2	2,00%
De 35 a 39 anos	2	2,13%	4	4,08%	3	3,00%
De 40 a 44 anos	6	6,38%	6	6,12%	7	7,00%
De 45 a 49 anos	14	14,89%	14	14,28%	19	19,00%
De 50 a 54 anos	23	24,47%	30	30,61%	31	31,00%
De 55 a 59 anos	33	35,11%	33	33,67%	30	30,00%
De 60 a 61 anos	9	9,57%	3	3,06%	4	4,00%
De 62 a 64 anos	5	5,32%	4	4,08%	3	3,13%
Mais de 65 anos	0	0,00%	1	1,02%	0	0,00%

Em 2018, os escalões etários com as idades compreendidas entre os 50 e os 59 anos são os que concentram maior número de efetivos, representando 59,57% dos colaboradores da APA, S.A..

O quadro infra apresenta os escalões etários em que se posicionam os colaboradores desta administração portuária, com a informação desagregada por género.

	N.º de Trabalhadores			
	2018			
	Homens		Mulheres	
Total	68	100,00%	26	100,00%
Até aos 24 anos	0	0,00%	0	0,00%
De 25 a 29 anos	0	0,00%	0	0,00%
De 30 a 34 anos	1	1,47%	1	3,85%
De 35 a 39 anos	1	1,47%	1	3,85%
De 40 a 44 anos	2	2,94%	4	15,38%
De 45 a 49 anos	10	14,71%	4	15,38%
De 50 a 54 anos	17	25,00%	6	23,08%
De 55 a 59 anos	26	38,24%	7	26,92%
De 60 a 61 anos	6	8,82%	3	11,54%
De 62 a 64 anos	5	7,35%	0	0,00%
Mais de 65 anos	0	0,00%	0	0,00%

7.5. Antiguidade

No que respeita ao nível de antiguidade, é notória a elevada concentração de efetivos nos últimos escalões, ou seja, mais de 25 anos de antiguidade, representando 61% do total de colaboradores.

	N.º de Trabalhadores		
	2018	2017	2016
	Total	94	98
Até 1 ano	0	1	2
Mais de 1 ano até 2 anos	1	2	5
Mais de 2 anos até 5 anos	5	5	1
Mais de 5 anos até 10 anos	3	3	2
Mais de 10 anos até 15 anos	3	5	11
Mais de 15 anos até 20 anos	22	22	17
Mais de 20 anos até 25 anos	3	9	13
Mais de 25 anos até 30 anos	40	36	49
Mais de 30 anos	17	15	0

O quadro infra apresenta o nível de antiguidade dos colaboradores no ano de 2018, desagregado por género.

N.º de Trabalhadores		
2018		
	Homens	Mulheres
Total	68	26
Até 1 ano	0	0
Mais de 1 ano até 2 anos	1	0
Mais de 2 anos até 5 anos	4	1
Mais de 5 anos até 10 anos	2	1
Mais de 10 anos até 15 anos	2	1
Mais de 15 anos até 20 anos	15	7
Mais de 20 anos até 25 anos	2	1
Mais de 25 anos até 30 anos	26	14
Mais de 30 anos	16	1

O nível de antiguidade que agrega um maior número de colaboradoras é o “*mais de 25 anos até 30 anos*”.

7.6. Indicadores

7.6.1. Trabalho e Absentismo

Indicadores	2018	2017	2016
1. Efetivo (n.º de trabalhadores)	94	98	100
2. Potencial Máximo anual (horas trabalháveis)	208 778	215 041	217 567
3. Trabalho Extraordinário (horas suplementares)	1 470	1 505	1 345
4. Absentismo (horas de ausência)	8 051	6 100	9 582
6. Horas Efetivamente Trabalhadas (2+3-4)	202 197	210 446	209 330
7. Horas Trabalhadas /Efetivo (6:1)	2 151	2 147	2 074
8. Taxa de Absentismo (4:2x100)	3,86%	2,84%	4,40%
9. Taxa de Trabalho Extraordinário (3:2x100)	0,70%	0,70%	0,62%

Da análise do quadro supra constata-se um acréscimo da taxa de absentismo comparativamente com o ano anterior, justificado, essencialmente, pelo aumento do número de horas de ausência por doença.

No quadro infra encontra-se representado o detalhe do número de horas de ausência, discriminado por tipo de falta.

Motivos de ausência	N.º de horas		
	2018	2017	2016
Total	8 051	6 100	9 582
Acidente de trabalho	408	1 723	824
Doença	7 299	3 432	8 543
Assistência inadiável	0	0	6
Maternidade / Paternidade	277	800	130
Suspensões Disciplinares	0	0	0
Outras Causas	67	145	79

De destacar que o acréscimo do número total de horas de ausência em 2018, quando comparado com o ano anterior, é justificado, essencialmente, pelo aumento das faltas por doença. No quadro infra encontram-se plasmados os motivos de ausência desagregados por género, referentes ao ano de 2018.

Motivos de ausência	N.º de horas	
	2018	
	Homens	Mulheres
Total	4 863	3 188
Acidente de trabalho	408	0
Doença	4 126	3 173
Assistência inadiável	0	0
Maternidade / Paternidade	277	0
Suspensões Disciplinares	0	0
Outras Causas	52	15

7.6.2. Formação com o Pessoal

A evolução do total de horas de formação caracteriza-se da seguinte forma.

	2018	2017	2016
Número total de horas de ação de formação	1 107	1 439	666
Número de ações	24	44	48
Número de formandos	151	223	79

Da análise ao quadro supra constata-se, em 2018, uma diminuição do número de ações de formação quando comparado com o ano anterior, bem como do número de formandos e número total de horas de ação de formação.

7.6.3. Produtividade

Em 2018 registou-se um aumento da produtividade, medida em função da carga movimentada no porto e das horas trabalháveis.

	2018	2017	2016
Toneladas Movimentadas (1)	5 624 491	5 150 439	4 541 399
Horas trabalháveis (2)	208 778	215 041	217 567
Produtividade (1)/(2)	26,94	23,95	20,87

7.6.4. Gastos com o Pessoal

No que respeita aos gastos com o pessoal refira-se que, em 2018, a despesa média por hora trabalhável aumentou, face a 2017, 0,70 euros. No que respeita à massa salarial por efetivo destaca-se, em 2018, o aumento, face a 2017, de 2 mil euros. Tais variações positivas são justificadas pelas valorizações remuneratórias, concedidas em 2018, aplicadas desde 01 de julho de 2016, na sequência do despacho conjunto de Sua Excelência Ministra do Mar e Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, de 31 de maio de 2016, e Revisão do Acordo Coletivo de Trabalho entre a APA, S.A. e outras e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 28 de 29 de julho de 2018.

Indicadores	2018	2017	2016
1. Gastos com o Pessoal	5 157 553	5 160 248	4 925 146
2. Massa Salarial*	5 028 813	5 045 023	4 834 630
3. Efetivo	94	98	100
4. Horas Trabalháveis	208 778	215 041	217 567
Despesa Média por hora trabalhável (1:4)	24,70	24,00	22,64
Massa Salarial / Efetivo (2:3)	53 498	51 480	48 346

* Remunerações dos Órgãos Sociais (conta 631) - Ajudas de Custo dos Órgãos Sociais (conta 6314) + Remunerações do Pessoal (conta 632) - Ajudas de Custo do Pessoal (conta 63207) + Encargos sobre Remunerações (conta 635).

7.6.5. Outros Gastos com o Pessoal

Ação Social	2018	2017	2016
Seguro de Saúde	25 426	27 948	28 264
Medicina no Trabalho	7 246	7 316	7 246
Pensões	12 469	22 899	11 387

7.6.5.1. Medicina no Trabalho

Os serviços de Medicina no Trabalho realizaram, em 2018, 81 exames médicos para aferição do estado de saúde geral dos trabalhadores e da sua capacidade física para o desempenho das funções profissionais que lhe são atribuídas.

De realçar que a APA, S.A. proporcionou a vacinação gratuita contra a Gripe, tendo usufruído da mesma 27 colaboradores.

Ação Social	2018	2017	2016
Efetivo (1)	94	98	100
Exames Periódicos	80	76	57
Exames Ocasionais	1	3	15
Total de Exames (2)	81	80	72
Índice de Frequência de Exames (2)/(1)	86,17%	81,63%	72,00%

8. Análise Económico-Financeira

Conforme referido no presente documento e na Nota 4 do Anexo às Demonstrações Financeiras, as contas relativas ao ano de 2018, incluem os ajustamentos decorrentes das imparidades dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, conforme recomendação emanada pelo acionista Estado, em sua reunião de Assembleia Geral realizada no pretérito dia 15 de abril de 2019.

Com efeito, atento o preconizado na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros, e por forma a permitir a comparabilidade com 2018, foi efetuada uma reexpressão das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2017, sendo que todos os valores comparativos, apresentados neste capítulo, já incluem o efeito de tal reexpressão.

8.1. Resultados

8.1.1. Resultado Operacional

Em 2018, a APA, S.A. apresentou um Resultado Operacional positivo de 15,939 milhões de euros, o que representa um aumento de 360,02%, relativamente ao ano anterior, conforme se observa no quadro seguinte.

	Valores em euros		
	2018	2017 Reexpresso	Δ 2018/2017
Rendimentos Operacionais (1)	20 085 171	19 473 659	611 512
Exploração Portuária	4 729 123	4 438 670	290 453
Subsídios à Exploração	64 316	4 978	59 338
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	394 280	0	394 280
Reversões de Imparidade de dívidas a receber	282 637	108 693	173 944
Outros Rendimentos	14 614 816	14 921 318	-306 503
Gastos Operacionais (2)	17 790 875	12 935 610	4 855 265
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0	755 736	-755 736
Fornecimentos e Serviços Externos	2 902 998	2 583 571	319 427
Gastos com o Pessoal	5 157 553	5 160 248	-2 696
Perdas de Imparidade de dívidas a receber	363 815	335 518	28 297
Perdas por imparidade de ativos e subsídios ao investimento	1 668	191 273	-189 606
Gastos em investimentos não financeiros	9 049 586	3 680 184	5 369 402
Outros Gastos	315 256	229 079	86 178

	Valores em euros		
	2018	2017 Reexpresso	Δ 2018/2017
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (3) = (1) - (2)	2 294 295	6 538 049	-4 243 754
Gastos de depreciação e de amortização (4)	8 401 399	8 316 549	84 850
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (5)	22 045 767	5 243 284	16 802 483
Resultado operacional (6) = (3) - (4) + (5)	15 938 663	3 464 783	12 473 879

Os rendimentos de **Exploração Portuária** incluem as prestações de serviços a navios (tarifas sobre navios, serviços de pilotagem e Amarração e Desamarração) e a carga (armazenagem e tarifa de uso de equipamento) realizados diretamente pela APA, S.A..

As rubricas que contribuíram para a variação positiva, de 290 mil euros, registada nos rendimentos de exploração portuária, encontram-se detalhadas no quadro seguinte.

	Valores em euros		
	2018	2017 Reexpresso	Δ 2018/2017
Exploração Portuária	4 729 123	4 438 670	290 453
TUP-Navio	2 153 045	1 946 329	206 715
Estacionamento	263 388	196 197	67 191
Amarração e desamarração	415 835	380 515	35 320
Pilotagem	1 431 314	1 373 737	57 577
Armazenagem	320 705	376 792	-56 087
Tarifa do Uso de Equipamento	143 419	163 034	-19 615
Serviços Secundários - Fornecimentos de pessoal	1 417	2 066	-649

O acréscimo registado nas tarifas TUP-Navio, Estacionamento, Amarração e Desamarração e Pilotagem resulta do aumento do movimento portuário, conforme apresentado no ponto 2. do presente relatório.

O desvio negativo registado na tarifa de armazenagem é justificado pela celebração de contratos de concessão com as Empresas de Estiva licenciadas a operar no porto de Aveiro para a construções de armazéns e alvarás de licença para ocupação de áreas de terraplenos para armazenagem a descoberto de mercadorias, registando os respetivos rendimentos na rubrica Outros Rendimentos - Rendimentos de Ocupação.

A redução registada nos rendimentos obtidos com a tarifa de uso de equipamentos é justificada pela entrada em vigor, a 1 de setembro de 2014, das *"Normas para Utilização dos Terminais de Cargas Secas do Porto de Aveiro"* e das *"Normas para Utilização das Pontes-Cais do Terminal de*

Granéis Líquidos do Porto de Aveiro”, que aprovaram o atual modelo de operação portuária, cujo objetivo principal é promover a concorrência dentro do porto através da diminuição do tempo de carga e descarga dos navios, mediante a utilização de meios de movimentação vertical privados em detrimento dos meios públicos.

Nos **Outros Rendimentos**, registou-se uma diminuição de 307 mil euros, face a 2017. Para esta variação contribuíram os:

- Rendimentos de propriedade, com um desvio positivo de 263 mil euros, face a 2017, justificado por novas ocupações (+ 474 mil euros), cancelamentos e reduções de áreas ocupadas (- 340 mil euros) e a evolução das bonificações e atualização das tarifas unitárias por metro quadrado ocupado (+ 129 mil euros);
- Rendimentos de Concessões, com um desvio negativo de 40 mil euros, justificado pelo aumento do movimento portuário, conforme apresentado no ponto 2. do presente relatório, dos rendimentos obtidos com as taxas de utilização das infraestruturas portuárias, aprovadas pelas *“Normas para Utilização dos Terminais de Cargas Secas do Porto de Aveiro”* e das *“Normas para Utilização das Pontes-Cais do Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Aveiro”* (+326 mil euros), e pelo término, em 2018, da concessão dos estaleiros navais cujo ativos vinham a ser reconhecidos como rendimento desta Administração Portuária, nos termos da política contabilística relativa ao reconhecimento dos ativos dos concessionários (-336 mil euros);
- Rendimentos de inertes, com um desvio desfavorável de 585 mil euros, face a 2017, justificado pela celebração do protocolo entre a APA - Agência do Ambiente, I.P. e a APA, S.A., para alimentação artificial do troço costeiro da Costa Nova - Vagueira com inertes em depósito e a dragar no Porto de Aveiro, implicando cessar a extração e vendas dos inertes aí localizados. Importa referir que a celebração deste protocolo permitirá extrair a totalidade dos inertes depositados na ZALI, libertando o espaço para os necessários trabalhos de infraestruturização.

	Valores em euros		
	2018	2017 Reexpresso	Δ 2018/2017
Outros Rendimentos	14 614 816	14 921 318	-306 503
Rendimentos de Propriedade	4 960 005	4 696 922	263 082
Inertes	-7 188	578 223	-585 411
Concessões *	6 671 370	6 711 726	-40 355
Fornecimentos Secundários	683 351	649 674	33 677
Recolha de Resíduos	105 191	53 941	51 250
Outros Rendimentos Suplementares	54 601	43 197	11 404
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 863	14	1 848
Imputação de subsídios para investimentos	2 121 554	2 150 089	-28 535

	Valores em euros		
	2018	2017 Reexpresso	Δ 2018/2017
Benefícios de penalidades contratuais	15 599	31 650	-16 052
Outros Rendimentos	8 471	5 882	2 589

Notas:

* Inclui, em 2018 e 2017, respetivamente, 2.749.529 euros e 3.085.879 euros, resultante da adoção da política contabilística relativa ao reconhecimento dos ativos dos concessionários que, no final da concessão, reverteram gratuitamente para a APA, S.A..

Observando a variação dos **Gastos Operacionais**, no ano de 2018, verificou-se um aumento de 4,855 mil euros, face a 2017, justificado, essencialmente, pelos impactos decorrentes da contabilização da imparidade sobre o negócio da APA, S.A. (+ 5,369 milhões de euros); do resultado obtido pela APFF, S.A. (+ 756 mil euros) e pelos gastos com investimentos não financeiros (+ 190 mil euros), contrastados pelo aumento dos fornecimentos e serviços externos (- 319 mil euros).

Para o desvio negativo de 319 mil euros verificado nos **Fornecimentos e Serviços Externos** contribuiu de forma significativa e relevante a realização, em 2018, de dragagens de manutenção dos fundos do porto de Aveiro, no montante de 752 mil euros (+ 260 mil euros, face a 2017) e de diversas empreitadas de conservação e reparação de infraestruturas portuárias, no montante de 369 mil euros (+ 121 mil euros, face a 2017).

No que respeita aos **Gastos com o Pessoal** apesar de se registar uma diminuição do número de colaboradores, conforme evidenciado no capítulo 6 do presente relatório, registou-se uma diminuição pouco expressiva, 3 mil euros, face ao registado em 2017. Para esta variação contribuíram os seguintes fatores:

- Valorizações remuneratórias, concedidas em 2018, aplicadas desde 01 de julho de 2016, na sequência do despacho conjunto de Sua Excelência Ministra do Mar e Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, de 31 de maio de 2016;
- Revisão do Acordo Coletivo de Trabalho entre a APA, S.A. e outras e o Sindicato Nacional do Trabalhadores das Administrações Portuárias, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 28 de 29 de julho de 2018;
- Aposentação de quatro colaboradores, três em 2017 e um em 2018;
- Recrutamento, em novembro de 2017, de um piloto marítimo;
- Rescisão contratual, em novembro de 2018, de um motorista marítimo; e
- Renúncia, a 31 de março de 2018, do Eng. João Pedro Braga da Cruz ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, tendo sido substituído, por cooptação, pelo Dr. João Borges, o qual viria a renunciar em a 30 de junho de 2018, data em que foi substituído, por cooptação, pelo Dr. Olinto Ravara.

Os **Fornecimentos e Serviços Externos** e os **Gastos com o Pessoal** continuam a deter um peso significativo na globalidade dos gastos operacionais de, respetivamente, 16,32% e 28,99%. Observadas conjuntamente estas duas rubricas absorveram 40,13% dos rendimentos globais da APA, S.A. no exercício de 2018 (39,77% em 2017).

Refira-se ainda que, decorrente da aplicação do método da equivalência patrimonial para valorização do investimento que a APA, S.A. detém na sua subsidiária, APFF, S.A., no exercício de 2018, foi reconhecido um rendimento no montante de 394 mil euros, correspondendo ao resultado líquido gerado por esta subsidiária nesse exercício (mais 1,150 milhões de euros, face a 2017). A variação positiva registada em 2018 do desempenho económico da APFF, S.A. é justificada pela contabilização, em 2017, de uma reversão, no montante de 1,583 mil euros, da perda por imparidade reconhecida sobre a totalidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Relativamente à rubrica **imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis**, realça-se que com base no estudo realizado com referência a 31 de dezembro de 2017, encontra-se reconhecida, nas demonstrações financeiras desta Administração Portuária, de 31 de dezembro de 2017, **uma perda por imparidade** sobre os ativos fixos tangíveis e intangíveis **depreciáveis/amortizáveis**, no montante de 226,462 milhões de euros.

Em 2018, decorrente de uma melhoria das perspetivas de negócio para o triénio 2019-2021, plasmadas no Plano de Atividades e Orçamento da APA, S.A., resultou uma reversão na referida perda, no montante de 22,046 milhões de euros, totalizando uma perda por imparidade a 31 de dezembro de 2018, no montante de 204,416 milhões de euros.

8.1.2. Resultado Antes de Imposto

Em 2018, a APA, S.A., apresenta um **Resultado Antes de Imposto** de 16,038 milhões de euros, o que representa um aumento de 12,579 milhões de euros, relativamente ao ano anterior.

	Valores em euros		
	2018	2017 Reexpresso	Δ 2018/2017
Resultado Operacional (6)	15 938 663	3 464 783	12 473 879
Juros, dividendos e outros rendimentos similares (7)	128 032	25 735	102 297
Gastos de financiamento (8)	28 504	31 133	-2 629
Resultado antes de Impostos (9)	16 038 191	3 459 386	12 578 805

De referir que a variação positiva registada na rubrica "*Juros, dividendos e outros rendimentos similares*" é justificada pela contabilização, em 2018, de juros de mora no montante de 125 mil euros, mais 115 mil euros do que em 2017, e pela diminuição de 13 mil euros referente à

remuneração dos Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC), contratualizados junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. (IGCP, E.P.E.).

Realça-se que, atento o risco de recebimento, do montante total de juros de mora registado em 2018, foi reconhecida uma perda por imparidade no montante de 109 mil euros.

8.1.3. Resultado Líquido do Exercício

A APA, S.A., apresentou, em 2018, um **Resultado Líquido do Exercício** de 16,730 milhões de euros.

Realça-se ainda, que caso esta Administração Portuária não reconhecesse o efeito da imparidade existente no seu negócio, o seu Resultado Líquido do Período ascenderia a 3,039 milhões de euros que, quando comparado com o mesmo resultado registado em 2017 (1,675 milhões de euros), representa um aumento de 1,364 mil euros.

8.2. Balanço

8.2.1. Ativo

O Ativo Líquido da APA, S.A., em 2018, ascendeu a 162,921 milhões de euros, conforme demonstrado no quadro seguinte.

	Valores em euros	
	2018	2017 Reexpresso
Ativo não Corrente	127 561 368	111 517 756
Ativos fixos tangíveis	98 351 031	83 356 696
Propriedades de investimento	4 106 082	4 106 082
Ativos intangíveis	9 815 582	9 326 563
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	15 224 937	14 665 287
Participações financeiras - outros	62 500	62 500
Outros Ativos Financeiros	1 235	627
Ativo Corrente	35 360 457	31 777 328
Clientes	3 724 313	3 655 274
Estado e Outros Entes Públicos	0	44 385
Outras contas a Receber	144 752	112 318
Diferimentos	160 457	168 446
Caixa e Depósitos bancários	31 330 935	27 796 905
Total do Ativo	162 921 825	143 295 084

De referir que o aumento do Ativo é justificado, essencialmente, pela reversão da perda por imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis (16,802 milhões de euros, excluindo o efeito

da reversão decorrente da depreciação dos bens), pelo aumento das disponibilidades (mais 3,534 milhões de euros) e pelo investimento realizado em 2018 (1,841 milhões de euros).

8.2.2. Capitais Próprios

Os Capitais Próprios, da APA, S.A., em 2018, ascenderam a 139,730 milhões de euros, conforme evidenciado no quadro seguinte.

	Valores em euros	
	2018	2017 Reexpresso
Capital Próprio		
Capital realizado	30 000 000	30 000 000
Reservas	195 147 246	196 376 103
Resultados transitados	-143 481 267	-146 631 314
Ajustamento em ativos financeiros	15 486 039	15 461 191
Outras variações do Capital Próprio	25 847 704	21 526 887
Resultado Líquido do Exercício	16 730 444	3 281 483
Total do Capital Próprio	139 730 166	120 014 350

As variações registadas nos Capitais Próprios da APA, S.A. são justificadas pela imputação dos impactos decorrentes do reconhecimento da supramencionada imparidade de negócio e pelo aumento, face a 2017, do Resultado Líquido do Período de 2018.

8.2.3. Passivo

O Passivo, da APA, S.A., em 2018, ascendeu a 23,192 milhões de euros, conforme evidenciado no quadro seguinte.

	Valores em euros	
	2018	2017 Reexpresso
Passivo não Corrente	18 498 154	19 475 610
Financiamentos obtidos	12 023 812	13 214 288
Passivos por impostos diferidos	0	0
Diferimentos	6 474 343	6 261 322
Outras Contas a Pagar	0	0
Passivo Corrente	4 693 550	3 805 124
Fornecedores	574 385	216 446
Estado e Outros Entes Públicos	498 817	406 704
Financiamentos Obtidos	1 190 474	1 190 474
Outras Contas a Pagar	1 479 287	1 199 163
Diferimentos	950 542	792 336
Total do Passivo	23 191 659	23 280 733

As variações registadas no Passivo resultam, fundamentalmente, do reembolso, em 2018, dos financiamentos obtidos (1,190 milhões de euros) e do aumento dos saldos de fornecedores e das outras contas a pagar.

8.3. Indicadores Económicos e Financeiros

No quadro seguinte são apresentados indicadores económico-financeiros para o ano de 2018 e 2017.

Indicadores		2018	2017 Reexpresso
Económicos			
VAB / Encargos Pessoal (%)		589,97	324,01
Volume de Negócios (em euros)	Prest. Serviços (conta 72) + Prov. Suplementares (conta 781)	17 196 452	17 172 353
EBIT (em euros)	Res. Operacionais	15 938 663	3 464 783
EBITDA Ajustado (em euros)	Ver ponto 8.3.1.	6 159 697	5 964 826
Margem EBIT (%)	EBIT / Volume Negócios	92,69	20,18
Margem EBITDA (%)	EBITDA / Volume Negócios	35,82	34,74
Financeiros			
Liquidez (%)	Ativo Circulante/ Passivo Circulante	944,72	1 054,75
Rend. Vendas (%)	Res. Líquido/ (Prestação Serviços + Outros)	97,29	19,11
Rent. Cap. Próprios (%)	Res. Líquido/ Cap. Próprios	11,97	2,73
Rent. Cap. Totais (%)	Res. Líquido/ (Cap. Próprios + Passivo)	10,27	2,29
Autonomia Financeira (%)	Cap. Próprios/Ativo Total	85,77	83,75
Solvabilidade (%)	Cap. Próprios/Passivo Total	602,50	515,51
Cobertura do Imobilizado (%)	Cap. Permanentes/ Ativo Fixo	124,04	125,08

8.3.1. EBITDA Ajustado

Face às variações referidas anteriormente, o EBITDA ajustado atingiu, no final do exercício, o montante de 6,160 milhões de euros, mais 195 mil euros do que o registado em 2017.

	Valores em euros		
	2018	2017 Reexpresso	Δ 2018/2017
EBITDA Ajustado (1) = (2) - (3) - (4) - (5) - (6) - (7)	6 159 697	5 964 826	194 871
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (2)	2 294 295	6 538 049	-4 243 754
Perdas por imparidade de ativos e subsídios ao investimento (3)	-9 049 586	-3 680 184	-5 369 402
Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos (4)	394 280	-755 736	1 150 015
Imputação de subsídios para investimentos (5)	2 121 554	2 150 089	-28 535
Imparidade de dívidas a receber (6)	-81 178	-226 825	145 647
Concessões* (7)	2 749 529	3 085 879	-336 350

*Rendimento resultante da adoção da política contabilística relativa ao reconhecimento dos ativos dos concessionários que, no final da concessão, revertem gratuitamente para a APA, S.A.

8.3.2. Valor Acrescentado Bruto

Face às variações referidas anteriormente, o Valor Acrescentado Bruto atingiu, no final do exercício, o montante de 323 mil euros por efetivo.

	Valores em euros		
	2018	2017 Reexpresso	Δ 2018/2017
VAB / N.º de Efetivos	323 704	170 609	153 095
N.º de Efetivos	94	98	-4
VAB	30 428 136	16 719 664	13 708 472
Impostos	191 414	157 075	34 339
Gastos com o Pessoal	5 157 553	5 160 248	-2 696
Gastos de financiamento	28 504	31 133	-2 629
Gastos de Depreciações e de Amortizações	8 401 399	8 316 549	84 850
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas (-) / reversões (+))	-81 178	-226 825	145 647
Resultado Líquido do Período	16 730 444	3 281 483	13 448 961

9. Perspetivas Futuras

Em linha com os objetivos inscritos no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2019-2021, os principais fatores chave de que dependem, no curto, médio e longo prazo, os resultados desta Administração Portuária são:

- **Aumento do movimento portuário:** A receita proveniente da atividade de exploração portuária é um dos principais contributos para a sustentabilidade financeira da empresa. Neste sentido torna-se fundamental a consolidação do crescimento do movimento de mercadorias iniciado em 2013;
- **Redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios:** A manutenção da tendência de redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, verificada desde 2010, afigura-se fundamental para alcançar a sustentabilidade financeira do porto;
- **Modelo de operação portuária:** A implementação do novo modelo de operação portuária, a 1 de setembro de 2014, é também um fator chave rumo à sustentabilidade da empresa. O principal objetivo deste modelo é incrementar a concorrência entre as empresas de estiva licenciadas através da melhoria da produtividade e eficiência dos meios de movimentação de cargas utilizados;
- **Plano de Investimentos:** Até 2014 a atuação estratégica da APA, S.A. centrou-se na expansão da capacidade instalada do Porto de Aveiro para a movimentação portuária, bem como na melhoria das suas acessibilidades marítimas e terrestres. Atualmente, o porto possui uma oferta de infraestruturas portuárias de excelente qualidade e ligações marítimas e rodoferroviárias competitivas. Com vista a potenciar as infraestruturas físicas existentes, bem como aumentar a sua atratividade junto das cadeias logísticas de transporte, definiu-se, para o horizonte 2020, a necessidade de orientar o esforço de investimento da APA, S.A. para projetos de reforço da segurança e de proteção ambiental das operações realizadas nas pontes cais do Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Aveiro, da melhoria das condições operacionais para a captação de atividades logísticas e industriais e de modernização dos sistemas de informação e comunicação do Porto. A realização dos investimentos estruturais, previstos no PAO 2019-2021 e na *“Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente - Horizonte 2026”*, publicada na Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 175/2017, de 24 de novembro, contribuirá para afirmar o Porto de Aveiro enquanto um polo logístico e industrial competitivo, o qual para além de ser uma infraestrutura destinada à movimentação portuária de mercadorias, é reconhecido pela sua localização privilegiada para a realização de atividades que acrescentam valor à carga e/ou de

atividades industriais que podem beneficiar de menores custos logísticos pelo facto de possuírem acesso direto a ligações multimodais.

10. Proposta de Aplicação dos Resultados

Dando cumprimento ao disposto na alínea f) do artigo 10º dos Estatutos da APA, S.A. o Conselho de Administração da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A. propõe à Assembleia Geral que o Resultado Líquido de 2018, apurado no montante de 16.730.444,05 euros seja distribuído da seguinte forma:

- 10%, 1.673.044,41 euros, para reservas legais, em cumprimento do estatuído na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º dos Estatutos da APA, S.A. aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro, alterados em reunião de Assembleia Geral de 31 de março de 2008, e pelas Deliberações Sociais Unâнимes por Escrito de 12 de janeiro de 2010 e de 9 de março de 2015;
- 464.282,37 euros para reservas não distribuíveis - concessões;
- 394.279,53 euros para Ajustamentos em ativos financeiros - lucros não atribuídos; e
- o remanescente, 14.198.837,74 euros, para resultados transitados.

A parte destinada a **reservas não distribuíveis - concessões**, resulta da implementação da política contabilística aprovada pelas Administrações Portuárias relativa ao reconhecimento, registo, mensuração e divulgação dos bens adquiridos ou construídos pelos concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos. A implementação desta política contabilística teve em consideração o parecer da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) datado de 3 de janeiro de 2012.

11. Cumprimento das Orientações Legais

Para efeito de sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais, evidenciadas no presente ponto, é apresentado o quadro seguinte.

Cumprimento das orientações legais	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto no relatório
	S	N	N/A		
Objetivos de gestão			X		Ver ponto 11.1.1.
Metas a atingir constantes no PAO 2018					
Princípios financeiros de referência	X				Ver ponto 11.1.2.1.
Recursos Humanos	X			A APA, S.A. cumpriu com os objetivos propostos no PAO 2018.	Ver ponto 11.1.2.2.
Investimentos	X				Ver ponto 11.1.2.3.
Endividamento	X				Ver ponto 11.1.2.4.
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE¹			X		Ver ponto 11.1.3.
Gestão do risco financeiro	X			A taxa média de financiamento em 2018 ascendeu a 0,22%.	Ver ponto 11.2.
Limites de Crescimento do Endividamento	X			Em 2018 o endividamento diminuiu 8,26% ou 1.190.476€, face a 2017.	Ver ponto 11.3.
Evolução do PMP a fornecedores	X			O PMP em 2018 ascendeu a 38 dias, menos 8 dias do que registado em 2017.	Ver ponto 11.4.
Divulgação dos atrasos nos pagamentos (“Arrears”)	X			A APA, S.A. não possuía faturas vencidas há mais de 90 dias a 31.12.2018.	Ver ponto 11.4.
Recomendações do acionista na aprovação de contas					
<i>“(…) (i) Incorporar nas contas relativas ao exercício findo em 31.12.2018 os ajustamentos decorrentes das imparidades referentes ao ativo identificadas na Certificação Legal de Contas individual e na Certificação Legal Consolidada (...)”</i>		X			Ver pontos 11.5.
<i>“(…) (ii) envidar esforços de modo a suprimir as reservas constantes na Certificação Legal das Contas individual e na Certificação Legal das Contas consolidada referentes à contabilização de “Rendimentos de ocupações e espaços” e “Rendimentos de concessões (...)”</i>		X			Ver pontos 11.5.
<i>“(…) (iii) dar cumprimento à redução do prazo médio de pagamentos, de acordo com o estipulado na Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro”</i>		X		O PMP em 2018 ascendeu a 38 dias, menos 8 dias do que registado em 2017.	Ver pontos 11.5. e 11.14.
Remunerações					
Não atribuição de prémios de gestão	X				Ver ponto 11.6.1.2.3.

Cumprimento das orientações legais	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto no relatório
	S	N	N/A		
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2018	X			Total da redução remuneratória em 2018: 24 960,49€.	Ver ponto 11.6.1.2.1.
CF - reduções remuneratórias vigentes em 2018	X			Total da redução remuneratória em 2018: 6 603 54€.	Ver ponto 11.6.1.3.1.1.
ROC - reduções remuneratórias vigentes em 2018	X			Total da redução remuneratória em 2018: 1.920,00€.	Ver ponto 11.6.1.3.2.1
Auditor Externo - reduções remuneratórias vigentes em 2018			X		Ver ponto 11.6.2.
Estatuto do Gestor Público (EGP) - Artigo 32.º e 33.º do EGP					
Não utilização de cartões de crédito	X				Ver ponto 11.7.1.
Não reembolso de despesas de representação pessoal	X				Ver ponto 11.7.2.
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	X				Ver ponto 11.7.3.
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	X				Ver ponto 11.7.4.
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP					
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	X				Ver ponto 11.8.
Promoção da igualdade entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014					
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	X				Ver ponto 11.9.
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção de corrupção					
Contratação Pública					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	X				Ver ponto 11.11.1.
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	X				Ver ponto 11.11.2.
Contratos submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas (TC)	X			No ano de 2018 foram submetidos 2 contratos a fiscalização prévia do TC, no montante total de 3,242 milhões de euros.	
Auditorias do Tribunal de Contas			X		
Parque Automóvel					
N.º de viaturas	X			Apesar do aumento da atividade portuária, a APA, S.A., utiliza 31 viaturas, desde 2008.	Ver ponto 11.13.
Gastos Operacionais das Empresas Públicas					
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do RJSPE)					
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	X			A 31.12.2018 a APA, S.A. tinha depositados na banca comercial, 0,04% ou 11 mil euros, devidamente dispensados do princípio de unidade de tesouraria.	Ver ponto 11.14.
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	X				Ver ponto 11.14.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado			X	A APA, S.A. cumpre com o Princípio da Unidade de Tesouraria.	Ver ponto 11.14.

¹ SIGO/SOE - Sistema de Informação de Gestão Orçamental / Sistema de Informação da Elaboração Orçamento de Estado.
S - Sim; N - Não; N/A - não aplicável.

11.1. Objetivos de gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

11.1.1. Indicar os objetivos definidos pelo acionista para 2018, explicando o grau de execução dos mesmos, assim como a justificação dos desvios e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar

Apesar de não terem sido celebrados Contratos de Gestão para o ano de 2018, o Conselho de Administração da APA, S.A., pautou a sua atuação pelas orientações recebidas pelo Acionista, das quais destacamos:

- Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento de Estado para 2018 (LOE 2018); e
- Ofício circular n.º 5127, da Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTf), de 29 de novembro de 2017, sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão que facultou as instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) 2018.

Neste contexto, quantificámos o nível de cumprimento dos objetivos de gestão tendo por base as metas definidas no PAO para o triénio 2018-2020. Ver também informação identificada no ponto 11.1.2. infra.

11.1.2. Evidenciar a execução do PAO para 2018, designadamente quanto aos princípios financeiros de referência, investimento, quadro de pessoal e nível de endividamento, justificando os desvios e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar

11.1.2.1. Princípios Financeiros

No ano de 2018, a APA, S.A. cumpriu, com a generalidade dos Princípios Financeiros, propugnados no PAO para 2018, conforme evidenciado no quadro infra. Importa ainda referir que o aumento, de 2.092 euros, no conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo e frota automóvel, registado em 2018, face ao valor inscrito no PAO para 2018, é justificado pelo acompanhamento de técnicos superiores da APA, S.A. no projeto da Janela Única Portuária, conforme se evidencia no ponto 11.13. do presente relatório.

	PAO 2018*	Realizado 2018	Desvio Real vs PAO
Princípios Financeiros			
EBITDA (€)	10 867 579	2 294 295	-8 573 284
Peso dos Gastos Operacionais / VN (%) **	49,19%	45,45%	-3,75%
Total dos gastos (a)+(b)+(c)	125 694	127 786	2 092
(a) Gastos com deslocações (€)	6 000	11 841	5 841
(b) Gastos com ajudas de custo (€)	9 104	10 011	907

	PAO 2018*	Realizado 2018	Desvio Real vs PAO
(c) Gastos com a frota automóvel (€)	110 590	105 935	-4 655
Estudos, pareceres, projetos e consultoria	107 225	39 894	- 67 331

Notas:

* Versão do PAO 2018-2020 elaborada a 06 de dezembro de 2018 a qual mereceu parecer favorável da UTAM no seu relatório de análise 331/2018, de 21 de dezembro.

** O peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios foi calculado nos termos da metodologia proposta pela UTAM, no seu relatório de análise n.º 261/2018, consubstanciada na anualização, por um período de 4 anos, dos gastos com dragagens.

11.1.2.2. Recursos Humanos

Relativamente aos recursos humanos, a diminuição do número de efetivos é justificada pela não realização das contratações previstas no PAO 2018 (8) e pela saída de mais um colaborador do que o previsto no PAO para 2018 (3).

	PAO 2018*	Realizado 2018	Desvio Real vs PAO
Recursos Humanos			
N.º de trabalhadores efetivos (n.º)	103	94	-9
Gastos com o Pessoal (€)	5 329 954	5 157 553	-172 401
Benefícios pós-emprego (€)	11 387	12 469	1 082

Notas:

* Versão do PAO 2018-2020 elaborada a 06 de dezembro de 2018 a qual mereceu parecer favorável da UTAM no seu relatório de análise 331/2018, de 21 de dezembro.

11.1.2.3. Plano de Investimentos

O Plano de Investimentos registou uma taxa de execução de 10%, face ao PAO para 2018. Acresce informar que os investimentos previstos no PAO 2018 e não realizados foram inscritos no PAO para 2019.

	PAO 2018*	Realizado 2018	Desvio Real vs PAO
Plano de Investimentos			
Investimento (€)	18 443 640	1 841 092	-16 602 548
Fundos Comunitários (€)	5 466 664	436 239	-5 030 425
Fundos Próprios (€)	12 976 976	1 404 853	-11 572 124

Notas:

* Versão do PAO 2018-2020 elaborada a 06 de dezembro de 2018 a qual mereceu parecer favorável da UTAM no seu relatório de análise 331/2018, de 21 de dezembro.

11.1.2.4. Passivo Remunerado

A APA, S.A., tal como previsto no PAO 2018, reduziu o seu passivo remunerado em 8,26%. Ver também informação identificada no ponto 11.2..

	PAO 2018*	Realizado 2018	Desvio Real vs PAO
Nível de Endividamento			
Passivo Remunerado (€)	13 214 286	13 214 286	0

Notas:

* Versão do PAO 2018-2020 elaborada a 06 de dezembro de 2018 a qual mereceu parecer favorável da UTAM no seu relatório de análise 331/2018, de 21 de dezembro.

11.1.3. Para as empresas públicas que integram o perímetro de consolidação das Administrações Públicas, incluir um quadro que evidencie o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE, acompanhado de nota justificativa dos respetivos desvios.

Não aplicável, de acordo com o disposto no artigo 2.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, que aprova a Lei de Enquadramento Orçamental.

11.2. Gestão do risco financeiro. Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos 5 anos, acompanhada de uma análise de eficiência da política de financiamento, quando aplicável.

O empréstimo concedido pelo BEI, a 29 de outubro de 2004, com garantia do Estado português, contratualizado pelo montante de 30 milhões de euros, teve por objetivo o financiamento das obras de expansão e aumento de capacidade das infraestruturas do Porto de Aveiro e a reconfiguração do seu acesso marítimo.

Foram solicitados 2 desembolsos, um no valor de 20 milhões de euros (realizado em janeiro de 2005) e outro no valor de 5 milhões de euros (realizado em novembro de 2009). O 1.º desembolso destinou-se ao cofinanciamento dos investimentos estruturais executados pela APA, S.A. entre 2000 e 2007, destinados essencialmente à melhoria das condições operacionais do porto para a movimentação de cargas. O 2.º desembolso teve como objetivo o cofinanciamento do projeto de reconfiguração da barra do Porto de Aveiro.

O capital mutuado pelo banco vence juros calculados à taxa Euribor acrescidos de um *spread* máximo de 0,13%. É amortizado em trinta e duas prestações semestrais consecutivas, tendo-se vencido a primeira em 15 de dezembro de 2008 e a última, vencer-se-á em 15 de junho de 2024. As primeiras 31 prestações são constantes em capital e correspondem, cada uma, a 1/42 do capital em dívida e a última prestação corresponde a 11/42 do capital dessa parcela desembolsada. Refira-se que a APA, S.A. poderá solicitar ao Banco que a última prestação seja paga em frações semestrais consecutivas e constantes de capital, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2024 e a última em 15 de junho de 2029.

A taxa de garantia pessoal concedida pelo Estado, sob a forma de fiança, para cumprimento das obrigações de capital e juros do empréstimo contraído pela APA, S.A. junto do BEI, ascende a 0,2% ao ano, sobre o capital em dívida.

	2018	2017	2016	2015	2014
Encargos financeiros (€)	28 604	31 019	33 611	61 781	106 722
Taxa Média de financiamento (%) ¹	0,22 %	0,22 %	0,22 %	0,37 %	0,59 %

¹ Encargos Financeiros (inclui juros, *spread* e garantia concedida pelo Estado) /Valor em dívida a 31 de dezembro

11.3. Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2018) apurado nos termos da fórmula disposta no número 4 do artigo 146.º do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio (Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2018).

A 31 de dezembro de 2018, o passivo remunerado da APA, S.A., ascendia a 13.214.286 euros (-1.190.476 euros ou -8,26%, face a 2017), cumprindo, portanto, o limite de crescimento definido no número 7 do artigo 56.º da LOE 2018, a saber mais 2%.

Passivo Remunerado	2018	2017	Variação 18/17	
	Valores (€)		Valor	%
Financiamento Remunerado (corrente e não corrente)	13 214 286	14 404 762	- 1 190 476	-8,26 %
- Do qual concedidos pela DGTF	0	0	0	0
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	0
Aumentos do Capital por conversão de créditos	0	0	0	0

Novos investimentos *	1 357 758 **
-----------------------	--------------

Notas:

* "Consideram-se novos investimentos com expressão material os que não figuram do plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a € 10 000 000 ou a 10% do orçamento anual da empresa", conforme n.º 2 do artigo 146.º do DLEO 2018. Refira-se que, de acordo com os valores inscritos no PAO 2018 da APA, S.A., 10% do orçamento da APA, S.A. corresponde a 2,691 milhões de euros.

** Inclui o montante realizado em 2018, dos investimentos previstos no PAO 2018 da APA, S.A. e cujo valor total estimado do investimento excede os 10% do orçamento da empresa, a saber "Expansão do TCRR (PAO: 3 milhões de euros, Real: 408 mil euros), Infraestruturação da ZALI (PAO: 9,894 milhões de euros, Real: 151 mil euros) e a Implementação da Operacionalidade no TGL (PAO: 2,694 milhões de euros, Real: 799 mil euros).

A variação do endividamento, calculada nos exatos termos da fórmula fixada nas instruções emanadas pela DGTF, no Ofício-Circular n.º 1116, de 12 de março de 2019, relativos às Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2018, decresce 5,74%, conforme apresentado na tabela infra. Tal variação é justificada pelo facto desta Administração Portuária recorrer a fundos próprios para realizar o seu plano de investimentos.

	2018
1. Financiamento Remunerado no ano 2018	13 214 286 €
2. Financiamento Remunerado no ano 2017	14 404 762 €
3. Capital social em 2018	30 000 000 €
4. Capital social em 2017	30 000 000 €
5. Novos Investimentos *	1 357 758 € **
A = (1-2)+(3-4)-5	- 2.548.234 €
6. Financiamento Remunerado no ano 2017	14 404 762 €
7. Capital social em 2017	30 000 000 €
B = (6+7)	44 404 762 €
Varição do Endividamento = A / B	-5,74%

Notas:

* "Consideram-se novos investimentos com expressão material os que não figuram do plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a € 10 000 000 ou a 10% do orçamento anual da empresa", conforme n.º 2 do artigo 146.º do DLEO 2018. Refira-se que, de acordo com os valores inscritos no PAO 2018 da APA, S.A., 10% do orçamento da APA, S.A. corresponde a 2,691 milhões de euros.

** Inclui o montante realizado em 2018, dos investimentos previstos no PAO 2018 da APA, S.A. e cujo valor total estimado do investimento excede os 10% do orçamento da empresa, a saber "Expansão do TCRP (PAO: 3 milhões de euros, Real: 408 mil euros), Infraestruturação da ZALI (PAO: 9,894 milhões de euros, Real: 151 mil euros) e a Implementação da Operacionalidade no TGL (PAO: 2,694 milhões de euros, Real: 799 mil euros).

11.4. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears"), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

O Prazo Médio de Pagamentos (PMP) a fornecedores, calculado em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, ascendeu, em 2018, a 38 dias, menos 8 dias, ou -17%, face ao registado em 2017.

Refira-se ainda que "a avaliação do grau de cumprimento do objetivo de prazo de pagamento é feita anualmente, com base na variação homóloga do PMP registado no final do 4.º trimestre do ano anterior". Assim, considerando o PMP registado em 2017 (46 dias) e o grau de cumprimento do objetivo plasmado no número 9 da secção I da RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, a APA, S.A. cumpre com o objetivo fixado para 2018, leia-se uma redução do PMP no intervalo de 15% a 25%.

PMP	2018	2017	Var. 2018/2017
Prazo (dias)	38	46	-8

A 31 de dezembro de 2018, a APA, S.A. não possuía faturas vencidas há mais de 90 dias.

Dívidas Vencidas	Valor 0-90 dias	Valores em euros			
		Valor das dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio (€)			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisições de Bens e Serviços	574 385	0	0	0	0
Aquisições de Capital	387 470	0	0	0	0
Total	961 855	0	0	0	0

11.5. Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação dos documentos de prestações de contas

A 15 de abril de 2019, em reunião de Assembleia Geral, o acionista da APA, S.A., aprovou os documentos de prestação de contas de 2017 e recomendou ao Conselho de Administração da APA, S.A. que diligenciasse no sentido de “(...) (i) Incorporar nas contas relativas ao exercício findo em 31.12.2018 os ajustamentos decorrentes das imparidades referentes ao ativo identificadas na Certificação Legal de Contas individual e na Certificação Legal de Contas Consolidada (...); “(...) (ii) Envidar esforços de modo a suprir as reservas constantes da Certificação Legal das Contas individual e na Certificação Legal das Contas consolidadas referentes à contabilização de “Rendimentos de ocupações e espaços” e “Rendimentos de Concessões” (...); e “(...) (iii) Dar cumprimento à redução do prazo médio de pagamentos, de acordo com o estabelecido na RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro;”.

Relativamente a tais recomendações, realça-se que esta Administração Portuária efetuou o registo da imparidade nas suas contas relativas ao exercício de 2018, irá diligenciar junto da APP, a harmonização da contabilização dos rendimentos em todas as Administrações Portuárias nacionais e, em 2018, cumpriu com as orientações emanadas na RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, tendo registado um PMP de 38 dias, menos 8 dias ou -17% face ao registado em 2017.

Ver informação no ponto 11.4. do presente relatório.

11.6. Remunerações

11.6.1. Órgãos Sociais

11.6.1.1. Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
(2015-2017)* (2019-2021)**	Presidente	Associação Industrial do Distrito de Aveiro (AIDA), representada por Eng. Valdemar da Silva Coutinho	575,00	0,00 ***
(2015-2017)*	Secretário	Dr.ª Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira Sampaio	375,00	0,00 ***
Total			0,00	

Notas:

* O acionista da APA, S.A., na Assembleia Geral, realizada a 15 de abril de 2019, procedeu à eleição de novos Órgãos Sociais para o mandato 2019-2021, pelo que, em conformidade com o número 2 do artigo 5.º dos Estatutos da Empresa, os elementos da Mesa da Assembleia Geral exerceram funções de 09 de março de 2015 até 15 de abril de 2019.

** Em reunião de Assembleia Geral, realizada a 15 de abril de 2019, o Acionista da APA, S.A. procedeu à reeleição da AIDA para Presidente da mesa da Assembleia Geral.

*** O Acionista Estado propôs e votou favoravelmente a suspensão dos trabalhos das Assembleias Gerais realizadas em 30 de maio de 2018, 28 de agosto de 2018 e 26 de novembro de 2018, facto que não deu lugar ao pagamento das respetivas senhas de presença.

11.6.1.2. Conselho de Administração

O Conselho de Administração da APA, S.A. é composto por um presidente e até três vogais, sendo um destes designado ou proposto pelo membro do governo responsável pela área das finanças, que deve aprovar expressamente qualquer matéria cujo impacto financeiro na Empresa seja superior a 1% do ativo líquido.

A 31 de março de 2018, o Eng.º João Pedro Tarujo de Almeida Braga da Cruz, renunciou ao mandato para o exercício do cargo de Presidente do Conselho de Administração da APA, S.A., tendo sido cooptado o vogal Dr. João Begonha da Silva Borges, o qual viria a renunciar em 30 de junho de 2018, data em que foi substituído, por cooptação, pelo vogal Dr. Olinto Henrique Cruz Ravara.

De 01 de janeiro de 2018 a 31 de março de 2018

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação			OPRLO		N.º de Mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
09-03-2015 a 31-03-2018*	Presidente	Eng. João Pedro Tarujo de Almeida Braga da Cruz (Eng. Braga da Cruz) **	DUE	09-03-2015	n.a.	n.a.	n.a.	1
09-03-2015 a 15-04-2019*	Vogal	Dr. Luís Manuel Barbosa Marques Leal (Dr. Luís Leal)	DUE	09-03-2015	n.a.	n.a.	n.a.	1
09-03-2015 a 30-06-2018*	Vogal	Dr. João Begonha da Silva Borges (Dr. João Borges)	DUE	09-03-2015	n.a.	n.a.	n.a.	1

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação			OPRLO		N.º de Mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
09-03-2015 a 15-04-2019*	Vogal	Dr. Olinto Henrique Cruz Ravara (Dr. Olinto Ravara)	DUE	09-03-2015	n.a.	n.a.	n.a.	1

Notas:

*A 15 de abril de 2019, o acionista da APA, S.A., em sede de Assembleia Geral, procedeu à eleição de novos Órgãos Sociais para o mandato 2019-2021, pelo que, nos termos do número 2 do artigo 5.º dos Estatutos da Empresa, o Conselho de Administração exerceu funções de 09 de março de 2015 até 15 de abril de 2019.

** Renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, a 31 de março de 2018, tendo sido substituído, por cooptação, pelo Dr. João Borges.

Legenda:

DUE - Deliberação Unânime por Escrito; O/D - Origem/Destino; n.a. - não aplicável.

De 01 de abril de 2018 a 30 de junho de 2018

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação			OPRLO		N.º de Mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
09-03-2015 a 30-06-2018*	Presidente	Dr. João Borges **	Ata	09-03-2015	n.a.	n.a.	n.a.	1
09-03-2015 a 15-04-2019*	Vogal	Dr. Luís Leal	DUE	09-03-2015	n.a.	n.a.	n.a.	1
09-03-2015 a 15-04-2019*	Vogal	Dr. Olinto Ravara	DUE	09-03-2015	n.a.	n.a.	n.a.	1

Notas:

* De acordo com o número 2 do artigo 6.º dos Estatutos da APFF, S.A., "Os membros dos órgãos sociais consideram-se investidos logo que tenham sido eleitos e permanecem no exercício das suas funções até à designação de quem os deva substituir (...)".

** Renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, a 30 de junho de 2018, tendo sido substituído, por cooptação, pelo Dr. Olinto Ravara.

Legenda:

DUE - Deliberação Unânime por Escrito; O/D - Origem/Destino; n.a. - não aplicável; Ata - Ata de Reunião de Conselho de Administração.

Após 1 de julho de 2018

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação			OPRLO		N.º de Mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
09-03-2015 a 15-04-2019*	Presidente	Dr. Olinto Ravara	Ata	09-03-2015	n.a.	n.a.	n.a.	1
	Vogal	Dr. Luís Leal	DUE	09-03-2015	n.a.	n.a.	n.a.	1

Nota:

*A 15 de abril de 2019, o acionista da APA, S.A., em sede de Assembleia Geral, procedeu à eleição de novos Órgãos Sociais para o mandato 2019-2021, pelo que, nos termos do número 2 do artigo 5.º dos Estatutos da Empresa, o Conselho de Administração exerceu funções de 09 de março de 2015 até 15 de abril de 2019.

Legenda:

DUE - Deliberação Unânime por Escrito; O/D - Origem/Destino; n.a. - não aplicável; Ata - Ata de Reunião de Conselho de Administração.

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Eng. Braga da Cruz *	n.a.	n.a.	n.a.
Dr. Luís Leal	n.a.	n.a.	n.a.
Dr. João Borges **	n.a.	n.a.	n.a.
Dr. Olinto Ravara	n.a.	n.a.	n.a.

Legenda:

n.a. - não aplicável.

Notas:

* Renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, a 31 de março de 2018, tendo sido substituído, por cooptação, pelo Dr. João Borges.

** Renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, a 30 de junho de 2018, tendo sido substituído, por cooptação, pelo Dr. Olinto Ravara.

Realça-se que em reunião de Assembleia Geral, realizada no pretérito dia 15 de abril de 2019, o Acionista Estado elegeu os seguintes membros do Conselho de Administração da APA, S.A., para o mandato 2019-2021:

- Presidente: Maria de Fátima Lopes Alves;
- Vogal: Isabel Sofia de Moura Ramos;
- Vogal: Helder Jorge do Vale Nogueira; e
- Vogal: Nuno Manuel Marques Pereira.

11.6.1.2.1. Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes para 2018

A APA, S.A. deu cumprimento ao estatuído no artigo 12.º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho, e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março.

De 01 de janeiro de 2018 a 31 de março de 2018

Membro do Órgão de Administração (CA)	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento	Despesas de Representação
Eng. Braga da Cruz *	S	B	4.864,34	1.945,74
Dr. Luís Leal	S	B	3.891,47	1.556,59
Dr. João Borges	S	B	3.891,47	1.556,59
Dr. Olinto Ravara	S	B	3.891,47	1.556,59

Nota:

* Renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, a 31 de março de 2018, tendo sido substituído, por cooptação, pelo Dr. João Borges.

Legenda:

S - Sim; N - Não

De 1 de abril de 2018 a 30 de junho de 2018

Membro do Órgão de Administração (CA)	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento	Despesas de Representação
Dr. João Borges *	S	B	4.864,34	1.945,74
Dr. Luís Leal	S	B	3.891,47	1.556,59
Dr. Olinto Ravara	S	B	3.891,47	1.556,59

Nota:

* Renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, a 30 de junho de 2018, tendo sido substituído, por cooptação, pelo Dr. Olinto Ravara.

Legenda:

S - Sim; N - Não.

Após 1 de julho de 2018

Membro do Órgão de Administração (CA)	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento	Despesas de Representação
Dr. Olinto Ravara	S	B	4.864,34	1.945,74
Dr. Luís Leal	S	B	3.891,47	1.556,59

Legenda:

S - Sim; N - Não

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remun.*** (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Eng. Braga da Cruz *	20 430,24	0,00	20 430,24	3 082,62	17 347,62
Dr. Luís Leal	72 965,09	0,00	72 965,09	7 525,96	65 439,13
Dr. João Borges **	41 547,90	0,00	41 547,90	5 073,69	36 474,21
Dr. Olinto Ravara	82 061,43	0,00	82 061,43	9 278,22	72 783,21
Total			217 004,66	24 960,49	192 044,17

Notas:

* Renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, a 31 de março de 2018, tendo sido substituído, por cooptação, pelo Dr. João Borges.

** Renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, a 30 de junho de 2018, tendo sido substituído, por cooptação, pelo Dr. Olinto Ravara.

*** Inclui as reduções remuneratórias impostas pelas RCM n.º 16/2012 e 36/2016, revertidas, faseadamente, nos termos do disposto do artigo 182.º do DLEO 2018.

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de refeição		Regime de Proteção Social		Seguros		Outros	
	Valor/dia	Montante pago Ano	Identificar	Valor	Saúde	Vida	Identificar	Valor
Eng. Braga da Cruz *	4,77	228,96	CGA	5 993,41	69,36	0,00	0,00	0,00
Dr. Luís Leal	4,77	414,99	SS***	10 794,95	277,43	0,00	0,00	0,00

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de refeição		Regime de Proteção Social		Seguros		Outros	
	Valor/dia	Montante pago Ano	Identificar	Valor	Saúde	Vida	Identificar	Valor
Dr. João Borges **	4,77	376,83	SS	11 449,00	138,71	0,00	0,00	0,00
Dr. Olinto Ravara	4,77	939,69	SS	17 591,18	277,43	0,00	0,00	0,00
Total		1.960,47		45.828,54	762,93	0,00	0,00	0,00

Notas:

* Renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, a 31 de março de 2018, tendo sido substituído, por cooptação, pelo Dr. João Borges.

** Renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, a 30 de junho de 2018, tendo sido substituído, por cooptação, pelo Dr. Olinto Ravara.

** Corresponde à taxa contributiva aplicável aos pensionistas.

Legenda:

SS - Segurança Social; CGA - Caixa Geral de Aposentações.

De 01 de janeiro de 2018 a 31 de março de 2018

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura		Contrato	Modalidade	Ano		Prestações Contratuais Remanescente	Valor Renda	
	Atribuída	Valor			Início	Fim		Mês	Ano
	[S/N]	[€]	[S/N]	[Identificar]					
Eng. Braga da Cruz *	S	36.646,40 ¹	N	---	---	---	---	---	---
Dr. Luís Leal	S	40.326,55 ²	N	---	---	---	---	---	---
Dr. João Borges	S	40.326,55 ²	N	---	---	---	---	---	---
Dr. Olinto Ravara	S	47.353,01 ³	N	---	---	---	---	---	---

Notas:

¹ - Valor de aquisição em novembro de 2015.

² - Valor de aquisição em julho de 2005.

³ - Valor de aquisição em outubro de 2005.

* Renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, a 31 de março de 2018, tendo sido nomeado, por cooptação, em substituição do renunciante o Dr. João Borges.

Legendas:

S/N - Sim/Não.

De 1 de abril de 2018 a 30 de junho de 2018

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura		Contrato	Modalidade	Ano		Prestações Contratuais Remanescente	Valor Renda	
	Atribuída	Valor			Início	Fim		Mês	Ano
	[S/N]	[€]	[S/N]	[Identificar]					
Dr. João Borges *	S	36.646,40 ¹	N	---	---	---	---	---	---
Dr. Luís Leal	S	40.326,55 ²	N	---	---	---	---	---	---
Dr. Olinto Ravara	S	47.353,01 ³	N	---	---	---	---	---	---

Notas:

¹ - Valor de aquisição em novembro de 2015.

² - Valor de aquisição em julho de 2005.

³ - Valor de aquisição em outubro de 2005.

* Renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, a 30 de junho de 2018, tendo sido substituído, por cooptação, pelo Dr. Olinto Ravara.

Legendas:

S/N - Sim/Não.

Após 1 de julho de 2018

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura		Contrato	Modalidade	Ano		Prestações Contratuais Remanescente	Valor Renda	
	Atribuída	Valor			Início	Fim		Mês	Ano
	[S/N]	[€]	[S/N]	[Identificar]					
Dr. Olinto Ravara	S	36.646,40 ¹	N	---	---	---	---	---	
Dr. Luís Leal	S	47.353,01 ²	N	---	---	---	---	---	

Notas:

¹ - Valor de aquisição em novembro de 2015.² - Valor de aquisição em outubro de 2005.

Legendas:

S/N - Sim/Não.

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com Viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Eng. Braga da Cruz *	53,50	71,10	278,01	---	0	402,61
Dr. Luís Leal	137,50	80,00	2 768,00	---	0	217,5
Dr. João Borges **	368,19	0,00	672,92	---	0	1 041,11
Dr. Olinto Ravara	734,00	0,00	1 304,29	---	0	2 038,29
					Total	3 699,51

Notas:

* Renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, a 31 de março de 2018, tendo sido substituído, por cooptação, pelo Dr. João Borges.

** Renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, a 30 de junho de 2018, tendo sido substituído, por cooptação, pelo Dr. Olinto Ravara.

11.6.1.2.2. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou pagamento de prémios e os motivos por que os mesmos foram concedidos

Os membros do Conselho de Administração não foram remunerados sob a forma de participação nos lucros e/ou pagamento de prémios.

11.6.1.2.3. Atribuição de prémios de gestão

Atento o disposto no artigo 20.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que prorrogou os efeitos do artigo 41.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, não foi atribuída, aos membros do Conselho de Administração da APA, S.A., qualquer componente variável da remuneração, no ano de 2018.

11.6.1.2.4. Indeminizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não foram pagas ou devidas indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

11.6.1.3. Fiscalização

A fiscalização da Empresa compete, conforme estabelecido no artigo 15.º dos Estatutos da APA, S.A., "a um conselho fiscal e a um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, que não seja membro daquele órgão, todos eleitos em assembleia-geral por um período de três anos."

Para além das atribuições constantes da Lei, compete, em especial, aos órgãos de fiscalização as competências atribuídas no artigo 16.º dos supra referidos Estatutos.

11.6.1.3.1 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da APA, S.A. foi composto, em 2018, por três membros efetivos e um membro suplente.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal)	N.º de Mandatos
			Forma	Data		
09-03-2015 a 15-04-2019*	Presidente	Dr. ^a Ana Luísa Louro da Graça Peixito Soares	DUE	09-03-2015	1 362,01 €	1
	Vogal	Dr. ^a Rita Maria Góis de Carvalho	DUE	09-03-2015	1 021,51 €	1
	Vogal	Dr. ^a Maria Gabriela Nunes Mendes Campos	DUE	09-03-2015	1 021,51 €	2 **
	Suplente	Dr. Mário José Alvarinho Carrega	DUE	09-03-2015	0,00 €	2 **

Notas:

* A 15 de abril de 2019, o acionista da APA, S.A., em sede de Assembleia Geral, procedeu à eleição de novos Órgãos Sociais para o mandato 2019-2021, pelo que, em conformidade com o número 2 do artigo 5.º dos Estatutos da Empresa, o Conselho Fiscal exerceu funções de 09 de março de 2015 até 15 de abril de 2019.

** Eleitos para o mandato de 2008-2011. Por orientações da Tutela, na Assembleia Geral, realizada em 26 de maio de 2011, não se procedeu à eleição dos Órgãos Sociais para o mandato 2011-2013, pelo que em conformidade com os Estatutos da Empresa o anterior Conselho Fiscal exerceu funções até 9 de março de 2015.

Legendas:

DUE - Deliberação Unânime por Escrito.

Realça-se que em reunião de Assembleia Geral, realizada no pretérito dia 15 de abril de 2019, o Acionista Estado elegeu os seguintes membros do Conselho Fiscal da APA, S.A., para o mandato 2019-2021:

- Presidente: Ana Luísa Louro da Graça Peixito Soares;
- Vogal Efetivo: Pedro Alexandre Morais dos Santos;
- Vogal Efetivo: Maria Fernanda de Sousa Rebelo Lopes Pires Borges; e
- Vogal Suplente: Pedro Manuel Mota Carecho Grilo.

11.6.1.3.1.1. Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes para 2018

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias * (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Dr.ª Ana Luísa Louro da Graça Peixito Soares	19 068,14	2 648,14	16 420,00
Dr.ª Rita Maria Góis de Carvalho	14 287,14	1 977,70	12 309,44
Dr.ª Maria Gabriela Nunes Mendes Campos	14 287,14	1 977,70	12 309,44
Dr. Mário José Alvarinho Carrega	0,00	0,00	0,00
		Total	41 038,88

Nota:

* Inclui as reduções remuneratórias impostas pelas RCM n.º 16/2012 e 36/2016, revertidas, faseadamente, nos termos do disposto do artigo 182.º do DLEO 2018.

11.6.1.3.2. Revisor Oficial de Contas

Em Assembleia Geral de 26 de julho de 2016, o Acionista procedeu à eleição da Deloitte & Associados, SROC, S.A. *“para acompanhar o mandato correspondente ao triénio 2015-2017, de acordo com a proposta do Conselho Fiscal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 446.º do Código das Sociedades Comerciais”*, em substituição da PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda..

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas	
		Nome	N.º Inscrição OROC	N.º Registo CMVM	Forma	Data	Data do Contrato	no grupo ³	na entidade
(2016-2017)*	ROC	Deloitte & Associados, SROC, S.A.**(Deloitte)	43	231	AG	26-07-2016	21-09-2016***	3	3

Notas:

* O acionista, em Assembleia Geral, realizada a 26 de julho de 2016, nomeou a Deloitte & Associados, SROC, S.A. *“para acompanhar o mandato corresponde ao triénio 2015-2017”*. De acordo com o número 2 do artigo 6.º dos Estatutos da APFF, S.A., *“Os membros dos órgãos sociais consideram-se investidos logo que tenham sido eleitos e permanecem no exercício das suas funções até à designação de quem os deva substituir (...)”*. Realça-se que até à data o Conselho Fiscal ainda não propôs a nomeação do ROC para acompanhar o mandato 2019-2021.

** Representada por Dr. Miguel Nuno Machado Canavarro Fontes ou, em substituição, por Dr. Paulo Alexandre Rocha Silva Gaspar;

*** A 13 de outubro de 2017 foi atualizada a cláusula nona do Contrato de Prestação de Serviços, relativamente ao exame das Demonstrações Financeiras do exercício a findar a 31 de dezembro de 2018.

³ - O grupo foi criado em 2008.

Legenda:

AG - Assembleia Geral.

11.6.1.3.2.1. Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes para 2018

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, relativos ao ano 2018, cumprem o estipulado no artigo 58.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro.

	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2018 (€)			Identifica Serviço	Valor Anual de Serviços Adicionais - 2018 (€)		
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)		Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Deloitte	18.920,00	1.920,00	17.000,00	n.a.	0	0	0

Legenda: n.a. - não aplicável.

11.6.2. Auditor Externo

A APA, S.A. não dispõe de Auditor Externo, dado ter sido entendimento que a complexidade da Empresa não justifica tal contratação.

11.7. Aplicação do disposto no artigo 32.º e 33.º do EGP, no que se refere, designadamente:

11.7.1. À utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa

A APA, S.A. não atribuiu cartões de crédito nem quaisquer outros instrumentos de pagamento aos seus gestores.

11.7.2. O reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal

A APA, S.A. não reembolsa quaisquer despesas de representação pessoal aos seus gestores.

11.7.3. O valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet

Membro do CA	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido *	Valor Anual	Observações
Eng. Braga da Cruz ***	80,00	54,53	**
Dr. Luís Leal	80,00	309,17	**
Dr. João Borges ****	80,00	116,64	**
Dr. Olinto Ravara	80,00	386,01	**
	Total	866,36	

Notas:

* De acordo com a Deliberação Social Unanime por Escrito de 9 de março de 2015 "o abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00€, nos termos do disposto nos n.º 3 e 4 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público".

** Foram emitidas faturas aos utilizadores sempre que ultrapassado o *plafond*.

*** Renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, a 31 de março de 2018, tendo sido nomeado, por cooptação, em substituição do renunciante o Dr. João Borges.

**** Renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, a 30 de junho de 2018, tendo sido nomeado, por cooptação, em substituição do renunciante o Dr. Olinto Henrique Cruz Ravara.

11.7.4. O valor de combustíveis e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço

De 01 de janeiro de 2018 a 31 de março de 2018

Membro do CA	Plafond mensal Combustível e Portagens *	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Eng. Braga da Cruz **	486,44	294,75	225,72	520,47	***
Dr. Luís Leal	389,15	181,58	96,40	277,98	***

Membro do CA	Plafond mensal Combustível e Portagens *	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Dr. João Borges	389,15	205,91	110,05	315,96	***
Dr. Olinto Ravara	389,15	265,43	123,10	388,53	***
Total				1 502,94	

Notas:

* De acordo com a Deliberação Social Unanime por Escrito de 9 de março de 2015 "o valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público".

** Renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, a 31 de março de 2018, tendo sido nomeado, por cooptação, em substituição do renunciante o Dr. João Borges.

*** Foram emitidas faturas aos utilizadores sempre que ultrapassado o *plafond*.

De 01 de abril de 2018 a 30 de junho de 2018

Membro do CA	Plafond mensal Combustível e Portagens *	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Dr. João Borges **	486,44	912,11	623,15	1 535,26	***
Dr. Luís Leal	389,15	667,20	247,50	914,7	***
Dr. Olinto Ravara	389,15	754,99	282,80	1 037,79	***
Total				3 487,75	

Notas:

* De acordo com a Deliberação Social Unanime por Escrito de 9 de março de 2015 "o valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público".

** Renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, a 30 de junho de 2018, tendo sido substituído, por cooptação, pelo Dr. Olinto Ravara.

*** Foram emitidas faturas aos utilizadores sempre que ultrapassado o *plafond*.

Após 1 de julho de 2018

Membro do CA	Plafond mensal Combustível e Portagens *	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Dr. Olinto Ravara	486,44	1 743,73	943,25	2 686,98	**
Dr. Luís Leal	389,15	1 659,84	473,60	2 133,44	**
Total				4 820,42	

Notas:

* De acordo com a Deliberação Social Unanime por Escrito de 9 de março de 2015 "o valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público".

** Foram emitidas faturas aos utilizadores sempre que ultrapassado o *plafond*.

11.8. Da aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de **despesas não documentadas ou confidenciais**

A APA, S.A. não realiza despesas não documentadas ou confidenciais.

11.9. Da elaboração e divulgação de **relatório sobre remunerações** pagas a mulheres e homens, conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

Atento o disposto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, a APA, S.A. elaborou o relatório sobre a diferença salarial entre homens e mulheres, disponível para consulta em www.portodeaveiro.pt, separador “obrigações de informação”.

11.10. Da elaboração e divulgação do **relatório anual sobre prevenção da corrupção**, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE

De acordo com o artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, a APA, S.A., procede, anualmente, à realização de um relatório identificativo das ocorrências ou riscos de ocorrências de factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei 54/2008, de 04 de setembro, disponível em www.portodeaveiro.pt, separador “obrigações de informação”.

11.11. Contratação Pública

11.11.1. Indicação sobre o modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2018

A APA, S.A. e a APFF, S.A., encontram-se vinculadas ao cumprimento das normas de contratação pública constantes do Código dos Contratos Públicos (CCP), relativamente à formação de contratos de empreitada e concessão de obras públicas, concessão de serviços públicos, locação e aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, salvo se o objeto dos mesmos se integrar no âmbito dos denominados sectores especiais, caso em que tal vinculação se verifica apenas para contratos cujo valor seja igual ou superior aos limiares comunitários aplicáveis (Diretiva 2014/25/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro e Regulamento (UE) n.º 2017/2364 da Comissão de 18 de dezembro).

Porém, mesmo nas contratações em que as empresas não se encontrem adstritas ao cumprimento do CCP, é prática de ambas as Administrações Portuárias optarem pela aplicação subsidiária do regime previsto no dito normativo, eventualmente adaptado às especificidades do caso concreto, salvaguardando-se, deste modo, o respeito pelos princípios conformadores da atividade administrativa, bem como a economia, eficácia e eficiência das contratações efetuadas, mesmo nas áreas de maior flexibilidade contratual.

Para a prossecução de tais desideratos encontram-se implementados na APA, S.A. e na APFF, S.A., procedimentos que asseveram o cumprimento das normas de contratação pública nos termos expostos.

Ressalta-se, desde logo, a existência de minutas das peças procedimentais e outros documentos pré-contratuais, as quais configuram instrumentos de contratação que vertem as principais exigências legais em matéria de contratação. Estas minutas servem de referencial aos diversos colaboradores da APA, S.A. e da APFF, S.A. aquando da formalização de cada procedimento de contratação específico, assegurando o cumprimento das ditas exigências.

De igual guisa, encontra-se implementado um sistema de controlo e verificação prévia de todos os processos de contratação pública submetidos ao Conselho de Administração, em concreto, aqueles que envolvem despesa superior a 5 mil euros, os quais são previamente analisados pela Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional, pelo Gabinete da Estratégia e pelo Gabinete Jurídico, garantindo-se, assim, o adequado enquadramento legal, financeiro, contabilístico e estratégico dos aludidos processos.

A este propósito, não será despidendo destacar o documento pré-contratual denominado “Proposta de Autorização”, no qual se evidencia o suprarreferido procedimento de controlo prévio, a justificação da necessidade de contratar, bem como os principais aspetos da contratação proposta e referentes tanto à fase de formação como de execução do contrato. Este instrumento documental permite ao Conselho de Administração de ambas as Administrações Portuárias, não só assegurar-se do cumprimento dos procedimentos de controlo interno instituídos na empresa, como deliberar de forma suficientemente fundamentada cada um dos processos de contratação que lhe são postos à consideração.

No que concerne aos processos aquisitivos de bens móveis e serviços que envolvem despesa de valor igual ou inferior a 5 mil euros, e na esteira do propugnado nos artigos 128.º e 129.º do CCP, são os mesmos submetidos a um regime simplificado de contratação, o qual consiste na respetiva formalização no sistema informático de gestão integrada administrativa e financeira em uso na empresa, através do qual são submetidos a autorização do Administrador com competência na matéria.

Realça-se, porém, que mesmo relativamente a estas aquisições de reduzida expressão financeira, o procedimento interno de autorização de despesa, tal qual se encontra instituído, garante o funcionamento de um sistema de controlo prévio rigoroso, transparente e eficaz, porquanto, uma vez detetada a necessidade de aquisição, a correspondente despesa só é assumida pela APA, S.A. e pela APFF, S.A. depois de devidamente justificada e autorizada ou pela Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional (no caso de despesas inferiores a 500 euros) ou por um Administrador (no caso de despesas superiores a 5 mil euros). Ademais, sempre que exista desvio entre o montante faturado e o montante autorizado, a despesa só é

assumida pelas mencionadas Administrações Portuárias depois de submetida a novo processo de autorização no âmbito do qual seja devidamente justificado o referido desvio.

Faz-se notar, ainda, que a APA, S.A. e a APFF, S.A., dão integral cumprimento às obrigações de publicitação e transparência previstas em diversas normas do CCP.

Sublinhe-se a este propósito, que todos os ajustes diretos são publicitados no portal dos contratos públicos, em cumprimento da obrigação insita no artigo 127.º do CCP.

De igual modo, são preenchidos no identificado portal, os relatórios de formação e de execução dos contratos públicos celebrados pelas aludidas Administrações Portuárias, bem como, no caso particular das empreitadas de obras públicas, os respetivos relatórios de contratação e de final de obra, tudo conforme propugnado nos artigos 402.º e 465.º do normativo em referência.

11.11.2. Indicação da existência dos procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referência à última atualização

Ver informação identificada no ponto 11.11.1. supra.

11.11.3. Indicação dos atos, ou contratos, celebrados com valor superior a 5 milhões de euros, independentemente da espécie do ato, ou contrato em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC)

No ano de 2018, a APA, S.A. não celebrou contratos com valor superior a 5 milhões de euros.

11.12. Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

Em 10 de agosto de 2010, a APA, S.A., na qualidade de entidade aderente voluntária, outorgou com a ex-ANCP, E.P.E., atualmente ESPAP, I.P., o contrato de adesão ao SNCP, passando todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços superiores a 5 mil euros, a ser precedidos de consulta ao Catálogo Nacional de Compras Públicas (CNCP), de molde a aquilatar da existência de acordo quadro para a contratação em causa.

Assim, no ano de 2018, a APA, S.A. contratou o fornecimento de energia elétrica em média tensão e baixa tensão normal e a prestação de serviços de vigilância e segurança humana na área de jurisdição da APFF, S.A., através dos Acordos Quadro (AQ) da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.), disponíveis para o efeito.

11.13. Medidas de redução dos gastos operacionais previstos no artigo 145.º do DLEO 2018, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos.

A tabela infra ilustra a evolução das medidas de redução dos gastos operacionais, calculadas de acordo com o estabelecido no artigo 145.º do DLEO 2018 e com o pedido de autorização solicitado por esta Administração Portuária, nos termos do n.º 2 do artigo 145.º do DLEO 2018.

Valores em euros

PRC	2018	2018	2017	2016	2018/2017	
	Exec.	Orç.	Exec.	Exec.	Δ Absol.	Δ %
(0) EBITDA	2 294 295	10 867 579	10 218 233	9 679 533	-7 923 938	-78%
(1) CMVMC	0	0	0	0	0	0%
(2) FSE	2 902 998	3 139 078	2 583 571	4 148 930	319 427	12%
<i>(2.a) Anualização gastos com dragagens *</i>	<i>307 216</i>	<i>322 293</i>	<i>996 248</i>	<i>-504 647</i>	<i>-689 031</i>	<i>-69%</i>
(3) FSE corrigidos (3) = (2)+(2.a)	3 210 214	3 461 371	3 579 819	3 644 283	-369 605	-10%
(4) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	4 608 155	4 837 781	4 734 465	4 722 846	-126 310	-3%
(4.i) Indeminizações pagas por rescisão	0	0	0	0	0	0%
(4.ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2018 **	489 028	479 684	421 522	202 299	67 506	16%
(4.iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29/12	60 370	12 489	4 261	0	56 109	1317%
(5) Gastos Operacionais = (1)+(3)+(4)	7 818 369	8 299 152	8 314 284	8 367 130	-495 915	-6%
(6) Volume de Negócios (VN) ***	17 196 452	16 870 407	17 172 353	15 797 557	24 100	0%
<i>(6.a) Rendimentos de atividades descontinuadas</i>	<i>7 188</i>	<i>0</i>	<i>-578 223</i>	<i>-472 914</i>	<i>585 411</i>	<i>100%</i>
(7) VN corrigido (7) = (6) + (6.a)	17 203 640	16 870 407	16 594 130	15 324 643	609 510	4%
(8) Peso dos Gastos / VN = (5)/(7)	45,45%	49,19%	50,10%	54,60%	-5%	-9%
(9) Total = (i)+(ii)+(iii)	127 786	125 694	126 785	127 849	1 000	1%
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	11 841	6 000	16 617	7 037	-4 776	-40%
(ii) Gastos com Ajudas de Custo (Gastos com Pessoal)	10 011	9 104	8 789	9 104	1 222	12%
(iii) Gastos com as viaturas ****	105 935	110 590	101 380	111 708	4 555	4%
(10) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	39 894	107 225	179 531	232 561	-139 637	-350%
N.º Total de RH (OS + CD + Trabalhadores)	100	109	104	106	-4	-4%
N.º Órgãos Sociais (OS)	8	10	10	10	-2	-20%
N.º de Cargos de Direção (CD)	19	19	19	19	0	0%
N.º de Trabalhadores (sem OS e sem CD)	73	80	75	77	-2	-3%
N.º Trabalhadores / N.º Cargos Direção	3,8	4,2	3,9	4,1	0	-3%

PRC	Valores em euros					
	2018	2018	2017	2016	2018/2017	
	Exec.	Orç.	Exec.	Exec.	Δ Absol.	Δ %
N.º de viaturas	31	31	31	31	0	0%

Notas:

* Ajustamentos autorizados, em dezembro de 2018, por Sua Excelência o Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro. Ver ponto 10.13.1 infra.

** Na sequência do despacho conjunto de Sua Excelência Ministra do Mar e Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, de 31 de maio de 2016, a APFF, S.A. aplicou, a partir de 1 de julho de 2016, atos que consubstanciaram valorizações remuneratórias.

*** O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

**** Os gastos com viaturas incluem rendas/depreciações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

11.13.1. Eficiência Operacional

Tendo-se constatado que o cálculo da eficiência operacional, **peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios**, não se afigura adequado para aferir o nível de atividade da APA, S.A., esta Administração Portuária solicitou autorização, nos termos do número 2 do artigo 145.º do DLEO 2018, para aplicar um indicador alternativo, que melhor espelhe a evolução da atividade da empresa, consubstanciado na anualização, por um período de 4 anos, dos gastos com conservação e na exclusão, no volume de negócios, dos rendimentos de atividades descontinuadas. A Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Empresarial do Estado (UTAM), no seu relatório de análise n.º 261/2018, de 17 de setembro, analisou, entre outros pontos, o indicador alternativo proposto tendo concluído que *“(...) Em termos gerais, a fundamentação apresentada pela empresa é adequada. No entanto, e para efeitos comparativos, entende-se não ser suscetível de aceitação a anualização das despesas de conservação e reparação relacionadas com infraestruturas e equipamentos, mas tão só a relativa às dragagens de manutenção”*. A 29 de outubro de 2018, Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro (SET), proferiu, através do Despacho n.º 830/18-SET, o seguinte *“Concordo”*.

Na tabela infra é apresentada a decomposição da anualização dos gastos com dragagens de manutenção, realizadas pela APA, S.A., nos anos de 2018 a 2016.

APA, S.A.	Valores em euros						
	Real 2018	PAO 2018	Real 2017	Real 2016	Real 2015	Real 2014	Real 2013
Dragagens de manutenção (a)	751 602	731 500	491 600	1 869 595	1 122 476	2 467 720	0
Média dos últimos 4 anos (b)	1 058 818	1 053 793	1 487 848	1 364 948	nc	nc	nc
Anualização dos gastos nos últimos 4 anos (b)-(a)	307 216	322 293	996 248	-504 647	nc	nc	nc

Legenda:

nc - Não calculado.

Importa ainda referir que os rendimentos das atividades descontinuadas desta Administração Portuária dizem respeito à comercialização, até 2017, de inertes depositados na ZALI.

No ano de 2018, a APA, S.A. celebrou um protocolo com a APA - Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., com vista à alimentação artificial do troço da faixa costeira da Costa Nova - Vagueira com os inertes depositados na ZALI, pelo que deixou de extrair e vender os inertes aí localizados. Tal protocolo permitirá extrair, sem custos para a APA, S.A., a totalidade dos inertes depositados na ZALI, libertando o espaço para a execução dos investimentos “*Construção do Terminal Intermodal na ZALI*” e “*Infraestruturação da ZALI*”, ambos previstos na RCM n.º 175/2017, de 24 de novembro de 2017, que aprovou a “*Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente - Horizonte 2026*”.

11.13.2. Conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento e frota automóvel

O aumento do **conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento e frota automóvel**, face ao registado em 2017, é justificado (i) pelo acompanhamento de colaboradores da APA, S.A. na implementação do projeto da Janela Única Portuária (JUL), com total de 8.310,65 euros, dos quais 6.641,50 euros em despesas de deslocação e alojamento e 1.669,15 euros em ajudas de custo; e (ii) pelas características da frota automóvel da APA, S.A., constituída por 31 viaturas com uma idade média de 16 anos, que se têm revelado insuficientes para as necessidades desta Administração Portuária e tem conduzido a tomadas de decisões economicamente desfavoráveis.

Relativamente à frota automóvel, importa referir que, por ser manifestamente insuficiente face às necessidades, aliada à antiguidade da mesma, esta Administração Portuária tenciona, durante o exercício de 2019, proceder, através do aluguer operacional ou aquisição de novas viaturas, consoante a que se revelar economicamente mais favorável, à renovação do seu parque automóvel, nos termos do artigo 39.º do DLEO 2018.

11.14. Princípio de Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do RJSPE, artigo 135.º da LOE 2018 e artigo 104.º do DLEO 2018)

Em cumprimento com o disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, artigo 135.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, e artigo 104.º do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, informamos que esta Administração Portuária efetua, desde 2011, a movimentação dos seus fundos por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, E.P.E. (IGCP, E.P.E.).

Contudo, esta Administração Portuária tem-se defrontado, ao longo destes anos, com algumas dificuldades na plena implementação de tal princípio, decorrentes do facto de o IGCP, E.P.E. não disponibilizar a totalidade dos serviços bancários essenciais à sua gestão de tesouraria, designadamente descobertos bancários, depósito de vales postais e cheques “*não à ordem*” emitidos em nome da APA, S.A..

Com a publicação do DLEO 2018, a APA, S.A. solicitou, nos termos e para os efeitos previstos n.º 5 do artigo 104.º do referido diploma, autorização para manter, em 2018, na banca comercial, aproximadamente, cerca de 10% do total das suas disponibilidades.

A 30 de julho de 2018, o IGCP, E.P.E., através da comunicação n.º 2018/12468, proferiu o seguinte despacho: *“excecionar do cumprimento da UTE, para o ano de 2019, somente os valores inerentes às operações de financiamento realizadas, ou seja, os valores estritamente necessários para o serviço do empréstimo, nas datas previstas para o efeito. (...) Refira-se ainda que no ano de 2017, sob pedido da APA e da APFF, foi proferido o seguinte despacho de dispensa do cumprimento da UTE: “excecionar do cumprimento do UTE, para os anos de 2017 e 2018, somente os valores inerentes às operações de financiamento realizadas, ou seja os valores estritamente necessários para o serviço do empréstimo, das datas previstas para o efeito”*”.

Com vista a dar cumprimento a tal despacho, a APA, S.A. iniciou as necessárias diligências com vista ao cancelamento de todas as contas, de depósitos à ordem e contas correntes caucionadas, junto da banca comercial, com exceção de uma, estritamente necessária para assegurar os serviços bancários não assegurados pelo IGCP, E.P.E..

Assim, a 31 de dezembro de 2018, 11 mil euros, ou 0,04% do total das disponibilidades da APA, S.A., estavam depositados na banca comercial.

No quadro infra são identificadas as disponibilidades desta Administração Portuária, junto do IGCP, E.P.E. e da Banca Comercial.

	Valores em euros			
	1.º Trimestre 2018	2.º Trimestre 2018	3.º Trimestre 2018	4.º Trimestre 2018
IGCP, E.P.E.	25 969 212	26 842 489	27 794 624	31 132 383
Depósitos à Ordem	14 469 212	26 842 489	27 794 624	11 132 383

	Valores em euros			
	1.º Trimestre 2018	2.º Trimestre 2018	3.º Trimestre 2018	4.º Trimestre 2018
Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC)	11 500 000	0	0	20 000 000
Banca Comercial	3 394 402	3 356 053	3 399 980	11 144
Depósitos à Ordem	3 394 402	3 356 053	3 399 980	11 144
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	117 191	77 738	117 936	11 122
Caixa Económica Montepio Geral	22 345	22 345	22 345	0
Novo Banco, S.A.	1 056 232	1 056 479	1 056 568	23
Banco BIC Português, S.A.	100 147	100 147	100 147	0
Banco Santander Totta, S.A.	1 072 505	1 073 299	1 076 843	0
Banco Comercial Português, S.A.	23 937	23 905	23 905	0
Banco L.J. Carregosa, S.A.	1 002 046	1 002 140	1 002 236	0
Aplicações Financeiras	0	0	0	0
Total das disponibilidades*	29 363 614	30 198 541	31 194 603	31 143 527
Juros auferidos de aplicações financeiras junto da banca comercial	0	0	0	0

* Não inclui depósitos caução.

11.15. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas para a sua adoção e o respetivo resultado

Desde 2014 que esta Administração Portuária não é auditada pelo Tribunal de Contas.

11.16. Quadro relativo à Informação que se encontrava divulgada a 31 de dezembro de 2018 no sítio da internet do SEE (portal da DGTF)

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S		
Caracterização da Empresa	S		
Função de tutela e acionista	S		
Modelo de Governo /Membros dos Órgãos Sociais	S		
- Identificação dos Órgãos Sociais	S	22-04-2019 *	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S		
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S		
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S		
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S		

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Esforço Financeiro Público	S		
Ficha Síntese	S		
Informação Financeira histórica e atual	S		
Princípios de Bom Governo	S		
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S		
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S		
- Outras transações	S	22-04-2019 *	
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S		
- Económico	S		
- Social	S		
- Ambiental	S		
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S		
- Código de Ética	S		

S-Sim; N-Não; NA-Não aplicável

* Corresponde à data da consulta da informação no portal da DGTF.

12. Práticas de Boa Governação Societária

No quadro abaixo são identificadas as práticas de Boa Governação Societária, divulgadas no Relatório de Governo Societário 2018 da APA, S.A..

Ref. ^a	Recomendação	Cumprimento		Página(s)	Obser.
		S	N		
I	Síntese	X		5	
II	Missão, Objetivos e Políticas				
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a entidade	X		6-7	
2.	Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		7-8	
3.	Indicação dos fatores-críticos de que dependem os resultados da entidade	X		8-9	
4.	Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios sectoriais, designadamente as relativas à política sectorial a prosseguir, às orientações específicas a cada entidade, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela entidade	X		9	
III	Estrutura de Capital				
1.	Divulgação da estrutura de capital, incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa	X		10	
2.	Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	X		10	
3.	Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da entidade e que possam conduzir a eventuais restrições	X		10	
IV	Participações Sociais e Obrigações detidas				
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (entidade) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis, bem como da fonte e da causa de imputação nos termos do que para o efeito estabelece o CSC no seu artigo 447º	X		11	
2.	Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	X		12	
3.	Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização	X		12	
4.	Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a entidade	X		12	
V	Órgãos Sociais e Comissões				
A.	Modelo de Governo				
1.	Identificação do modelo de governo adotado	X			
B.	Assembleia Geral				
1.	Composição da mesa da Assembleia Geral, ao longo de 2018, com identificação dos cargos dos membros da mesa da Assembleia Geral e respetivo mandato.	X		13	
2.	Identificação das deliberações acionistas que por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias	X		13	

Ref. ^a	Recomendação	Cumprimento		Página(s)	Obser.
		S	N		
C. Administração e Supervisão					
1.	Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração	X		13	
2.	Caraterização da composição, do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro	X		14-15	
3.	Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração	X		15	
4.	Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração, com indicação das atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos	X		16-19	
5.	Evidência da apresentação de declaração de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade, assim como quaisquer relações que detenham com os seus fornecedores, cliente, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse	X		19-20	
6.	Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração, com acionistas	X		20	
7.	Apresentação de organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da entidade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da entidade	X		20-26	
8.	Caraterização do funcionamento do Conselho de Administração	X		26-28	
D. Fiscalização					
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado: Conselho Fiscal	X		28	
2.	Composição do Conselho Fiscal, ao longo do ano 2018, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.	X		29	
3.	Apresentação de elementos curriculares dos representantes do Conselho Fiscal. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos	X		29-33	
4.	Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo	X		33	
5.	Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras	X		33	
6.	Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º CSC	X		33	
7.	Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal	X		34-35	
E. Revisor Oficial de Contas (ROC)					
1.	Identificação, membros efetivo e suplente, da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), do ROC e respetivos números de inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), caso aplicável, e dos sócios ROC que a representam e indicação do número de anos em que o ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade e/ou grupo.	X		35	

Ref. ^a	Recomendação	Cumprimento		Página(s)	Obser.
		S	N		
2.	Indicação das limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta contas à entidade	X		35-36	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta entidade, incluído o ano a que se refere o presente relatório, bem assim como a renumeração relativa ao ano em referência	X		36	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à entidade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável	X		36	
F.	Conselho Consultivo	n.e.		36	
G.	Auditor Externo				
1.	Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim como a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da entidade e/ou grupo, bem assim com a renumeração relativa ao ano em referência	n.a.		37	
2.	Explicação da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita	n.a.		37	
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a entidade e/ou para entidades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação	n.a.		37	
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga pela entidade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos serviços	n.a.		37	
VI.	Organização Interna				
A.	Estatutos e Comunicações				
1.	Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da entidade	X		38	
2.	Caraterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na entidade	X		38	
3.	Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional	X		38	
B.	Controlo interno e gestão de riscos				
1.	Informação sobre a existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da entidade, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a entidade)	X		38	
2.	Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida	X		39	
3.	Em caso de existência de plano estratégico e de política de risco da entidade, transcrição da definição de níveis de riscos considerados aceitáveis e identificar as principais medidas adotadas	X		39-40	
4.	Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade	X		40	

Ref. ^a	Recomendação	Cumprimento		Página(s)	Obser.
		S	N		
5.	Indicação da existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos	X		40	
6.	Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a entidade se expõe no exercício da atividade	X		41	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	X		41-44	
8.	Identificação dos principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na entidade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira	X		44	
C. Regulamentos e Códigos					
1.	Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância. Indicação do sítio da entidade onde estes elementos se encontram disponíveis para consulta	X		44-50	
2.	Referência à existência de um código de ética, com a data da última atualização, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos. Indicação onde este se encontra disponível para consulta, assim como indicação da forma como é efetuada a sua divulgação junto dos seus colaboradores, clientes e fornecedores. Informação sobre as medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da entidade, ou outros credores que não fornecedores ou, de modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a entidade	X		50-51	
3.	Referência à existência do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros), assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação. Indicação relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção e sobre a elaboração do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências	X		51-52	
D. Deveres especiais de informação					
1.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira	X		52	
2.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo	X		52	
E. Sítio da Internet					
1.	Indicação do (s) endereço (s) utilizados na divulgação dos elementos sobre a entidade	X		53	
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral					
1.	Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à entidade a prestação de um serviço público ou de interesse geral, respeitante à renumeração dessa atividade	n.a.		53-54	

Ref. ^a	Recomendação	Cumprimento		Página(s)	Obser.
		S	N		
2.	Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade	n.a.		53-54	
VII.	Remunerações				
A.	Competência para a Determinação				
1.	Indicação quanto à competência para a determinação de remuneração dos órgãos sociais, da entidade	X		55	
2.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros dos órgãos ou comissões societárias e a entidade, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas	X		55	
3.	Evidenciação ou menção de que resulte inequívoco o cumprimento por parte dos membros do órgão de administração do que dispõe o artigo 51.º RJSPE, isto é, de que se abstêm de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas	X		55	
B.	Comissão de Fixação de Remunerações				
	Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio	n.e.		56	
C.	Estrutura das Remunerações				
1.	Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	X		56-59	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos objetivos dos membros do órgão de administração com os objetivos de longo prazo da entidade	X		59-60	
3.	Referencia, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente	X		60	
4.	Explicitação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento	n.a.		60	
5.	Caraterização dos parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio	X		60	
6.	Referencia aos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em Assembleia Geral, em termos individuais	X		60	
D.	Divulgação das Remunerações				
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da entidade, proveniente da entidade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação	X		61-62	
2.	Indicação dos montantes pagos, por outras entidades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum	X		62	
3.	Indicação da remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e explanação dos motivos por que tais prémios e/ou participações nos lucros foram concedidos	X		62	
4.	Referencia a indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício	X		63	
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da entidade	X		63	

Ref. ^a	Recomendação	Cumprimento		Página(s)	Obser.
		S	N		
6.	Indicação da remuneração no ano de 2018 dos membros da mesa da Assembleia Geral	X		63	
VIII	Transações com partes Relacionadas e Outras				
1.	Apresentação de mecanismos implementados pela entidade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência	X		64-66	
2.	Informação sobre outras transações			66	
IX	Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económicos, social e ambiental				
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	X		68	
2.	Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade	X		69	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial	X		69-75	
X	Avaliação do Governo Societário				
1.	Verificação do cumprimento das Recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário, através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações	X		76-82	
2.	Outras informações	n.e.		82	

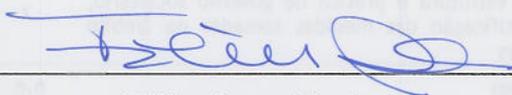
S- Sim; N - Não;n.e. - não existe; n.a. - não aplicável.

13. Nota Final

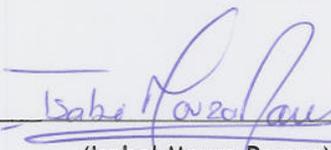
Como nota final, o Conselho de Administração da APA, S.A., agradece a todos os colaboradores da empresa, à Comunidade Portuária e aos seus clientes, que permitiram que 2018 fosse um ano de crescimento do movimento portuário.

Forte da Barra, 30 de maio de 2019

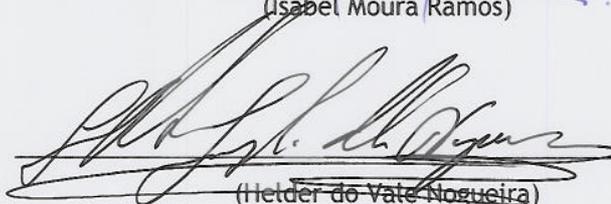
O Conselho de Administração,



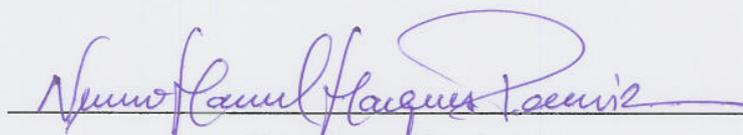
(Fátima Lopes Alves)



(Isabel Moura Ramos)



(Helder do Vale Nogueira)



(Nuno Marques Pereira)

APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais

31 de dezembro de 2018

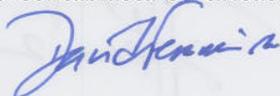
Índice das Demonstrações financeiras

Balanço Individual	3
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio	5
Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa	6
1 INTRODUÇÃO	7
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	10
4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.	24
5 FLUXOS DE CAIXA	30
6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31
7 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	35
8 ATIVOS INTANGÍVEIS	36
9 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	39
10 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	39
11 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS	42
12 CLIENTES	43
13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	44
14 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	45
15 DIFERIMENTOS	45
16 CAPITAL	47
17 RESERVAS	47
18 AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS E OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	48
19 FINANCIAMENTOS OBTIDOS	49
20 ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	50
21 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	51
22 FORNECEDORES	52
23 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	53
24 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	53
25 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	54
26 GASTOS COM O PESSOAL	55
27 OUTROS GASTOS	56
28 OUTROS RENDIMENTOS	57
29 GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS	58
30 IMPOSTO DO EXERCÍCIO	58
31 COMPROMISSOS	60
32 MATÉRIAS AMBIENTAIS	60
33 PARTES RELACIONADAS	61
34 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	62
35 EVENTOS SUBSEQUENTES	65

Balanco Individual

	Nota	31 de dezembro	
		2018	2017 Reexpresso (nota 4)
ATIVO			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	98.351.031	83.356.696
Propriedades de investimento	7	4.106.082	4.106.082
Ativos intangíveis	8	9.815.582	9.326.563
Participações financeiras - método equivalência patrimonial	10	15.224.937	14.665.287
Participações financeiras - outros métodos	11	62.500	62.500
Outros investimentos financeiros	9	1.235	627
		127.561.368	111.517.756
Corrente			
Clientes	12	3.724.313	3.655.274
Estado e outros entes públicos	13	-	44.385
Outros créditos a receber	14	144.752	112.318
Diferimentos	15	160.457	168.446
Caixa e depósitos bancários	5	31.330.935	27.796.905
		35.360.457	31.777.328
Total do Ativo		162.921.825	143.295.084
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital subscrito	16	30.000.000	30.000.000
Reserva legal	17	1.567.666	1.567.666
Outras reservas	17	193.579.580	194.808.437
Resultados transitados		(143.481.267)	(146.631.314)
Ajustamentos em Ativos financeiros	18	15.486.039	15.461.191
Ajustamento/outras variações no capital próprio	18	25.847.704	21.526.887
		122.999.722	116.732.867
Resultado líquido do exercício		16.730.444	3.281.483
Total do capital próprio		139.730.166	120.014.350
Passivo			
Não corrente			
Financiamentos obtidos	19	12.023.812	13.214.288
Passivos por impostos diferidos	20	-	-
Diferimentos	15	6.474.343	6.261.322
Outras dívidas a pagar	21	-	-
		18.498.154	19.475.610
Corrente			
Fornecedores	22	574.385	216.446
Estado e outros entes públicos	13	498.817	406.704
Financiamentos obtidos	19	1.190.474	1.190.474
Outras dívidas a pagar	21	1.479.287	1.199.163
Diferimentos	15	950.542	792.336
		4.693.505	3.805.124
Total do passivo		23.191.659	23.280.734
Total do capital próprio e do passivo		162.921.825	143.295.084

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

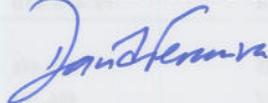


As notas anexas constituem parte integrante das Demonstrações financeiras.

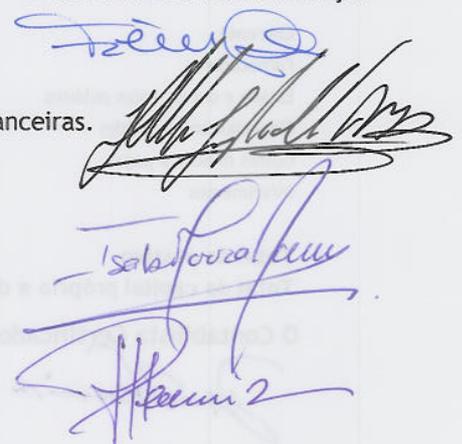
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

	Nota	Exercício	
		2018	2017 Reexpresso (nota 4)
Vendas e serviços prestados	23	4.729.123	4.438.670
Subsídios à exploração	24	64.316	4.978
Ganhos/ perdas imputados de <i>subsidiárias</i> , associadas e empreendimentos conjuntos	10	394.280	(755.736)
Fornecimentos e serviços externos	25	(2.902.998)	(2.583.571)
Gastos com o pessoal	26	(5.157.553)	(5.160.248)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	12	(81.178)	(226.826)
Outros rendimentos	28	14.614.816	14.921.318
Outros gastos	27	(9.366.510)	(4.100.536)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.294.295	6.538.048
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	6 e 8	(8.401.399)	(8.316.549)
Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)	6 e 8	22.045.767	5.243.284
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		15.938.663	3.464.783
Juros e rendimentos similares obtidos	29	128.032	25.735
Juros e gastos similares suportados	29	(28.504)	(31.133)
Resultados antes de impostos		16.038.191	3.459.385
Imposto sobre o rendimento do exercício	30	692.253	(177.902)
Resultado líquido do exercício		16.730.444	3.281.483
Resultado das atividades descontinuadas incluído no resultado líquido do exercício		-	-
Resultado por Ação:			
- básico		2,79	0,55
n.º ações		6.000.000	6.000.000

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



As notas anexas constituem parte integrante das Demonstrações financeiras.

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

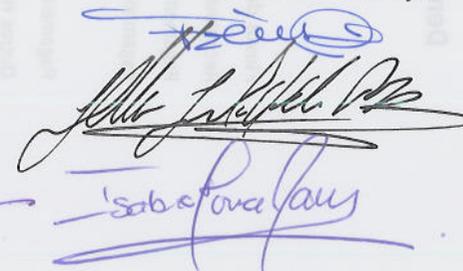
	Nota	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do exercício	Total
A 1 de janeiro de 2017		30.000.000	1.442.764	194.194.780	(4.599.292)	70.520.754	14.814.824	1.249.018	307.622.848
Efeito da reexpressão	4	-	-	-	(141.673.122)	(48.528.404)	-	-	(190.201.526)
A 1 de janeiro de 2017 reexpresso	4	30.000.000	1.442.764	194.194.780	(146.272.414)	21.992.350	14.814.824	1.249.018	117.421.322
Movimentos no exercício									
Subsídios ao investimento	18.2	-	-	-	-	(2.084.165)	-	-	(2.084.165)
Ajustamentos em subsídios	18.2	-	-	-	-	1.618.702	-	-	1.618.702
Aplicação do método de equivalência patrimonial	18.1	-	-	-	-	-	(222.992)	-	(222.992)
Aplicação do resultado líquido de 2016		-	124.902	613.657	(358.899)	-	869.359	(1.249.018)	-
Resultado líquido do exercício		-	124.902	613.657	(358.899)	(465.463)	646.367	(1.249.018)	(688.455)
Resultado integral								3.281.483	3.281.483
								2.593.028	2.593.028
A 31 de dezembro de 2017 Reexpresso	4	30.000.000	1.567.666	194.808.437	(146.631.314)	21.526.887	15.461.191	3.281.483	120.014.350
Movimentos no exercício									
Subsídios ao investimento	18.2	-	-	-	-	(2.121.824)	-	-	(2.121.824)
Ajustamentos em subsídios	18.2	-	-	-	-	5.082.348	-	-	5.082.348
Reversão de bens a favor da entidade no âmbito de contratos de concessão	17 e 18.2	-	-	(1.228.857)	(131.437)	1.360.293	-	-	-
Aplicação do método de equivalência patrimonial	18.1	-	-	-	-	-	24.849	-	24.849
Aplicação do resultado líquido de 2017		-	-	-	3.281.483	-	-	(3.281.483)	-
Resultado líquido do exercício		-	-	(1.228.857)	3.150.046	4.320.817	24.849	(3.281.483)	2.985.372
Resultado integral								16.730.444	16.730.444
								19.715.816	19.715.816
A 31 de dezembro de 2018		30.000.000	1.567.666	193.579.580	(143.481.267)	25.847.704	15.486.039	16.730.444	139.730.166

O Contabilista Certificado



As notas anexas constituem parte integrante das Demonstrações financeiras existentes supra.

O Conselho de Administração




Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa

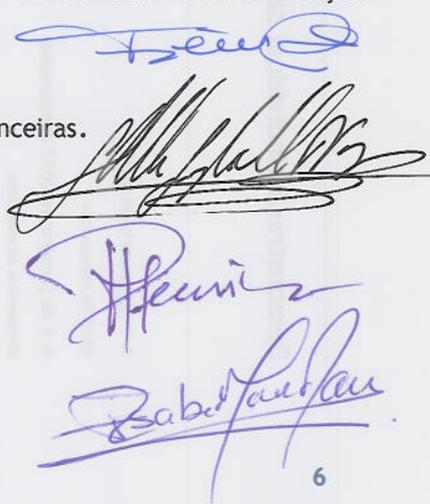
	Nota	Exercício findo em 31 de dezembro	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		15.620.111	15.086.315
Pagamentos a fornecedores		(3.515.813)	(3.704.614)
Pagamentos ao pessoal		(5.187.395)	(5.213.490)
Caixa gerada pelas operações		6.916.903	6.168.212
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(79.159)	(21.632)
Outros recebimentos/ pagamentos		(378.340)	(612.006)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		6.459.404	5.534.573
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1.693.916)	(1.069.313)
Ativos intangíveis		(17.637)	(154.969)
Outros ativos financeiros		(608)	(386)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1.970	35
Subsídios ao investimento		-	68.185
Juros e rendimentos similares		3.898	17.742
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(1.706.293)	(1.138.706)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	19	(1.190.476)	(1.322.055)
Juros e gastos e similares		(28.604)	(31.233)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(1.219.080)	(1.353.288)
Variação de caixa e seus equivalentes		3.534.030	3.042.578
Efeitos das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	5	27.796.905	24.754.327
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	5	31.330.935	27.796.905

O Contabilista Certificado



As notas anexas constituem parte integrante das Demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração



Anexo às Demonstrações financeiras individuais

1 Introdução

A APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A. (doravante designada de “Empresa” ou por “APA, S.A.”), foi constituída pelo Decreto-Lei nº 339/98, de 3 de novembro, sendo uma Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos. A partir dessa data, a Empresa passou a reger-se pelo referido Diploma e pelos seus Estatutos e, em tudo o que neles não estiver previsto, pelas normas aplicáveis às sociedades anónimas e pelas normas especiais cuja aplicação decorra do objeto da Empresa. A atuação da Empresa, no uso dos poderes de autoridade referidos naquele diploma, rege-se por normas de direito público.

A Empresa foi inicialmente constituída com um capital social de 7,292 milhões de euros, tendo subsequentemente sido aumentado para 30 milhões de euros.

A Empresa sucedeu, automática e globalmente, à Junta Autónoma do Porto de Aveiro e, continuou a personalidade jurídica desta, conservando a universalidade dos bens, direitos e obrigações integrantes da sua esfera jurídica no momento da transformação.

Mantiveram-se integrados no domínio público do Estado afeto à Empresa, os terrenos do domínio público marítimo situados dentro da área de jurisdição da Junta Autónoma do Porto de Aveiro e ainda os bens afetos à atividade de pesca, serviços de primeira venda e atividades conexas.

Neste contexto, os bens de domínio público encontram-se afetos à atividade da Empresa, que os pode administrar livremente, nesse âmbito, embora não para dispor dos mesmos no que diz respeito ao comércio jurídico privado.

A Empresa assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do Porto de Aveiro nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda as atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias. Assim, são competências da Empresa:

- a) atribuição de usos privativos e definição de respetivo interesse público para efeitos de concessão, relativamente aos bens de domínio público que lhe estão afetos, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão;

- b) licenciamento de atividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;
- c) expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- d) fixação das taxas a cobrar pela utilização dos portos, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;
- e) proteção das suas instalações e do seu pessoal;
- f) uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização; e
- g) assunção da responsabilidade em matéria de segurança marítima e portuária na sua área de jurisdição, definindo as condições de segurança e de funcionamento do porto, em todas as suas vertentes, tendo em atenção a necessidade de garantir, de forma adequada, a sua exploração comercial.

Na sua área de jurisdição, só a Empresa pode conceder licenças para execução de obras diretamente relacionadas com a sua atividade e cobrar taxas inerentes às mesmas.

As atribuições referentes à gestão da água na área de jurisdição da Empresa, incluindo a supervisão da sua qualidade, competem ao Instituto da Água e à respetiva Direção Regional do Ambiente.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de maio de 2019. É opinião do Conselho de Administração que estas Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da APA, S.A., bem como a sua posição e performance financeira, as alterações nos capitais próprios e fluxos de caixa.

A Empresa irá igualmente elaborar demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com a legislação e normativos contabilísticos em vigor.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Base de Preparação

Estas Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), emitidas e em vigor à data de 1 de janeiro de 2018.

Foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico, exceto quanto aos ativos integrados à data de constituição da Empresa, os quais se encontram registados com base numa avaliação patrimonial efetuada em 1999 por entidade especializada independente.

A preparação das Demonstrações Financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as Demonstrações Financeiras são apresentadas na Nota 3.21.

2.2 Derrogação das Disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Conversão Cambial

Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras da Empresa e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos, ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

3.2 Participações Financeiras em Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

Investimentos em subsidiárias são apresentados pelo valor resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial. Segundo este método, as Demonstrações Financeiras incluem a quota-parte da Empresa no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que o controlo começa até à data em que efetivamente termina. Ganhos ou perdas não realizadas em transações entre a Empresa e as suas subsidiárias são eliminados. Os dividendos atribuídos pelas participadas são considerados reduções do investimento detido.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela da Empresa nos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*, o qual, deduzido de perdas acumuladas de imparidade, está considerado no valor inscrito como investimento da Empresa em subsidiárias e

Associadas. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária ou associada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

Quando a quota-parte das perdas de uma subsidiária excede o investimento na subsidiária, a Empresa reconhece perdas adicionais no futuro, se a Empresa tiver incorrido em obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício da subsidiária.

As entidades que se qualificam como subsidiárias encontram-se listadas na Nota 10.

3.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis (incluindo os bens de domínio público), integrados à data de constituição da Empresa, foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada por uma entidade independente. A avaliação abrangeu a generalidade dos bens integrados e reportou-se à data de 1 de janeiro de 1998, tendo sido utilizado o método do “Valor em Uso Continuado”.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos subsequentemente encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os encargos correntes com a manutenção e reparação são registados como custo no exercício em que decorrem. As beneficiações que aumentem o período de vida útil estimado, ou dos quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efetivação, são incluídos no custo do ativo.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados ao valor da avaliação e/ou custo de aquisição, líquido das respetivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis objeto de avaliação patrimonial são calculadas pelo método de quotas constantes, tendo em consideração o período de vida útil esperada atribuída na referida avaliação independente.

Para os bens adquiridos após a constituição da Empresa, a depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento, de acordo com taxas dentro dos intervalos definidos na Portaria n.º. 671/2000, de 17 de abril (infraestruturas portuárias) ou no

Decreto Regulamentar nº 25/09, de 14 de setembro (restantes bens), as quais se considera refletirem a vida útil esperada dos bens.

Os valores residuais, as vidas úteis esperadas e os métodos de depreciação são revistos periodicamente e ajustados, se apropriado, à data do balanço, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme se segue:

	<u>Número de anos</u>
Edifícios e outras construções	Entre 40 e 100 anos
Equipamento básico	Entre 3 e 15 anos
Equipamento de transporte	Entre 3 e 4 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 10 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. Tendo em consideração as atividades desenvolvidas pela Empresa, e as suas atribuições referidas na Nota Introdutória, o valor recuperável é determinado como o valor de uso dos ativos, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado dos ativos afetos às atividades desenvolvidas pela Empresa.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas na demonstração dos resultados.

3.4 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de valorização de capital, obtenção de rendas, ou ambas. As propriedades de investimento foram valorizadas ao custo depreciado na data da transição para as NCRF, o qual é aplicado a todos os ativos classificados como propriedades de investimento.

De acordo com a NCRF 11 - Propriedades de investimento, e no particular do critério de valorização de acordo com o modelo do custo depreciado, é requerida a divulgação do justo valor das propriedades de investimento nas Demonstrações Financeiras.

O justo valor, em 2018, foi determinado com base em avaliações efetuadas por um avaliador externo independente, tendo em conta as condições da sua utilização ou o melhor uso, consoante se encontrasse arrendado ou não.

3.5 Ativos Intangíveis

O custo de aquisição de *software* e correspondentes licenças é capitalizado, compreendendo todos os custos incorridos com a aquisição e colocação do *software* disponível para utilização. Esses custos são amortizados durante o período de vida útil estimado (3 anos).

Os custos associados ao desenvolvimento ou à manutenção do *software* são reconhecidos como gastos quando incorridos.

Os ativos dos concessionários de uso privativo que, no final do período contratual, reverterem gratuitamente para a APA, S.A., são registados de acordo com a política acordada entre as Administrações Portuárias, detalhada na Nota 3.6.

3.6 Ativos Adquiridos ou Construídos por Concessionários de Serviços Públicos e de Uso Privativo, que Revertam para a Administração Portuária no Final dos Respetivos Contratos

Em 16 de março de 2012 as Administrações Portuárias, em Portugal, acordaram a política contabilística a aplicar no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação dos bens adquiridos ou construídos pelos concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos. A decisão teve em consideração o parecer da CNC (Comissão de Normalização Contabilística) datado de 3 de janeiro de 2012, a ponderação entre o custo e o benefício e a adoção de critérios objetivos na preparação das Demonstrações Financeiras. Procurou-se a minimização de custos na identificação de ativos, na sua mensuração inicial e subsequente e objetividade na aplicação de um único procedimento de política contabilística e seu contributo relevante para garantir a harmonização contabilística entre as Administrações Portuárias.

A política contabilística adotada é a descrita nos parágrafos abaixo.

3.6.1 Reconhecimento

Para efeitos de reconhecimento e tendo em consideração a substância económica dos contratos de concessão em que as Administrações Portuárias beneficiam de contrapartidas na concessão de um direito de prestação de serviço público e/ou de ocupação de um espaço dominial para a realização de atividade portuária, é incorporada no ativo intangível da concedente a quantia correspondente ao valor do direito aos bens a reverter, com a exceção das infraestruturas

portuárias, as quais são incorporadas no ativo tangível da concedente. Consideram-se como infraestruturas portuárias os cais, terraplenos e molhes marítimos afetos diretamente à realização de operações portuárias.

O ativo intangível é reconhecido na conta 445 - Concessões - Bens a reverter (esta conta é subdividida em 4451 - Concessões - Bens a reverter em contratos de serviço público e 4452 - Concessões - Bens a reverter em contratos de usos privativos) por contrapartida da conta 282 - Rendimentos a reconhecer.

O ativo é amortizado/depreciado pelo período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária, tendo em conta a afetação dos bens à atividade portuária por uma vida útil que não se esgota no horizonte da concessão. Os rendimentos são reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais curta em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão. As quantias correspondentes à diferença entre a amortização/depreciação do ativo intangível e o rendimento do período, incluídas nos resultados líquidos anuais, são transferidas, no período imediatamente seguinte, para a conta 553 - Reservas não distribuíveis - Concessões.

No momento do exercício contratual da reversão, há lugar ao desreconhecimento do ativo intangível seguido do reconhecimento no ativo fixo tangível dos bens revertidos, por transferência do saldo da conta 445 - Concessões - Bens a reverter. O ativo tangível é depreciado por continuidade do período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária. O saldo respetivo da conta 553 - Reservas não distribuíveis - Concessões é transferido para a conta 595 - Outras variações no capital próprio - Concessões.

3.6.2 Mensuração

A mensuração inicial é realizada pelo montante suportado pelo concessionário com a aquisição ou construção do ativo em causa. Este custo real do concessionário é obtido com base em informação contabilística fornecida pelo concessionário. Eventuais custos adicionais ao longo da concessão são incorporados nos períodos da sua realização.

Procede-se ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorre no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do CIRC - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja, no final do contrato de concessão.

Eventuais prorrogações da vida do contrato de concessão se implicarem prorrogação do prazo de reversão gratuita do ativo, serão tratadas como alterações de estimativas contabilísticas nos termos da normalização contabilística em vigor.

Sempre que um contrato de concessão incluir condição que implique o pagamento pela administração portuária de montante relativo à reversão de bens, essa condição dará lugar ao reconhecimento de passivo pela parte relativa à obrigação. Mantêm-se os restantes registos contabilísticos de reconhecimento do ativo, sendo a rubrica de rendimentos a reconhecer creditada pela diferença entre o montante dos ativos e dos passivos (obrigação contratual) reconhecidos.

Sempre que se verifique a venda de equipamento ao concessionário considera-se para efeitos de registo a data em que a Administração Portuária adquiriu ou construiu o bem. Esta data é a considerada para início de contagem da vida económica esperada. A vida económica esperada poderá ser aumentada pelas grandes reparações ou melhorias entretanto realizadas.

3.6.3 Divulgação em anexo

Dever-se-ão proceder às divulgações aplicáveis com especial ênfase para:

- Descrição dos bens, contratos e direitos de reversão envolvidos;
- Os critérios de reconhecimento;
- Os critérios de mensuração inicial e subsequente;
- As vidas úteis e respetiva amortização/depreciação; e
- As quantias brutas, amortizações/depreciações acumuladas.

3.6.4 Notas adicionais

Os contratos de concessão de serviço público poderão incluir cláusulas específicas sobre a reversão de bens e investimentos realizados nos últimos anos do período de concessão que impliquem o não reconhecimento de ativos nas contas da concedente. Exemplificando, as concessões de serviço público que impliquem o pagamento de indemnizações à concessionária pelos investimentos realizados nos últimos 10 anos do contrato.

Não se reconheceram os ativos cuja vida útil económica estimada é inferior ao período do contrato de concessão, bem como quando a existência de risco tecnológico põe em causa, de forma relevante, a atribuição de valor no final do contrato de concessão.

No caso específico dos contratos de concessão de usos privativos de bens dominiais não afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos, o

reconhecimento do ativo será realizado apenas no final do contrato, utilizando-se a subconta apropriada da 432 - Edifícios e outras construções por contrapartida de 78 - Outros Rendimentos e Ganhos.

3.7 Imparidade de Ativos

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são testados anualmente para determinação de imparidade, pelo facto do valor pelo qual se encontram escriturados não ser totalmente recuperável.

Tendo em consideração as atividades desenvolvidas pela Empresa, com a natureza de serviço público, o valor recuperável dos ativos sujeitos a teste de imparidade corresponde ao seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa). Uma perda por imparidade é reconhecida nas Demonstrações Financeiras pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável.

Em cada data de relato é avaliada a possível reversão e/ou reforço da perda por imparidade. Por se tratar de uma imparidade do negócio, a alocação da mesma é efetuada numa base *pro-rata* (pelo valor dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis).

O reforço e/ou reversão da imparidade é registado em resultados do exercício.

O valor de uso dos ativos fixos tangíveis e intangíveis sujeitos a testes de imparidade é calculado com base no método de fluxos de caixa descontados, baseadas no Plano de Atividades e Orçamento (“PAO”) da Administração (no caso em concreto, o PAO 2019-2021), projetado até ao final da vida útil estimada dos ativos, calculada com base no seu valor líquido contabilístico e respetivas amortizações/depreciações anuais. A taxa de desconto utilizada, antes de impostos, reflete os riscos específicos relacionados com os ativos da Empresa.

No caso do reconhecimento de perda por imparidade em ativos subsidiados (nota 3.14) é reconhecido na demonstração dos resultados, na rubrica “Outros rendimentos”, a quota-parte do subsidio relativa à perda por imparidade registada. Em caso de reversão de perda por imparidade em ativos subsidiados (nota 3.14) é revertida a quota-parte do subsidio anteriormente reconhecida com o registo da perda por imparidade. A referida reversão é registada pela rubrica da demonstração dos resultados “Outros gastos”.

No caso do reconhecimento de perda por imparidade em bens a reverter a favor da entidade no âmbito de contratos de concessão (nota 3.6), é reconhecido na demonstração dos resultados, na rubrica “Outros rendimentos”, na medida da perda por imparidade reconhecida o rendimento a reconhecer associado aos referidos ativos. Em caso de reversão de perda por imparidade é

revertida a quota-parte do rendimento a reconhecer anteriormente reconhecido com o registo da perda por imparidade. A referida reversão é registada pela rubrica da demonstração dos resultados “Outros gastos”.

3.8 Clientes e Outros Créditos a Receber

As rubricas de “Clientes” e “Outros Créditos a Receber” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidades de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.9 Caixa e Equivalentes a Caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 6 meses, desde que possam ser desmobilizados num período inferior a 3 meses e sem penalização, assim como os descobertos bancários.

Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados, na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.10 Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.11 Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na

demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.12 Imposto Sobre o Rendimento

A partir do exercício de 2009, inclusive, a Empresa passou a estar sujeita ao regime especial de tributação de grupos de sociedades (RETGS), previsto no artigo n.º 69.º e seguintes do CIRC, sendo o grupo de tributação constituído pela Empresa e pela sua subsidiária APFF, S.A.. As empresas que se englobam no perímetro do grupo de sociedades sujeitas a este regime apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa ótica individual. Caso sejam apurados ganhos na aplicação deste regime, estes são registados, na sua totalidade, como um rendimento da Empresa.

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como aos ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e créditos fiscais não utilizados. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura. Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária ou nas

situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem o efeito da reversão estimada dos ativos por impostos diferidos reconhecidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo líquido sempre que a entidade tenha um direito legalmente executável de fazer ou receber tal pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os passivos por impostos diferidos relativos aos subsídios ao investimento são apresentados na rubrica de “Outras dívidas a pagar”.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Empresa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.14 Subsídios e Apoios do Governo

A Empresa reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes apenas quando existir segurança que a Empresa cumprirá com as condições inerentes à sua atribuição e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio “Outras variações de capital”, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pró-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.15 Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.16 Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo aos serviços prestados no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

3.17 Matérias Ambientais

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

A Empresa incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis, bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a atividade da Empresa, e se relacionem com benefícios económicos futuros, permitindo prolongar a vida útil, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa.

Em relação aos encargos de carácter ambiental a Empresa, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa, são capitalizados.

3.18 Benefícios dos Empregados

A Empresa reconhece em gastos os benefícios a curto prazo para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo, após a dedução da quantia já paga, ou de um ativo, na extensão em que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

No que respeita às obrigações com férias, subsídio de férias e subsídio de Natal, destaca-se:

- i. De acordo com a legislação vigente em Portugal, os colaboradores têm anualmente direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento; e
- ii. Adicionalmente os colaboradores têm anualmente direito a um mês de subsídio de Natal, direito esse adquirido ao longo do ano e liquidado durante o mês de novembro de cada exercício civil. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os colaboradores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu respetivo pagamento.

3.19 Ativos e Passivos Contingentes

A Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas Demonstrações Financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas Demonstrações Financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do período em que a alteração ocorra.

3.20 Acontecimentos Após a Data de Balanço

As Demonstrações Financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 30 de maio de 2019, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das Demonstrações Financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 35.

3.21 Principais Estimativas e Julgamentos Apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas Demonstrações Financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

(i) Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

(ii) Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

(iii) Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

(iv) Impostos Sobre os Lucros

As declarações anuais de rendimentos encontram-se sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. No caso de serem apresentados prejuízos fiscais, as declarações de rendimento podem ser sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais até ao período em que os mesmos possam ser utilizados. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas Demonstrações Financeiras.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

Na sequência das situações abaixo descritas, a Empresa efetuou uma reexpressão das Demonstrações Financeiras do exercício de 2017, em conformidade com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) n.º 4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros, de forma a permitir a comparabilidade das mesmas.

A 14 de agosto de 2017, o representante do acionista único da APA, S.A., “*votou favoravelmente a aprovação do Relatório de Gestão e das Contas Individuais e Consolidadas de 2016, atentas as reservas constantes nas Certificações Legais de Contas e os pareceres favoráveis do Conselho Fiscal, recomendando ao Conselho de Administração que diligencie no sentido de (...) envidar esforços de modo suprir as duas reservas expressas na Certificação Legal de Contas, relativas: i: ao montante de 291.481.000,00 € constante na rubrica “Ativos Fixos Tangíveis” respeitante aos ativos operacionais que suportam o desenvolvimento das operações da empresa, na medida em que existe evidência da existência de imparidades associadas a estes ativos”*”.

Atenta tal recomendação, a APA, S.A. efetuou o teste de imparidade para avaliar a recuperabilidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis, reconhecidos nas suas contas, relativo ao exercício de 2017, nos termos previstos na Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) n.º 12, e contratou a PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda (PwC) para o rever.

Assim, o estudo para a determinação do valor de uso dos ativos não correntes da Empresa foi elaborado tendo em consideração: i) o método dos fluxos de caixa descontados, baseado no PAO, preparado pelo Conselho de Administração, projetado até ao final da vida estimada útil dos ativos (2069), calculado com base no seu valor contabilístico e respetivas depreciações; ii) e uma taxa de desconto de 7,0%, que reflete os riscos específicos do negócio. Na Nota 6 são indicados os principais pressupostos considerados na análise de imparidade levada a cabo.

Contudo, considerando o impacto significativo de tal reconhecimento nas Demonstrações Financeiras da APA, S.A., referentes ao ano de 2017, optou esta Administração Portuária por submeter o assunto à apreciação do seu Acionista.

Com efeito, a 15 de abril de 2019, o Acionista Estado, em sede de Assembleia Geral, “*aprovou os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2017 e recomendou ao conselho de administração que diligenciasse no sentido de incorporar nas contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 os ajustamentos decorrentes das imparidades referentes ao ativo identificadas na CLC individual e consolidada*”.

Assim, nos termos do disposto no parágrafo 33 da NCRF n.º 4, e tratando-se de uma perda por imparidade que remonta a exercícios anteriores a 01/01/2017 e sendo possível determinar o efeito

da referida matéria a 01/01/2017, procedemos à reexpressão das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo a 31 de dezembro de 2017.

A reconciliação do Balanço da Empresa em 1 de janeiro de 2017 e em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as Demonstrações Financeiras aprovadas e publicadas, com o Balanço reexpresso apresentado para efeitos comparativos, é como segue:

	1 de janeiro de 2017		
	Antes da reexpressão	Ajustamento	Após reexpressão
ATIVO			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	291.481.138	(206.841.051) (a)	84.640.086
Ativos intangíveis	34.211.209	(24.255.961) (a)	9.955.247
Outros ativos não correntes	19.675.565	-	19.675.565
	345.367.911	(231.097.013)	114.270.898
Corrente	29.025.422	-	29.025.422
Total do Ativo	374.393.332	(231.097.013)	143.296.320
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital subscrito	30.000.000	-	30.000.000
Reserva legal	1.442.764	-	1.442.764
Outras reservas	194.194.780	-	194.194.780
Resultados transitados	(4.599.292)	(141.673.122) (n)	(146.272.414)
Ajustamentos em Ativos financeiros	14.814.823	-	14.814.823
Ajustamento/outras variações no capital próprio	70.520.754	(48.528.404) (b)	21.992.350
	306.373.830	(190.201.526)	116.172.304
Resultado líquido do exercício	1.249.018	-	1.249.018
Total do capital próprio	307.622.848	(190.201.526)	117.421.322
Passivo			
Não corrente			
Provisões	18.357	-	18.357
Financiamentos obtidos	14.404.764	-	14.404.764
Passivos por impostos diferidos	1.463.745	(1.463.745) (e)	-
Diferimentos	24.477.286	(17.423.628) (c)	7.053.658
Outras dívidas a pagar	19.318.776	(19.318.776) (d)	-
	59.682.927	(38.206.148)	21.476.779
Corrente			
Outros corrente	2.354.551	-	2.354.551
Outras dívidas a pagar	1.646.122	(492.721) (d)	1.153.401
Diferimentos	3.086.885	(2.196.616) (c)	890.268
	7.087.557	(2.689.337)	4.398.219
Total do passivo	66.770.484	(40.895.486)	25.874.998
Total do capital próprio e do passivo	374.393.332	(231.097.012)	143.296.320

APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.
Demonstrações Financeiras Individuais (em euros)
31 de dezembro de 2018

	31 de dezembro de 2017		
	Antes da reexpressão	Ajustamento	Após reexpressão
ATIVO			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	286.557.194	(203.200.498) (i)	83.356.696
Ativos intangíveis	32.001.505	(22.674.942) (i)	9.326.563
Outros ativos não correntes	18.834.497	-	18.834.497
	<u>337.393.195</u>	<u>(225.875.440)</u>	<u>111.517.756</u>
Corrente	<u>31.777.328</u>	-	<u>31.777.328</u>
Total do Ativo	<u>369.170.524</u>	<u>(225.875.440)</u>	<u>143.295.084</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			-
Capital subscrito	30.000.000	-	30.000.000
Reserva legal	1.567.666	-	1.567.666
Outras reservas	194.808.437	-	194.808.437
Resultados transitados	(4.958.192)	(141.673.122) (n)	(146.631.314)
Ajustamentos em Ativos financeiros	15.461.191	-	15.461.191
Ajustamento/outras variações no capital próprio	68.905.526	(47.378.639) (j)	21.526.887
	<u>305.784.628</u>	<u>(189.051.761)</u>	<u>116.732.867</u>
Resultado líquido do exercício	<u>1.697.071</u>	<u>1.584.412</u>	<u>3.281.483</u>
Total do capital próprio	<u>307.481.699</u>	<u>(187.467.349)</u>	<u>120.014.350</u>
Passivo			
Não corrente			
Financiamentos obtidos	13.214.288	-	13.214.288
Passivos por impostos diferidos	1.641.903	(1.641.903) (m)	-
Diferimentos	21.727.757	(15.466.435) (k)	6.261.322
Outras dívidas a pagar	18.873.623	(18.873.623) (l)	-
	<u>55.457.570</u>	<u>(35.981.961)</u>	<u>19.475.610</u>
Corrente			
Outros corrente	1.813.625		1.813.625
Outras dívidas a pagar	1.668.100	(468.937) (l)	1.199.163
Diferimentos	2.749.529	(1.957.193) (k)	792.336
	<u>6.231.254</u>	<u>(2.426.130)</u>	<u>3.805.124</u>
Total do passivo	<u>61.688.825</u>	<u>(38.408.091)</u>	<u>23.280.734</u>
Total do capital próprio e do passivo	<u>369.170.524</u>	<u>(225.875.440)</u>	<u>143.295.084</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a reconciliação da Demonstração dos Resultados da Empresa de acordo com as Demonstrações Financeiras aprovadas e publicadas, com a Demonstração dos Resultados reexpressa apresentada para efeitos comparativos, é como segue:

	31 de dezembro de 2017		
	Antes da reexpressão	Ajustamento	Após reexpressão
Vendas e serviços prestados	4.438.670	-	4.438.670
Subsídios à exploração	4.978	-	4.978
Ganhos/ perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(755.736)		(755.736)
Fornecimentos e serviços externos	(2.583.571)	-	(2.583.571)
Gastos com o pessoal	(5.160.248)	-	(5.160.248)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	(226.826)	-	(226.826)
Outros rendimentos	14.921.318	-	14.921.318
Outros gastos	(420.352)	(3.680.184) (f)	(4.100.536)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	10.218.233	(3.680.184)	6.538.048
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	(8.316.549)	-	(8.316.549)
Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)	21.711	5.221.573 (g)	5.243.284
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.923.395	1.541.388	3.464.783
Juros e rendimentos similares obtidos	25.735	-	25.735
Juros e gastos similares suportados	(31.133)	-	(31.133)
Resultados antes de impostos	1.917.997	1.541.388	3.459.385
Imposto sobre o rendimento do período	(220.926)	43.024 (h)	(177.902)
Resultado líquido do exercício	1.697.071	1.584.412	3.281.483

- (a) Reconhecimento de perda por imparidade, determinada pela comparação do valor de uso dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis da Empresa com o respetivo valor contabilístico. Perda por imparidade reconhecida com referência a 1 de janeiro de 2017 no valor total de 231.097.013 euros (206.841.051 euros reconhecidos na rubrica de balanço de ativos fixos tangíveis e 24.255.961 euros reconhecidos na rubrica de balanço de ativos intangíveis);
- (b) Reconhecimento na mesma medida do reconhecimento de perda por imparidade referida no ponto (a), do montante de subsídios ao investimento registados ao nível do capital próprio da Empresa com referência a 1 de janeiro de 2017, no montante total de 62.630.790 euros, deduzido dos passivos por impostos diferidos associados aos mesmos no montante de 14.102.386 euros;
- (c) Reconhecimento de rendimentos a reconhecer relativos a bens a reverter a favor da Entidade no âmbito de contratos de concessão na mesma medida do reconhecimento de perda por imparidade referida no ponto (a). Montante reconhecido com referência a 1 de janeiro de 2017 no valor total de 19.620.244 euros (17.423.628 euros reconhecidos na

- rubrica de balanço de diferimentos não correntes e 2.196.616 euros reconhecidos na rubrica de balanço de diferimentos correntes);
- (d) Reconhecimento de ativos por impostos diferidos associados à imparidade constituída sobre ativos não correntes da Entidade, com referência a 1 de janeiro de 2017, na exata medida em que existem diferenças temporárias tributáveis disponíveis no montante total de 19.811.497 euros (19.318.776 euros reconhecidos na rubrica de balanço de outras dívidas a pagar não correntes e 492.721 euros reconhecidos na rubrica de balanço de outras dívidas a pagar correntes);
- (e) Reversão de passivos por impostos diferidos associados a bens a reverter a favor da Entidade no âmbito de contratos de concessão na mesma medida do reconhecimento de perda por imparidade referida no ponto (a). Reversão de passivos por impostos diferidos com referência a 1 de janeiro de 2017 no valor total de 1.041.935 euros. Reconhecimento de ativos por impostos diferidos associados à imparidade constituída sobre ativos não correntes da Entidade, com referência a 1 de janeiro de 2017, na exata medida em que existem diferenças temporárias tributáveis disponíveis no montante total de 421.810 euros;
- (f) O efeito na rubrica da demonstração dos resultados, outros gastos, detalha-se como segue:
- i. Reversão do reconhecimento, referido em (b), de subsídios ao investimento por via da depreciação e amortização dos ativos subsidiados no montante de 1.483.568;
 - ii. Reversão dos rendimentos reconhecidos, referido em (c), relativos a bens a reverter a favor da Entidade no âmbito de contratos de concessão no montante de 2.196.616 euros;
- (g) Reversão, no exercício de 2017, da perda por imparidade por via da depreciação e amortização dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis para os quais foi reconhecida uma perda por imparidade com referência a 1 de janeiro de 2017 no montante de 5.221.573 euros;
- (h) O efeito na rubrica da demonstração dos resultados, imposto sobre o rendimento do exercício, detalha-se como segue:
- i. Reversão de passivos por impostos diferidos associados aos subsídios ao investimento no montante de 333.803 euros (em resultado do registo mencionado em (g));
 - ii. Reversão de ativos por impostos diferidos associados a ativos não correntes no montante de 468.937 euros (em resultado do reconhecimento na demonstração dos resultados dos subsídios ao investimento por via da depreciação dos ativos subsidiados);
 - iii. Efeito de ativos por impostos diferidos associados a bens a reverter no montante de 178.141 euros;
- (i) Perda por imparidade acumulada registada a 31 de dezembro de 2017 decorrente dos registos explicados em (a) e (g) acima (203.200.498 euros reconhecidos na rubrica de

- balanço de ativos fixos tangíveis e 22.674.942 euros reconhecidos na rubrica de balanço de ativos intangíveis);
- (j) Reconhecimento de montantes de subsídios ao investimento ao nível do capital próprio da Empresa, registado a 31 de dezembro de 2017, decorrente dos registos explicados em (b) e (f.i) no montante total de 61.147.223 euros, deduzido dos passivos por impostos diferidos associados aos mesmos decorrentes dos registos explicados em (b) e (h.i) no montante total de 13.768.584 euros;
 - (k) Reconhecimento de rendimentos a reconhecer relativos a bens a reverter a favor da Entidade no âmbito de contratos de concessão decorrentes dos registos explicados em (c) e (f.ii) no valor total de 19.342.560 euros (15.466.435 euros reconhecidos na rubrica de balanço de diferimentos passivo não corrente e 1.957.193 euros reconhecidos na rubrica de balanço de diferimentos passivo corrente);
 - (l) Reconhecimento de ativos por impostos diferidos associados à imparidade constituída sobre ativos não correntes da Entidade na exata medida em que existem diferenças temporárias tributáveis disponíveis, decorrentes dos registos explicados em (d) e (h.ii), no montante total de 19.342.560 euros (18.873.623 euros reconhecidos na rubrica de balanço de outras dívidas a pagar não correntes e 468.937 euros reconhecidos na rubrica de balanço de outras dívidas a pagar correntes);
 - (m) Reversão de passivos por impostos diferidos associados a bens a reverter a favor da Entidade no âmbito de contratos de concessão na mesma medida do reconhecimento de perda por imparidade referida no ponto (a) e reconhecimento de ativos por impostos diferidos associados à imparidade constituída sobre ativos não correntes da Entidade, com referência a 1 de janeiro de 2017, na exata medida em que existem diferenças temporárias tributáveis disponíveis, decorrentes dos registos explicados em (e) e (h.iii), no montante total de 1.641.903 euros;
 - (n) O impacto em resultados transitados decorre dos registos descritos de (a) a (e).

5 Fluxos de Caixa

5.1 Caixa e seus Equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, caixa e equivalentes de caixa não disponíveis para uso.

5.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2018	2017
Numerário		
- Caixa	2.495	2.500
	2.495	2.500
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	11.143.527	16.120.262
- Depósitos a prazo	20.000.000	11.500.000
- Outros depósitos	184.913	174.143
	31.328.440	27.794.405
Caixa e equivalentes de caixa	31.330.935	27.796.905
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-

Em 31 de dezembro de 2018, a totalidade dos excedentes de tesouraria da Empresa, estavam aplicados na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., através de Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC).

Os mesmos são apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa como um equivalente de caixa pelo facto de poderem ser desmobilizados a qualquer momento, sem penalização de juros.

Tipo	Montante	Vencimento
IGCP - CEDIC - Certificados Especiais Curto Prazo	20.000.000	8-mai-19
	20.000.000	

Os outros recebimentos / pagamentos incluídos nos fluxos de caixa das atividades operacionais referem-se, fundamentalmente, a pagamentos de Imposto sobre o Valor Acrescentado, recebimento de subsídios à exploração e outros recebimentos e pagamentos não enquadráveis na atividade operacional.

Em 31 de dezembro de 2018 não existiam linhas de crédito autorizadas (2017: 3.750.000 euros).

6 Ativos Fixos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2017 Reexpresso								
Custo de aquisição	71.943.244	299.839.274	6.822.414	667.217	911.670	1.422.113	657.890	382.263.822
Depreciações acumuladas	-	(80.664.261)	(6.649.867)	(641.274)	(869.803)	(1.349.497)	-	(90.174.701)
Imparidade Acumulada	(51.211.246)	(156.015.005)	(122.824)	(18.467)	(29.803)	(51.690)	-	(207.449.036)
Valor líquido	20.731.998	63.160.008	49.723	7.476	12.065	20.926	657.890	84.640.085
Movimentos no exercício:								
Adições	-	944.247	-	-	21.149	12.309	246.643	1.224.348
Transferências e abates	-	(232.665)	-	-	(11.113)	-	(47.428)	(291.206)
Depreciação - exercício	-	(5.899.923)	(21.214)	(9.162)	(20.470)	(27.961)	-	(5.978.730)
Depreciação- transf. e abates	-	88.819	-	-	11.113	-	-	99.932
Reforço/Reversão imparidade - exercício	-	3.629.985	15.101	6.521	(484)	11.142	-	3.662.265
Valor líquido	-	(1.469.537)	(6.113)	(2.640)	196	(4.510)	199.215	(1.283.390)
31 de dezembro de 2017 Reexpresso								
Custo de aquisição	71.943.244	300.550.856	6.822.414	667.217	921.706	1.434.423	857.105	383.196.964
Depreciações acumuladas	-	(86.475.364)	(6.671.081)	(650.435)	(879.159)	(1.377.458)	-	(96.053.498)
Imparidade Acumulada	(51.211.246)	(152.385.021)	(107.723)	(11.946)	(30.286)	(40.549)	-	(203.786.771)
Valor líquido	20.731.998	61.690.471	43.610	4.836	12.261	16.416	857.105	83.356.696

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2018								
Custo de aquisição	71.943.244	300.550.856	6.822.414	667.217	921.706	1.434.423	857.105	383.196.964
Depreciações acumuladas	-	(86.475.364)	(6.671.081)	(650.435)	(879.159)	(1.377.458)	-	(96.053.498)
Imparidade Acumulada	(51.211.246)	(152.385.021)	(107.723)	(11.946)	(30.286)	(40.549)	-	(203.786.771)
Valor líquido	20.731.998	61.690.471	43.610	4.836	12.261	16.416	857.105	83.356.696
Movimentos no exercício:								
Adições	-	45.782	-	-	84.917	66.884	1.628.171	1.825.755
Transferências e abates	-	280.509	(224)	(540)	(36.278)	(19.361)	(280.509)	(56.404)
Reversões de ativos de concessões (i)	-	1.335.362	-	-	-	-	-	1.335.362
Depreciação - exercício	-	(6.107.871)	(21.214)	(9.162)	(37.749)	(32.703)	-	(6.208.699)
Depreciação- transf. e abates	-	-	224	540	35.143	18.828	-	54.736
Reforço/Reversão imparidade - exercício	3.806.253	14.255.661	21.985	6.925	(28.081)	(19.158)	-	18.043.584
Valor líquido	3.806.253	9.809.443	771	(2.237)	17.952	14.491	1.347.662	14.994.335
31 de dezembro de 2018								
Custo de aquisição	71.943.244	302.212.510	6.822.189	666.677	970.345	1.481.946	2.204.767	386.301.678
Depreciações acumuladas	-	(92.583.235)	(6.692.071)	(659.057)	(881.765)	(1.391.333)	-	(102.207.460)
Imparidade Acumulada	(47.404.993)	(138.129.360)	(85.738)	(5.021)	(58.368)	(59.707)	-	(185.743.186)
Valor líquido	24.538.251	71.499.914	44.381	2.599	30.213	30.906	2.204.767	98.351.031

O gasto com a depreciação de ativos fixos tangíveis, no exercício de 2018, ascendeu a 6.208.699 euros (2017: 5.978.730 euros), estando reconhecido na rubrica “Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados.

Importa referir que, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram capitalizados gastos financeiros.

Conforme referido nas Notas 3.3, 3.5 e 4, os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são testados anualmente para determinação de imparidade, pelo facto do valor pelo qual os mesmos se encontram escriturados não ser totalmente recuperável. Tendo em consideração as atividades desenvolvidas pela Empresa, com natureza de serviço público, o valor recuperável resultante dos testes de imparidade, corresponde ao valor de uso dos ativos. Por se tratar de uma imparidade do negócio, a alocação da mesma é efetuada numa base *pro-rata*, pelo valor dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis.

Assim, o estudo para a determinação do valor de uso dos ativos não correntes da Empresa foi elaborado tendo em consideração: i) o método dos fluxos de caixa descontados, baseado no PAO de 2019-2021, projetado até ao final da vida útil dos ativos (2069), calculado com base no seu valor contabilístico e respetivas depreciações; ii) a taxa de desconto considerada foi de 7,0% (7,0% em 2017), que reflete os riscos específicos do negócio. Os principais pressupostos considerados no estudo acima indicado e no estudo de imparidade sobre os ativos não correntes da subsidiária Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A. (nota 10) detalham-se como segue:

	31-12-2018	31-12-2017
Taxa de crescimento média das prestações de serviços, rendimentos de ocupação e rendimentos de concessão ^(*) :		
Porto de Aveiro		
n a n+5	3,78%	4,14%
n+5 a 2069	1,80%	1,79%
Porto da Figueira da Foz		
n a n+5	3,33%	1,05%
n+5 a 2043	0,51%	1,95%
Intervalo de margens EBITDA ^(**) no período de projeção:		
Porto de Aveiro	41,3% - 47,1%	36,8% - 45,5%
Porto da Figueira da Foz	2,4% - 23,8%	8,1% - 24,5%

(*) Ajustado por registos sem *cash-flow* associado

(**) EBITDA = Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos excluindo, registos decorrentes do reconhecimento/reversão de provisões e registos associados a subsídios ao investimento e registos associados a rendimentos a reconhecer relativos a bens a reverter a favor da concedente.

Fruto da depreciação dos ativos fixos tangíveis e da evolução operacional da Entidade, com uma performance operacional em 2018 superior à inicialmente estimada, vertida no Plano de Atividades e Orçamento, procedeu-se no exercício findo a 31 de dezembro de 2018 a uma reversão da perda por imparidade como a seguir apresentada.

Relativamente ao Porto da Figueira do Foz, o intervalo considerado ao nível das margens EBITDA apresenta um diferencial significativo em resultado dos efeitos não regulares e consistentes dos encargos suportados com dragagens da zona do porto. Estes encargos, nos anos em que ocorrem provocam uma deterioração significativa na margem EBITDA.

Durante o exercício de 2018, os movimentos registados nas Demonstrações Financeiras da Empresa, relacionados com a imparidade sobre ativos fixos tangíveis e intangíveis, analisam-se como segue:

	31-12-2017 Reexpresso	Impacto no resultado do exercício			31/12/2018
		Reversão	Reforço	Valor líquido	
Tangível (ver Nota 6)	203 786 770	(18 140 973)	97 389	(18 043 584)	185 743 186
Intangível (ver Nota 8)	22 674 942	(4 008 033)	5 851	(4 002 183)	18 672 760
	226 461 712	(22 149 006)	103 239	(22 045 767)	204 415 945

A Empresa reverte, numa primeira fase, um valor de imparidade equivalente às depreciações registadas no exercício, tendo por base a taxa de imparidade apurada no exercício anterior.

- (i) As reversões de ativos de concessões e/ou licenças no exercício de 2018 analisam-se como segue:

	Navalria - Docas, Construções e Reparações Navais, S.A.
Valor de aquisição / avaliação	2.766.694
Amortizações acumuladas	(1.431.332)
	1.335.362

Durante o exercício de 2018 o contrato de concessão da Navalria - Docas, Construções e Reparações Navais, S.A. terminou. Assim, nos termos da política contabilística apresentada na nota 3.6, os bens afetos à concessão reverteram para a APA, S.A., ocorrendo no exercício a reclassificação dos montantes em aberto na rubrica de ativos intangível relativo a bens a reverter a favor da entidade no âmbito dos contratos de concessão para os montantes de ativos fixos tangíveis da Empresa.

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Ativos em curso” referem-se aos seguintes projetos:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Empreitada de Execução Implementação Operacional TGL	820 814	0
Infraestruturação da ZALI - Zona de Atividades Logísticas e Industriais	703 431	527 927
Expansão do Terminal Contentores RO-RO	408 317	0
Arruamentos TGL	87 402	44 858
Vedação do Terminal Norte e VTS	85 084	0
Plataforma Logística de Contentores	31 644	31 644
Ampliação Esteira do TGL Novo	25 498	25 498
Requalificação de Caminho de Rolamentos, Caleira e Pavimentos	0	187 489
Outros	42 576	39 689
	<u>2 204 767</u>	<u>857 105</u>

7 Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são compostas por terrenos e edifícios com o objetivo de valorização, tendo apresentado a seguinte evolução:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A 1 de janeiro		
Valor bruto	4.106.082	4.106.082
Depreciações acumuladas	-	-
	<u>4.106.082</u>	<u>4.106.082</u>
Movimentos no exercício:		
Aumentos / (Reduções)	-	-
	-	-
A 31 de dezembro		
Valor bruto	4.106.082	4.106.082
Depreciações acumuladas	-	-
Valor líquido	<u>4.106.082</u>	<u>4.106.082</u>

As propriedades de investimentos referem-se, fundamentalmente, a terrenos localizados nos concelhos de Aveiro e de Ílhavo. Pelo facto de não se encontrarem reunidas as condições estabelecidas nos parágrafos 8 e 9 da NCRF 8 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas, assim como os requisitos do Apêndice A da referida norma, estes imóveis foram apresentados no balanço como propriedades de investimento.

No exercício de 2018, a APA, S.A. procedeu à avaliação individual dos bens registados como propriedades de investimento, avaliação essa levada a cabo por um perito avaliador externo. Da avaliação resultou o valor global de 9.403.200 euros (valor contabilístico: 4.106.082 euros), tendo-se igualmente verificado que o valor de avaliação individual de cada bem é superior ao respetivo valor contabilístico.

8 Ativos Intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como segue:

	<i>Software</i>	<i>Concessões</i>	<i>Ativos em curso</i>	<i>Total</i>
A 1 de janeiro de 2017 Reexpresso				
Custo de aquisição	788.917	53.978.570	135.636	54.903.123
Amortizações acumuladas	(782.042)	(19.909.873)	-	(20.691.915)
Imparidade Acumulada	(4.894)	(24.251.067)		(24.255.961)
	1.981	9.817.630	135.636	9.955.248
Movimentos no exercício				
Adições	11.116	-	117.000	128.116
Transferências e abates	105.636	-	(105.636)	0
Amortizações - exercício	(43.756)	(2.294.064)	-	(2.337.820)
Reversão / (Reforço) imparidade exercício	(51.961)	1.632.980	-	1.581.019
	21.036	(661.084)	11.364	(628.685)
31 de dezembro de 2017 Reexpresso				
Custo de aquisição	905.669	53.978.570	147.000	55.031.239
Amortizações acumuladas	(825.798)	(22.203.936)	-	(23.029.734)
Imparidade acumulada	(56.855)	(22.618.087)	-	(22.674.942)
	23.017	9.156.546	147.000	9.326.563
Movimentos no exercício				
Adições	11.900	-	3.000	14.900
Transferências e abates	-	-	-	-
Reversões de ativos de concessões (Nota 6)	-	(2.766.694)	-	(2.766.694)
Amortizações - exercício	(42.246)	(2.150.455)	-	(2.192.701)
Amortizações acumuladas - reversões (Nota 6)	-	1.431.332	-	1.431.332
Reversão / (Reforço) imparidade exercício	24.221	3.977.962	-	4.002.183
	(6.124)	492.144	3.000	489.020
31 de dezembro de 2018				
Custo de aquisição	917.569	51.211.876	150.000	52.279.445
Amortizações acumuladas	(868.044)	(22.923.060)	-	(23.791.103)
Imparidade acumulada	(32.634)	(18.640.126)	-	(18.672.760)
	16.892	9.648.690	150.000	9.815.582

A amortização de ativos intangíveis, no exercício de 2018, ascendeu a 2.192.701 euros (2017: 2.337.820 euros) e está incluída na rubrica “Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados.

Os ativos intangíveis em curso incluem:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Implementação Solução SIG Web Based Gestão Integrada	150.000	145.500
Outros	-	1.500
	<u>150.000</u>	<u>147.000</u>

O detalhe das concessões de uso privativo incluídas nas Demonstrações Financeiras da Empresa, na sequência da adoção da política contabilística referida na Nota 3.6 é como segue:

	Concessão 1	Concessão 2	Concessão 3	Concessão 4	Total
A 1 de janeiro de 2017 Reexpresso					
Custo de aquisição	2 766 694	17 403 374	33 012 975	795 527	53 978 570
Amortizações acumuladas	(1 230 281)	(3 698 217)	(14 782 643)	(198 732)	(19 909 873)
Imparidade acumulada	(1 093 662)	(9 755 720)	(12 976 869)	(424 816)	(24 251 067)
	442 751	3 949 437	5 253 463	171 979	9 817 630
Movimentos no exercício:					
Amortizações - exercício	(172 330)	(435 084)	(1 650 649)	(36 000)	(2 294 064)
Reversão / (Reforço) imparidade exercício	122 670	309 705	1 174 979	25 626	1 632 980
	(49 661)	(125 379)	(475 670)	(10 374)	(661 084)
31 de dezembro de 2017 Reexpresso					
Custo de aquisição	2 766 694	17 403 374	33 012 975	795 527	53 978 570
Amortizações acumuladas	(1 402 612)	(4 133 301)	(16 433 291)	(234 732)	(22 203 936)
Imparidade acumulada	(970 993)	(9 446 015)	(11 801 890)	(399 190)	(22 618 087)
	393 090	3 824 058	4 777 793	161 605	9 156 546
Movimentos no exercício:					
Reversões	(2 766 694)	-	-	-	(2 766 694)
Amortização - exercício	(28 722)	(435 084)	(1 650 649)	(36 000)	(2 150 455)
Amortização acumulada - reversões	1 431 332	-	-	-	1 431 332
Reversão / (Reforço) imparidade exercício	970 993	1 312 133	1 639 385	55 451	3 977 962
	(393 091)	877 049	(11 264)	19 451	492 144
31 de dezembro de 2018					
Custo de aquisição	-	17 403 374	33 012 975	795 527	51 211 876
Amortizações acumuladas	-	(4 568 386)	(18 083 942)	(270 732)	(22 923 060)
Imparidade acumulada	-	(8 133 882)	(10 162 505)	(343 739)	(18 640 126)
	-	4 701 107	4 766 528	181 056	9 648 690

Nota: os nomes das concessionárias estão protegidos por informação reservada às partes contratantes.

Apresenta-se de seguida quadro com concessões de uso privativo, com ativos que revertem gratuitamente para a APA, S.A. no final do período contratual:

Concessão	Data de início do contrato	Prazo	Bens reversíveis da Concessão	Situação
Prio Biocombustíveis, S.A.	22-12-2006	20 anos	Tanques	Ativo
SGPAMAG - Sociedade de Graneis do Parque de Aveiro, Movimentação e Armazenagem de Graneis, S.A.	31-12-2010	20 anos	Edificados e outras construções	Ativo
Socarpor - Sociedade de Cargas Portuárias (Aveiro), S.A.	11-08-2006	20 anos	Silos de armazenagem	Ativo

No que se refere à concessão de serviço público atribuída em 26 de janeiro de 2001, por um prazo de 25 anos, à Socarpor - Sociedade de Cargas Portuárias, S.A., para a exploração da operação portuária no Terminal Sul, em regime de serviço público, não foi reconhecido qualquer ativo, pelo facto de se perspetivar que no final do período contratual, os atuais bens em uso por este concessionário não terão qualquer valor económico para a APA, S.A.. Adicionalmente, referimos que (i) excluem-se da reversão gratuita os investimentos em equipamentos nos últimos 10 anos, pelos quais a concessionária tem direito a ser indemnizada pelo seu valor contabilístico e (ii) a atual infraestrutura em uso pelo concessionário faz parte integrante do ativo da APA, S.A..

9 Outros ativos financeiros

Nesta rúbrica estão registados os valores transferidos para os Fundos de Compensação do Trabalho.

Estes fundos foram criados pela Lei n.º. 70/2013, de 30 de agosto.

10 Participações Financeiras - Método Equivalência Patrimonial

10.1 Participações Financeiras em Empresas Subsidiárias

As participações Financeiras em empresas subsidiárias em 31 de dezembro de 2018 e 2017, sua sede social, percentagem de capital e sua atividade são como segue:

Empresa	Sede Social	Percentagem de capital detido		Valor contabilístico	
		2018	2017	2018	2017
Administração do Porto da Figueira da Foz, SA	Figueira da Foz	100%	100%	15.224.937	14.665.287
				15.224.937	14.665.287

A APFF - Administração do Porto da Figueira da Foz, S. A. ("APFF, S.A."), é uma Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, criada através do Decreto - Lei n.º. 210/2008, de 3 de

novembro, tendo o mesmo entrado em vigor 30 dias após a data da sua publicação. A Empresa foi constituída com um capital social de 50 mil euros, integralmente subscrito e realizado pela APA, S.A.. Durante o exercício de 2012, o capital social da Empresa foi aumentado de 50 mil euros para 10 milhões de euros, mediante a conversão de reservas resultantes da contrapartida da integração no ativo da Empresa, dos bens destacados na esfera do Instituto Português e dos Transportes Marítimos. I.P., ao abrigo do estabelecido no Artigo 8º do Decreto - Lei n.º 210/2008, de 3 de novembro.

A APFF, S.A. tem por objeto a administração do Porto da Figueira da Foz, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a ser cometidas.

10.2 Informação Financeira da Participação na Empresa Subsidiária

Os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis da APFF, S.A. são testados anualmente para determinação de imparidade, pelo facto do valor pelo qual os mesmos se encontram escriturados não ser totalmente recuperável. Tendo em consideração as atividades desenvolvidas pela Empresa, com natureza de serviço público, o valor recuperável resultante dos testes de imparidade, corresponde ao valor de uso dos ativos.

Por se tratar de uma imparidade do negócio, a alocação da mesma é efetuada numa base pró-rata, pelo valor dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis.

Pelo facto dos estudos levados a cabo com vista à determinação do valor do negócio e, conseqüentemente, da imparidade a reconhecer sobre os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis em uso pela APFF ter levado em consideração (i) os investimentos em curso e a realizar a médio prazo e (ii) que a realização de tais investimentos só será possível caso os mesmos venham a ser financiados por subsídios não reembolsáveis, a perda por imparidade encontra-se, também, a ser imputada aos ativos fixos tangíveis que no final de cada relato financeiro se encontram em curso.

Assim, o estudo para a determinação do valor de uso dos ativos da Empresa foi elaborado tendo em consideração: i) o método dos fluxos de caixa descontados, baseado no PAO de 2019-2021, projetado até ao final da vida útil dos ativos (2043), calculado com base no seu valor contabilístico e respetivas depreciações; ii) a taxa de desconto considerada foi de 7,0% (7,0% em 2017), que reflete os riscos específicos do negócio (ver na nota 6 os principais pressupostos associados ao referido estudo)

Em resultado do referido exercício, encontra-se registado nas demonstrações financeiras daquela entidade a 31 de dezembro de 2018 um montante de perdas por imparidade acumuladas de aproximadamente 82.878.000 euros (86.178.000 euros em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a informação financeira relativa à participação na empresa subsidiária é como segue:

	2018	2017
Ativos		
Não correntes	8.136.737	8.141.226
Correntes	7.769.468	7.738.283
	15.906.206	15.879.509
Passivos		
Não correntes	-	328.657
Correntes	681.268	885.565
	681.268	1.214.222
Capital Próprio	15.224.937	14.665.287
	15.906.206	15.879.509
Atividade no ano		
Rendimentos	7.766.809	6.525.264
Gastos	7.372.529	7.281.000
Resultado líquido	394.280	(755.736)
% participação detida	100%	100%
	394.280	(755.736)

10.3 Movimentos na Participação Financeira Contabilizada pelo Método da Equivalência Patrimonial

Durante os exercícios de 2018 e de 2017, os movimentos ocorridos na participação financeira valorizada pelo método da equivalência patrimonial são como segue:

	2018	2017
Início do exercício	14.665.287	15.506.741
Aquisições	-	-
Reforço de capital - Prestações acessórias de capital	140.522	137.274
Ganhos / (Perdas) - Método da equivalência patrimonial	394.280	(755.736)
Outros movimentos no capital (ver Nota 18.1)	24.849	(222.992)
Final do exercício	15.224.937	14.665.287

Os outros movimentos no capital referem-se às seguintes situações registadas pela subsidiária:

	2018	2017
Movimentos efetuados diretamente nos capitais próprios da APFF:		
- Subsídios ao investimento (i)	32.063	(287.732)
- Ajustamentos em subsídios ao investimento (i)	(7.214)	64.740
	24.849	(222.992)

- (i) Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio “Outras variações de capital”, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pró-rata da depreciação dos ativos a que estão associados. Durante o exercício de 2018, esta subsidiária registou um aumento nos capitais próprios, no montante de 24.849 euros (2017: (222.992) euros), relativa a subsídios ao investimento não reembolsáveis, líquido do efeito do correspondente efeito fiscal futuro que lhes está associado, e perdas por imparidade sobre os bens que estes subsídios pretendem subsidiar.

11 Participações Financeiras - Outros Métodos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os ativos reconhecidos nesta rubrica são como segue:

	% detida	2018	2017
PCI - Parque da Ciência e Inovação, S.A.	1%	62.500	62.500
		62.500	62.500

A PCI tem por objeto a instalação, o desenvolvimento, a promoção e a gestão de um Parque de Ciência e Tecnologia, bem como a prestação dos serviços de apoio necessários à sua atividade, que contribuam para a produção e investigação científica, tecnológica e educativa, como promotor estratégico e operacional da inovação e do empreendedorismo.

Esta participação encontra-se valorizada ao custo por não ser possível determinar com fiabilidade o seu justo valor. Adquirida em 2010 pelo montante de 22.500 euros, esta aquisição foi ratificada por parte da tutela financeira, a qual foi materializada pela representante do acionista Estado, em sede de reunião da Assembleia Geral da APA, S.A., realizada a 02 de junho de 2014.

Em 11 de agosto de 2014 o Conselho de Administração da APA, S.A. aprovou realizar a parte remanescente (52.500 euros) do capital social do PCI, S.A.. Não obstante, na Assembleia Geral do PCI, S.A., realizada a 12 de agosto de 2014, foi transmitido à APA, S.A. que aguardasse por

interpelação para efetuar o pagamento. Tal solicitação foi efetuada, em 18 de novembro de 2016, solicitando o pagamento de 40.000 euros, parte proporcional correspondente à realização de 4.000.000 euros.

Esta realização de capital deriva de uma decisão do Conselho de Administração do PCI, S.A., de 2 de novembro de 2016 ratificada na Assembleia Geral realizada em 24 de novembro de 2016.

12 Clientes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a decomposição da rubrica Clientes, é como se segue:

	2018	2017
Clientes - conta corrente	3 724 313	3 655 274
Clientes de cobrança duvidosa	6 380 235	6 299 057
	<u>10 104 548</u>	<u>9 954 331</u>
Imparidade	(6 380 235)	(6 299 057)
Total clientes	<u>3 724 313</u>	<u>3 655 274</u>

Clientes - conta corrente: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes das prestações de serviços relacionadas com as atividades desenvolvidas pela Empresa, as quais se encontram detalhadas na Introdução a este anexo.

Imparidade em clientes

	2018	2017
A 1 de Janeiro	<u>6 299 057</u>	<u>6 072 231</u>
Aumento por resultados	363 815	335 518
Redução por resultados	(282 637)	(108 693)
	<u>81 178</u>	<u>226 826</u>
A 31 de Dezembro	<u>6 380 235</u>	<u>6 299 057</u>

13 Estado e Outros Entes Públicos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os saldos com o Estado e outros entes públicos eram como segue:

	2018		2017	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	-	76.029	44.385	-
Impostos s/ rendimento - IRS	-	99.779	-	99.709
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	23.065	-	46.907
Contribuições para a segurança social	-	115.399	-	118.574
Outras Entidades Públicas	-	184.545	-	141.515
	-	498.817	44.385	406.704

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não existiam dívidas em mora ao Estado.

Para os períodos apresentados o saldo do IRC tem a seguinte decomposição:

	2018	2017
Pagamentos por conta	96.780	82.718
Retenções na fonte	986	4.436
Estimativa de IRC (ver Nota 30)	(173.796)	(42.768)
Total	(76.029)	44.385

14 Outros Créditos a Receber

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a decomposição da rubrica “Outros créditos a receber”, é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Devedores diversos		
- Ciudades Logistica Cencly	78.315	-
- Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.	42.766	36.625
- INERSEL - Construções, S.A.	-	31.650
- Infraestruturas de Portugal, S.A.	16.445	16.445
- Outros	7.226	18.876
	<u>144.752</u>	<u>103.596</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos		
- Juros a receber		8.722
	-	8.722
	<u>144.752</u>	<u>112.318</u>

A generalidade dos contratos de concessão de uso privativo obriga o concessionário a cargas mínimas anuais, podendo, a Empresa, a título de penalidade contratual, cobrar uma taxa adicional por tonelada não movimentada abaixo do mínimo definido contratualmente. Em 2018 não se registaram aplicações de penalidades contratuais.

15 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Empresa tem registado na rubrica Diferimentos os seguintes saldos:

Gastos a reconhecer

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Seguros	52.261	49.356
Materiais de economato, limpeza e combustíveis	108.197	109.116
Outros	-	9.974
	<u>160.458</u>	<u>168.446</u>

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos e a consumíveis e artigos de economato, os quais são inicialmente diferidos, sendo reconhecidos como gasto à medida que vão sendo consumidos.

Rendimentos a reconhecer

Não corrente

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Concessões	6 474 343	6 261 322
	<u>6 474 343</u>	<u>6 261 322</u>

Corrente

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Subsídios exploração	14 027	-
Concessões	936 515	792 336
	<u>950 542</u>	<u>792 336</u>

Os rendimentos a reconhecer “Concessões” resultam da aplicação da política contabilística definida na nota 3.6, no que se refere a ativos de concessões que, no final do período contratual, reverterem gratuitamente para a Empresa. A contrapartida do registo dos ativos é efetuada na rubrica de Rendimentos a reconhecer, sendo o correspondente rendimento reconhecido na demonstração dos resultados, linearmente, durante o período da concessão.

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2018 e de 2017 foram como segue:

	<u>Concessão 1</u>	<u>Concessão 2</u>	<u>Concessão 3</u>	<u>Concessão 4</u>	<u>Total</u>
1 de janeiro de 2017 reexpresso	100.109	2.657.802	5.021.867	164.147	7.943.926
Imputação a rendimentos (Nota 28)	(340.128)	(962.399)	(1.742.666)	(40.687)	(3.085.879)
Reversão imparidade do exercício (Nota 27)	242.113	685.063	1.240.479	28.962	2.196.616
Outros	(1.005)	-	-	-	(1.005)
Reexpresso 31 de dezembro de 2017	<u>1.089</u>	<u>2.380.467</u>	<u>4.519.680</u>	<u>152.422</u>	<u>7.053.658</u>
Imputação a rendimentos (Nota 28)	(3.778)	(962.399)	(1.742.666)	(40.687)	(2.749.529)
Reversão imparidade do exercício (Nota 27)	2.689	1.071.183	1.978.063	54.793	3.106.729
31 de dezembro de 2018	<u>-</u>	<u>2.489.251</u>	<u>4.755.078</u>	<u>166.529</u>	<u>7.410.858</u>

16 Capital

Conforme previsto no artigo 9º dos Estatutos anexos ao Decreto-Lei nº 339/98, de 3 de novembro, o capital social, integralmente subscrito e realizado, foi inicialmente fixado em 7,292 milhões de euros.

Subsequentemente, o capital passou para 30 milhões de euros, por incorporação de parte da reserva de avaliação, resultante da avaliação patrimonial efetuada em 1999, conforme Despacho nº 96/2001 da Inspeção Geral das Finanças.

O capital social atual, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 6.000.000 ações, com o valor nominal de 5 euros cada. As ações são nominativas e revestem a forma escritural.

17 Reservas

Reserva legal

De acordo com os Estatutos da Empresa, anualmente deverá ser transferido para a rubrica de reserva legal, no mínimo, 10% do lucro líquido apurado em cada exercício até que a mesma atinja pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital e para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Outras reservas

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2018 e de 2017 nas Outras reservas analisam-se como segue:

	2016	Movimentos no exercício	2017	Movimentos no exercício	2018
Reservas - Avaliação patrimonial (i)	189.766.558	-	189.766.558	-	189.766.558
Reservas - Efeito das concessões (ii)	4.428.222	613.657	5.041.879	(1.228.857)	3.813.022
	<u>194.194.780</u>	<u>613.657</u>	<u>194.808.437</u>	<u>(1.228.857)</u>	<u>193.579.580</u>

- (i) Corresponde ao valor relativo à avaliação patrimonial referida nas Notas 2.1 e 3.3. Esta reserva não é distribuível, podendo ser utilizada para aumentos de capital social ou para absorver resultados transitados negativos.

- (ii) Corresponde às reservas não distribuíveis, pelo reconhecimento de ativos por reversão gratuita de bens no final do contrato de concessão de serviço público ou uso privativo de bens dominiais afetos à atividade portuária, de acordo com a política contabilística referida na Nota 3.6. No exercício de 2018, o movimento ocorrido corresponde ao fim da concessão da Navalria.

18 Ajustamentos em Ativos Financeiros e Outras Variações no Capital Próprio

18.1 Ajustamentos em ativos financeiros

Os ajustamentos em ativos financeiros analisam-se como segue:

	2018	2017
Ajustamentos em ativos financeiros no início do exercício:	15.461.191	14.814.823
Movimentos efetuados diretamente nos capitais próprios da APFF (ver Nota 9.3)		
- Subsídios ao investimento	32.063	(287.732)
- Ajustamentos em subsídios ao investimento	(7.214)	64.740
Aplicação do resultado líquido do exercício	-	869.359
Ajustamentos em ativos financeiros no final do exercício:	15.486.039	15.461.191

18.2 Outras Variações nos Capitais Próprios

As “Outras Variações no Capital Próprio” referem-se às seguintes naturezas de movimentos ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Subsídios ao investimento	Subsídios ao investimento - Imparidade	Impostos Diferidos - Subsídios	Impostos Diferidos - Subsídios Imparidade	Concessões - reversões	Total
1 de janeiro de 2017 Reexpresso	88.051.097	(62.630.791)	(19.811.497)	14.102.387	2.281.154	21.992.350
Adições	68.185	-	-	-	-	68.185
Regularização por capital próprio	(2.261)	-	468.937	-	-	466.676
Regularização por resultados (ver Notas 27 e 28)	(2.150.089)	1.483.568	-	(333.803)	-	(1.000.324)
31 de dezembro de 2017 Reexpresso	85.966.932	(61.147.223)	(19.342.560)	13.768.584	2.281.154	21.526.887
Adições	(271)	-	-	-	-	(271)
Regularização por capital próprio	-	-	477.410	-	1.360.294	1.837.704
Regularização por resultados (ver Notas 27 e 28)	(2.121.554)	5.942.857	-	(1.337.920)	-	2.483.383
31 de dezembro de 2018	83.845.107	(55.204.366)	(18.865.149)	12.430.664	3.641.448	25.847.704

Segundo o parágrafo 12 da NCRF 22 - Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo - os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios (Outras variações nos capitais próprios), devendo ser imputados, numa base sistemática, como rendimento, durante os períodos necessários para os balancear com os gastos relacionados que se pretende que compensem. No

reconhecimento inicial dos subsídios é utilizada uma conta de “Ajustamento a subsídios” no capital próprio (movimento a débito) por contrapartida de uma conta de “Outras dívidas a pagar” no passivo (movimento a crédito), por conta do imposto sobre o rendimento a pagar no futuro. Nos períodos subsequentes, os “Ajustamentos a subsídios” são regularizados à medida que os subsídios vão sendo reconhecidos em resultados do período, por contrapartida de “Outras dívidas a pagar”.

Por outro lado, pelo facto da variação no valor da perda por imparidade referida nas Notas 6 e 8 ter sido distribuída, de uma forma proporcional, pela generalidade dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis da Empresa, foi também reconhecido no exercício um gasto proporcional à variação positiva na perda por imparidade alocada aos bens subsidiados.

19 Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe dos empréstimos, quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

	2018			2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários (i)	1.190.474	12.023.812	13.214.286	1.190.474	13.214.288	14.404.762
	<u>1.190.474</u>	<u>12.023.812</u>	<u>13.214.286</u>	<u>1.190.474</u>	<u>13.214.288</u>	<u>14.404.762</u>

(i) Empréstimo Banco Europeu de Investimento (BEI)

O empréstimo junto do BEI, no montante de 25 milhões de euros, resulta de um contrato de financiamento celebrado em 29 de outubro de 2004, que teve por objetivo o financiamento das obras de expansão e aumento de capacidade das infraestruturas do Porto de Aveiro.

Em benefício da Empresa, o banco abriu um crédito até ao montante de 30 milhões de euros, tendo sido utilizado um montante de 20 milhões de euros até 31 de dezembro de 2008 e em novembro de 2010 efetuou uma segunda utilização, no montante de 5 milhões de euros, tendo como objetivo o cofinanciamento do projeto de reconfiguração da barra.

O capital mutuado pelo banco vence juros calculados pela taxa variável do BEI, próxima da taxa Euribor, acrescida de um spread máximo de 0,13%.

Como garantia deste empréstimo, foi assinado um contrato de fiança com o Estado Português, cuja taxa anual ascende a 0,2% sobre o capital em dívida.

A maturidade dos empréstimos bancários não correntes é como segue:

Ano	BEI
2019	1.190.474
2020 - 2024	12.023.812
	13.214.286

20 Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os movimentos ocorridos nas rubricas de Ativos e Passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

	Ativos por impostos diferidos - Imparidade de ativos não correntes	Passivos por impostos diferidos - Bens a reverter
A 1 de janeiro de 2017 - Reexpresso	421.810	421.810
Movimentos no exercício:		
Constituição de Passivos por Impostos Diferidos - Reconhecimentos de Subsídios	-	51.340
Constituição de Ativos por Impostos diferidos - Imparidade	51.340	-
	51.340	51.340
A 31 de dezembro de 2017 - Reexpresso	473.150	473.150
Movimentos no exercício:		
Constituição de Passivos por Impostos Diferidos - Reconhecimentos de Subsídios	-	30.362
Constituição de Ativos por Impostos diferidos - Imparidade	30.362	-
	30.362	30.362
A 31 de dezembro de 2018	503.512	503.512

No que se refere aos ativos das concessões, procede-se ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorre no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o nº 9 do art. 18.º, do CIRC a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja, no final do contrato de concessão.

Os ativos por impostos diferidos respeitam ao montante reconhecido associado à imparidade de ativos não correntes até à exata medida em que existem diferenças temporárias tributáveis disponíveis (impostos diferidos passivos).

21 Outras Dívidas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o detalhe da rubrica de “Outras dívidas a pagar” é como segue:

Corrente:

	2018	2017 Reexpresso
Ajustamentos a subsídios	-	-
Fornecedores investimentos	387.470	209.504
Cauções de fornecedores	170.792	94.466
Credores diversos	175.913	196.114
	<u>734.175</u>	<u>500.084</u>
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a pagar	572.819	596.754
Juros a liquidar	1.164	1.264
Outros	171.129	101.062
	<u>745.112</u>	<u>699.079</u>
	<u>1.479.287</u>	<u>1.199.163</u>

Remunerações a pagar - Esta rubrica respeita ao direito ao subsídio de férias e a dias de férias e respetivos encargos obrigatórios, adquiridos pelos trabalhadores em 31 de dezembro de cada ano, cujo pagamento irá ocorrer no exercício seguinte.

No reconhecimento inicial dos subsídios é utilizada uma conta de “Ajustamentos a subsídios” no capital próprio (movimento a débito) por contrapartida de uma conta de “Outras dívidas a pagar” no passivo (movimento a crédito), por conta do imposto sobre o rendimento a pagar no futuro. Nos períodos subsequentes, os “Ajustamentos a subsídios” são regularizados à medida que os subsídios vão sendo reconhecidos em resultados do período, por contrapartida de “Outras dívidas a pagar”.

Apesar de o saldo ser nulo, informamos que este valor resulta da compensação prevista na NCRF n.º 25. Mais informamos que, o valor a 31 de dezembro de 2018, se refere a Impostos Diferidos Passivos relacionados com subsídios ao investimento e Impostos Diferidos Ativos relacionados com imparidades sobre os ativos não correntes, sendo o seu montante de 18.865.149 euros.

Assim, a rubrica “Outras dívidas a pagar - Ajustamentos a subsídios”, corrente e não corrente, analisa-se como segue:

	Subsídios ao investimento	Imparidade - Ativos não correntes	Total
A 1 de janeiro de 2017 - Reexpresso	19.811.497	(19.811.497)	-
Movimentos do exercício			
Por Capital Próprio	(468.937)	-	(468.937)
Pela Demonstração de Resultados	-	468.937	468.937
	(468.937)	468.937	-
A 31 de dezembro de 2017 - Reexpresso	19.342.560	(19.342.560)	-
Movimentos do exercício			
Por Capital Próprio	(477.410)	-	(477.410)
Pela Demonstração de Resultados	-	477.410	477.410
	(477.410)	477.410	-
A 31 de dezembro de 2018	18.865.149	(18.865.149)	-

22 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os saldos de fornecedores analisam-se como segue:

	2018	2017
Fornecedores - conta corrente	233.503	48.370
Fornecedores - faturas em receção e conferência	340.882	168.076
	574.385	216.446

23 Prestações de Serviços

O montante das prestações de serviços reconhecidas na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
prestações de serviços:		
Tarifas de uso do porto - Navio	2.153.387	1.946.329
Amarrar e desamarrar	416.012	380.515
Armazenagem	320.705	376.792
Estacionamento	263.388	196.197
Pilotagem	1.430.795	1.373.737
Tarifas de uso de equipamento	143.419	163.034
Serviços secundários	1.417	2.066
total	<u>4.729.123</u>	<u>4.438.670</u>

As prestações de serviços estão relacionadas com as atribuições da Empresa, as quais se encontram descritas na Introdução a este anexo.

24 Subsídios à Exploração

O montante dos subsídios à exploração reconhecido na demonstração dos resultados dos exercícios de 2018 e de 2017 é detalhado como segue:

Entidade	Recebido e/ou a receber		Reconhecido como rendimento		A reconhecer	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Instituto do Emprego e Formação Profissional	4 978	28	4 978	28	-	-
Ciudades Logistica Cencly	-	78 315	-	64 288	-	14 027
	4 978	78 343	4 978	64 316	-	14 027

25 Fornecimentos e Serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	427.812	560.499
Publicidade e propaganda	36.695	30.929
Vigilância e segurança	338.027	338.267
Honorários	65.935	64.676
Conservação e reparação	1.351.587	909.513
Outros	3.579	6.531
Materiais	37.163	33.075
Energia e fluídos	449.736	411.703
Deslocações, estadas e transportes	11.841	16.617
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	5.046	41.447
Comunicação	58.261	60.410
Seguros	39.588	37.035
Despesas de representação	306	375
Limpeza, higiene e conforto	38.708	39.462
Outros	38.714	33.034
	<u>2.902.998</u>	<u>2.583.571</u>

Nos Fornecimentos e Serviços Externos registou-se um aumento de 319.427 euros, face a 2017. Para esta variação contribuiu de forma significativa e relevante a sub rúbrica Conservação e Reparação, com uma variação desfavorável de 442.074 euros, justificada pelo aumento dos gastos suportados com dragagens de manutenção.

26 Gastos com o Pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2018 e de 2017, foram como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remunerações:		
Órgãos sociais	208.107	265.749
Pessoal	<u>3.887.263</u>	<u>3.833.913</u>
	<u>4.095.371</u>	<u>4.099.662</u>
Encargos sobre remunerações	943.453	954.150
Gastos de ação social	44.553	26.171
Outros	<u>74.177</u>	<u>80.266</u>
	<u><u>5.157.553</u></u>	<u><u>5.160.248</u></u>

Durante o exercício o número médio de colaboradores ao serviço da Empresa foi de 96 (2017: 99).

As remunerações do pessoal incluem, para além das remunerações base, outras remunerações acessórias, constantes da Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro.

Apesar de se registar uma diminuição do número médio de colaboradores ao serviço da Empresa (-3) evidencia-se uma diminuição pouco expressiva nos gastos com o pessoal, justificada, essencialmente, pelas valorizações remuneratórias concedidas após 1 de julho de 2016, nos termos do despacho conjunto de Sua Excelência Ministra do Mar e Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças e a Revisão do Acordo Coletivo de Trabalho entre a APA, S.A. e outras e o Sindicato Nacional do Trabalhadores das Administrações Portuárias, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 28 de 29 de julho de 2018.

27 Outros Gastos

A rubrica “Outros gastos” analisa-se como se segue:

	2018	2017 Reexpresso
Impostos (i)	191 414	157 075
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	1 668	191 273
Donativos	39 690	33 750
Quotizações	29 503	8 362
Reversão Imparidades de Subsídios (ver nota 18.2)	5 942 857	1 483 568
Reversão Imparidades de Concessões (ver nota 15)	3 106 729	2 196 616
Outros	54 650	29 892
	9 366 510	4 100 536

(i) Com a extinção do IPTM I.P., através do Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de janeiro, a comparticipação de 5% das receitas de exploração de cada porto, exceto serviços de pilotagem, que vinha sendo processada a favor deste Instituto e que se encontra relevada nesta rubrica, passou, a partir do exercício de 2013, a ser processada da seguinte forma:

- Comparticipação de 3% à Direção Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), de acordo com o estipulado na Portaria n.º 342/2015, de 12 de outubro; e
- Comparticipação de 2% à Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT). O valor para a AMT foi estimado, tendo a APA, S.A. especializado este gasto relativamente aos exercícios de 2018 e 2017.

Assim, os impostos e taxas, para além da comparticipação acima mencionada, são constituídos pelo Imposto Único de Circulação (IUC), IVA não dedutível e taxas obrigatórias.

28 Outros Rendimentos

A rubrica “Outros rendimentos” analisa-se como se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Rendimentos de ocupações (i)	4.960.005	4.696.922
Subsídios ao investimento (ver Nota 18.2)	2.121.554	2.150.089
Rendimentos de concessões (ii)	3.921.841	3.625.847
Concessões a reverter (iii) (ver Nota 15)	2.749.529	3.085.879
Fornecimentos diversos (iv)	683.351	649.674
Venda de inertes (v)	(7.188)	578.223
Recolha de resíduos	105.191	53.941
Descontos pronto pagamento obtidos	1.863	14
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1.970	35
Outros	76.700	80.694
	<u>14.614.816</u>	<u>14.921.318</u>

- (i) Os rendimentos de ocupações referem-se aos valores faturados pela Empresa ao abrigo de contratos de concessão de uso privativo. De acordo com o estabelecido nos referidos contratos, como contrapartida das parcelas cedidas, a Empresa recebe um montante fixo determinado em função da área concedida.
- (ii) Os rendimentos de concessões correspondem aos valores faturados a concessionários de serviço público a operar nas instalações do Porto de Aveiro, de acordo com o tarifário definido contratualmente.
- (iii) Resultado da aplicação da política contabilística definida na Nota 3.6, no que se refere a ativos de concessões que, no final do período contratual, reverterem gratuitamente para a Empresa. A contrapartida do registo dos ativos é efetuada na rubrica “Rendimentos a reconhecer”, sendo o correspondente rendimento reconhecido na demonstração dos resultados, linearmente, na rubrica “Outros rendimentos”, durante o período da concessão (ver Nota 15).
- (iv) Os fornecimentos e serviços diversos referem-se, fundamentalmente, ao rendimento proveniente do fornecimento de energia e água a entidades instaladas no Porto de Aveiro, assim como a navios.

- (v) Rendimentos de inertes (com um desvio desfavorável de 585 mil euros, face a 2017) justificado pela celebração do protocolo entre a APA - Agência do Ambiente, I.P. e a APA, S.A., para alimentação artificial do troço costeiro da Costa Nova - Vagueira com inertes em depósito e a dragar no Porto de Aveiro. Importa referir que a celebração deste protocolo permitirá extrair, sem custos para a APA, S.A., a totalidade dos inertes depositados na ZALI, libertando o espaço para os necessários trabalhos de infraestruturização.

29 Gastos e Rendimentos Financeiros

Os gastos e rendimentos financeiros em 2018 e 2017 foram como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Gastos financeiros		
Juros suportados	28.504	31.133
	<u>28.504</u>	<u>31.133</u>
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos de aplicações financeiras	2.838	15.696
Juros de mora debitados a clientes	125.194	10.039
	<u>128.032</u>	<u>25.735</u>

Os juros suportados correspondem ao empréstimo obtido referido na Nota 19.

30 Imposto do Exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas Demonstrações Financeiras é conforme segue:

	<u>2018</u>	<u>2017 Reexpresso</u>
Imposto s/ rendimento corrente	173.796	42.768
Imposto s/ rendimento diferido	(860.510)	135.134
Excesso de estimativa de imposto	(5.539)	-
Imposto sobre o rendimento	<u>(692.253)</u>	<u>177.902</u>

A Empresa encontra-se sujeita ao regime especial de tributação de grupos de sociedades, previsto no artigo 69º do CIRC. Contudo, a Empresa apura e regista o imposto sobre o rendimento tal como se fosse tributada numa ótica individual.

As declarações anuais de rendimentos encontram-se sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. No caso de serem apresentados

prejuízos fiscais, as declarações de rendimento podem ser sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais até ao período em que os mesmos possam ser utilizados. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa, de que não haverá correções significativas ao imposto sobre o rendimento registado nas Demonstrações Financeiras.

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas Demonstrações Financeiras é conforme segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
Derrama Municipal	1,50%	1,50%
Taxa média ponderada aplicável à Empresa	<u>22,50%</u>	<u>22,50%</u>

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas Demonstrações Financeiras, é conforme segue:

	<u>2018</u>	<u>2017 Reexpresso</u>
Resultado antes de Imposto	16.038.191	3.459.385
Variações patrimoniais positivas - nota 18.2	1.360.293	-
Variações patrimoniais negativas	-	-
	<u>17.398.485</u>	<u>3.459.385</u>
Taxa de Imposto	22,5%	22,5%
Encargo teórico com IRC	<u>3.914.659</u>	<u>778.362</u>
Imparidade em ativos fixos tangíveis e intangíveis	(4.960.298)	(1.022.603)
Depreciação de bens a reverter	483.852	516.164
Impacto relativo a contabilizações de bens a reverter	81.220	(200.084)
Método de equivalência patrimonial	(88.713)	170.041
Utilização de prejuízo fiscal do exercício de subsidiária	(529.852)	(510.322)
Utilização de prejuízos fiscais do grupo de exercícios anteriores	(154.421)	-
Outros	27.431	(37.604)
Tributação Autónoma	6.936	4.498
Derrama Estadual	55.061	10.513
Excesso de estimativa de Imposto	(5.539)	-
Reversão de ativos por impostos diferidos associados a imparidade de ativos	477.410	468.937
	<u>(692.253)</u>	<u>177.902</u>

Os prejuízos fiscais disponíveis podem ser utilizados para cobrir lucros fiscais futuros. Assim, os prejuízos fiscais disponíveis em 31 de dezembro de 2018, sujeitos a confirmação pela Autoridade

Tributária, ascendem a 5.445.839 euros, e podem ser deduzidos aos futuros lucros tributáveis do grupo como segue:

Ano	Valor	Ano limite para utilização
2014	(1.180.070)	2026
2015	(1.454.020)	2027
2016	(2.903.247)	2028
2017	(360.000)	2022
	<u>(5.897.337)</u>	

A quase totalidade destes prejuízos foi gerada pela subsidiária APFF. A Empresa optou por não proceder ao reconhecimento contabilístico de ativos por impostos diferidos, nomeadamente sobre as perdas fiscais reportáveis e sobre os ajustamentos de valor para além dos limites legais, atendendo à difícil previsão quanto à sua materialização como benefício.

31 Compromissos

Os compromissos financeiros assumidos pela Empresa em 31 de dezembro de 2018 ascendem a 5.227.109 euros (2017: 377.120 euros), e são como se segue:

	2018
Empreitada de Implementação da Operacionalidade do TGL	1 824 330
Empreitada de Construção da 1ª. Fase da ZALI	1 890 470
Empreitada de Ampliação do Terminal de Contentores e RO-RO	1 369 443
Empreitada de Manutenção de Escadas, Cabeços de Amarração e Defensas do TGS	58 693
Diversos	84 173
	<u>5 227 109</u>

32 Matérias Ambientais

A Empresa no âmbito do desenvolvimento da sua atividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um gasto nos resultados operacionais do exercício.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou

melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa, são capitalizados. Durante os exercícios de 2018 e de 2017 a Empresa não capitalizou encargos de carácter ambiental.

Os gastos de carácter ambiental registados nos exercícios de 2018 e de 2017 ascenderam a 117.384 euros e 147.202 euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração da Empresa que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

33 Partes Relacionadas

A Empresa é controlada pelo Estado Português - Direção Geral do Tesouro e Finanças, que detém 100% do seu capital. Por sua vez, conforme referido na Nota 10, a Empresa detém uma participação representativa do capital social da APFF, S.A.

(i) Transações com a subsidiária

Durante os exercícios de 2018 e de 2017, as transações mais significativas com a subsidiária foram como segue:

	2018	2017
Serviços prestados		
APFF - Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.	108 479	132 784
	<u>108 479</u>	<u>132 784</u>

	2018	2017
Recuperação de custos externos		
APFF - Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.	3 151	1 565
	<u>3 151</u>	<u>1 565</u>

(ii) **Saldos com a subsidiária**

No final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os saldos resultantes de transações efetuadas com a subsidiária são como segue:

	2018	2017
Credores diversos		
APFF - Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.	42 766	36 625
	<u>42 766</u>	<u>36 625</u>

34 **Ativos e Passivos Contingentes**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa não apresentava qualquer ativo ou passivo que pudesse ser classificado como contingente.

Em 31 de dezembro de 2018, os principais processos que a APA, S.A. tinha em curso eram os seguintes:

1- Proc. Nº 1119/10.5.TYLSB Tribunal Comércio de Lisboa - 1º Juízo

Insolvência da C.N.E- Cimentos Nacionais e Estrangeiros, S.A. - a APA, S.A. integra a Comissão de Credores, reclamou e viu reconhecido crédito comum seu sobre a insolvente no montante de 1.714.664,63 euros.

Estado do Processo: aguarda a venda dos bens apreendidos pela massa insolvente para subsequente rateio e pagamento aos credores.

2- Proc. 571/12.9T2BEAVR- Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Autora: Vera Conceição Rodrigues Costa Gonçalves

Rés: Município de Ovar, APA, S.A., Estradas de Portugal, S.A. e Companhia de Seguros Fidelidade, S.A.

A Autora pede a condenação das Rés a pagarem-lhe danos patrimoniais e não patrimoniais no montante de 15.900 euros, sem prejuízo de liquidação ulterior em sede de execução de sentença, resultantes de acidente de viação ocorrido pela queda de árvore entre a EN 327 e o Cais da Pedra, no Carregal, Ovar.

Estado do Processo: A APA, S.A. foi absolvida por sentença de 29-06-2018.

A Infraestruturas de Portugal interpôs recurso da sentença para o TAC Norte o qual não tem por objeto a condenação da APA, S.A., pelo que já não é expectável qualquer impacto económico da ação;

3- Proc. nº 192/14.1BEAVR TAF- AVEIRO

Autor: Aveiport - Sociedade Operadora Portuária de Aveiro, Lda.

Ré: APA, S.A.

Ação Administrativa especial na qual é peticionada a apreciação da legalidade de normas do tarifário da APA, S.A., que aplicam a taxa a suportar pela Aveiport pela utilização de grua privada para movimentação das suas cargas nos terminais do sector norte do Porto de Aveiro.

Estado do processo: aguarda Sentença;

4- Proc. nº 949/15.6BEAVR TAF- AVEIRO

Autor: Aveiport - Sociedade Operadora Portuária de Aveiro, Lda.

Ré: APA, S.A.

Contra-interessada: Hortofrades, S.A.

Ação Administrativa Especial na qual é peticionada a anulação da deliberação de 23 de abril de 2015 do CA da APA, S.A. que determinou a emissão dos alvarás de licença para o uso privativo dos armazéns nº 2 e 3 do no terminal norte do porto de Aveiro.

Estado do processo: fase de articulados

5- Proc. nº 295/16.8BELRA TAF- AVEIRO

Autor: Hortofrades, S.A.

Ré: APA, S.A.

Ação Administrativa na qual é peticionada a anulação da deliberação de 3 de dezembro de 2015 do CA da APA, S.A. que determinou a extinção dos alvarás de licença para o uso privativo dos armazéns nº 2 e 3 do no terminal norte do porto de Aveiro, a posse administrativa dos referidos armazéns e a execução de caução prestada pela Autora no montante de 30.000 euros e ainda a cobrança coerciva das taxas de ocupação que se mostrassem por ela devidas.

6- Proc. nº 1206/14.0BEAVR TAF- AVEIRO

Autor: Aveiport - Sociedade Operadora Portuária de Aveiro, Lda.

Ré: APA, S.A.

Contra-interessada: PTM Ibérica Unipessoal, Lda.

Ação Administrativa Especial na qual é peticionada a anulação da deliberação de 09 de julho de 2014 do CA da APA, S.A. que determinou a emissão de licença para o exercício da atividade de empresa de estiva à contra-interessada PTM, Lda., no porto de Aveiro.

Estado do processo: aguarda sentença;

7- Proc. nº 2/16.5BEAVR TAF- AVEIRO

Autor: NAVALPEP- ESTALEIRO, Lda.

Ré: APA, S.A.

Ação administrativa na qual é peticionada a nulidade do ato administrativo de reversão gratuita de imóveis operada pela APA, S.A. e consequente condenação a pagar à Autora o respetivo valor, ou em alternativa, o valor dos investimentos por ela neles realizados e ainda não amortizados e cuja quantificação foi relegada para perícia e efetuar nos autos.

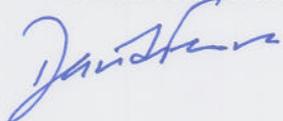
Estado do processo: realizada perícia para arbitramento do valor da causa foi proferido despacho judicial em 21-11-2018 que fixou a ação o valor de € 18.376,63.

Por despacho de 17-12-2018 foi a APA, S.A. notificada da prevalência de 15 processos entrados em juízo em 2013 e bem assim processos entrados em 2014, aguardando os autos a possibilidade de agendamento em obediência à antiguidade de tais processos e consequente delonga na convocação de audiência prévia para proferir despacho saneador.

35 Eventos subsequentes

Não são conhecidos eventos posteriores a 31 de dezembro de 2018 que possam influenciar a apresentação e interpretação das Demonstrações Financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2018.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

